

Escola de Saúde Pública
do Estado de Mato Grosso

Projeto Pedagógico Institucional PPI 2023 – 2026



SES
Secretaria
de Estado
de Saúde



Governo de
**Mato
Grosso**



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Dezembro, 2022

Governador

Mauro Mendes Ferreira

Secretário de Saúde

Gilberto Gomes de Figueiredo

Secretária Adjunta de Administração, Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

Cristiane Cruz dos Santos Mello

Superintendência da Escola de Saúde Pública

Sílvia Aparecida Tomaz

Núcleo de Residências em Saúde

Leonor Cristina Alves

Comissão Própria de Avaliação

Leila Auxiliadora Sant'Ana

Equipe da ESP/MT

Coordenadoria de Administração Escolar

Françoise Geise de Souza

Gerência Administrativa

Francisnete Gomes Kleinscimit

Gerência de Documentação e Registro Escolar

Darléia Cristina Gross A. Nascimento

Coordenadoria de Gestão Pedagógica

Biblioteca Professor Severino Márcio Pereira Meirelles

Raquel Arévalo de Camargo

Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão

Eliane Barbosa Jerônimo

Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde

Andreia Maria Cruz de Oliveira

Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância

Elvis Crey Arruda Oliveira

FICHA TÉCNICA. Todos os direitos desta edição estão reservados à: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO. É permitida a reprodução total ou parcial deste MATERIAL, desde que seja citada a fonte.

M433p Mato Grosso

Projeto pedagógico institucional: ppi 2023-2026. / Mato Grosso. Secretaria de Estado de Saúde. Escola de saúde Pública de Mato Grosso - 2022.

136 p.il: 30 cm.

Inclui bibliografia

1.Projeto pedagógico. 2.Saúde pública 3. Trabalho e educação em saúde. I. Título

Catalogação na publicação: Biblioteca da ESP/MT

Endereços:

Estrutura Física: Rua Adauto Botelho, nº 552, Coxipó Sul, Bairro CoopHEMA, Cuiabá/MT, CEP 78.085-200

Contato telefônico: (65) 98415-9182

Sítio Eletrônico: <http://www.saude.mt.gov.br/escola>

Ambiente Virtual de Aprendizagem: <http://moodle.espmt.saude.mt.gov.br/moodle/>

Canal YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC4u4fDWkW8FrhPtEq2TstzA>

Link de Acesso Ao Vídeo Institucional da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso: <https://youtu.be/TLZAtAgmk1E>

Canal de comunicação institucional - E-mail: dgesp@ses.mt.gov.br ou (65) 98415-9182

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores gerenciáveis nas Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação ESP/MT, 2022	40
Figura 2 - Construção de processos educacionais na ESP/MT	41
Figura 3 - Fluxo para realização de estágio ou prática curricular na SES/MT	55
Figura 4- Parâmetros para dimensionamento de campos de estágio curricular na SES/MT	57
Figura 5 - Articulação dos setores da ESP/MT no processo de aprovação de projetos educacionais	59
Figura 6– Princípios essenciais à prática pedagógica inovadora	62
Figura 7 - Critérios para dar e receber <i>feedback</i>	78
Figura 8 – Tipos de avaliação da aprendizagem e avaliação de reação, ESP/MT	79
Figura 9- Habilidades transversais orientadoras das ações educacionais ESP/MT, 2022	80
Figura 10– Princípios para Avaliação da Aprendizagem e de Reação ESP/MT	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de cursos e número de turmas de educação profissional técnica de nível médio ofertados pela ESP/MT	45
Quadro 2 – Demonstrativo do quantitativo de médicos formados pelos Programas de residência médica da SES-MT	48
Quadro 3 - Relação de cursos e período de realização dos cursos de especialização ofertados pela ESP/MT	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de estabelecimentos públicos de saúde em Mato Grosso,
segundo natureza jurídica 23

Tabela 2 – Quantitativo de estabelecimentos públicos de saúde em Mato Grosso
23

LISTA DE SIGLAS

CEEMT	Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso
CEMISF	Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIES	Comissão de Integração Ensino Serviço
CNRMS	Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde
CNRMs	Comissão Nacional de Residências Médicas
COADES	Coordenadoria de Administração Escolar
COEPE	Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
COFTES	Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde
COGEPE	Coordenadoria de Gestão Pedagógica
COREME	Comissão de Residência Médica
COREMU	Comissão de Residência Multiprofissional
COTEAD	Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EPS	Educação Permanente em Saúde
ESP/MT	Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso
ET	Encontros Temáticos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GT	Grupo de Trabalho
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ME	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NEPS	Núcleo de Educação Permanente em Saúde
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem
PRM	Programa de Residência Médica
PTA	Plano de Trabalho Anual
REDECOESP	Rede Colaborativa das Escolas Estaduais de Saúde

	Pública
REDESCOLA	Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública
RETSUS	Rede de Escolas Técnicas do SUS
SEPLAG/MT	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESU	Secretaria de Educação Superior
SGTES	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
SISTEC	Sistema de Informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica
SUS-MT	Sistema Único de Saúde de Mato Grosso
TCI	Termo de Compromisso Institucional
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	15
1.1 Dados da Mantenedora	15
1.1.1 Identificação da Mantenedora	15
1.1.2 Identificação do Dirigente da Mantenedora	15
1.2 Dados da Instituição Mantida.....	16
1.3 Dados do Dirigente Principal da Instituição Mantida.....	16
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO	19
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESP/MT.....	26
4 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPI 2023-2026	31
5 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO	37
6 MODALIDADES DE AÇÕES EDUCACIONAIS NA ESP/MT	42
6.1 Cursos, Eventos e Atividades de Extensão	43
6.2 Formação Técnica – Cursos Técnicos e Pós-Técnica	45
6.3 Formação Lato Sensu	47
6.3.1 Residências em Saúde.....	47
6.3.2 Cursos de Especialização	49
6.4 Estágio e/ou Prática Curricular	53
7 FLUXO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS NA ESP/MT	58
8 PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS	62
9 EXPERIMENTAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	68
10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	77
10.1 Estratégias de Avaliação da Aprendizagem	82
11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPI ESP/MT	88
12 REFERÊNCIAS.....	90
13 APÊNDICES	99
14 ANEXO.....	133



"Sou projeto e já sou vida
Preciso do tempo [...]
Levando minhas vivências
Tenho nova etapa pela frente
Um futuro diferente."

(Trecho de Crisálida - Luciele Carvalho)



APRESENTAÇÃO

Um projeto pedagógico institucional é, em sua essência, a bússola que conduz o docente, trabalhador da saúde, no planejamento e execução de uma simples atividade educacional até propostas mais complexas. Além disso, é um, dentre o rol de documentos necessários para o reconhecimento legal da instituição formadora, quanto ao seu credenciamento junto às instâncias reguladoras da educação e da saúde.

Considerando o momento atual e as particularidades que envolvem um contexto complexo, específico e necessário, destaca-se a relevância e a necessidade de elaboração do presente documento - o Projeto Pedagógico Institucional da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (PPI da ESPM), que busca promover o fortalecimento do SUS, em especial o território do Estado do Mato Grosso. Sua proposta é contribuir para a realização de projetos educacionais, presentes no mundo do trabalho em saúde, respeitando suas particularidades e as necessidades de formação de seus profissionais.

Através de encontros realizados entre os diversos atores do SUS, sua revisão foi pensada, elaborada e executada buscando que este seja um documento que esteja “fora das gavetas” e “presente” em cada linha proposta nos projetos educacionais certificados pela ESP/MT.

Revisitado e revisado coletivamente entres os trabalhadores da ESP/MT e seus parceiros, o PPI foi elaborado pensando na amplitude e riqueza das possibilidades educacionais que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como, promover a interlocução com o Plano de Desenvolvimento Institucional da ESP/MT, e subsidiará a revisão do Regimento Escolar da ESP/MT.

Reconhecendo a diversidade de propostas educacionais existentes e as especificidades que envolvem a educação de adultos e o mundo do trabalho na saúde, o PPI define os pressupostos filosóficos e educacionais que são adotados pela ESP/MT, para que se alcance os objetivos de cada projeto educativo desenvolvido e executado, dando luz e norte do caminhar junto ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Assim, nós, trabalhadores da ESP/MT, buscamos trazer fortemente a importância e o valor do SUS, das políticas públicas e do serviço público. Trazer a

frente a maior riqueza que o SUS possui, que são seus trabalhadores. Defender e trabalhar pela inclusão e qualidade da saúde, enquanto direito e dever de todos nós, como é previsto nos documentos primários e tão atuais que culminaram com essa política, tão desafiadora e que representa uma “pedra” no mercado.

Dar sentido e valor à educação é o nosso propósito.

Ma. Raquel Arévalo de Camargo
Coordenadoria de Gestão Pedagógica
ESP/MT

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados da mantenedora

A Mantenedora da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso é o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso (SES-MT).

1.1.1. Identificação da Mantenedora

Nome	Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso - SES-MT
CNPJ	04.441.389/0001-61
Endereço	Centro Político Administrativo, S/N - Paiaguás
Cidade	Cuiabá/ MT - CEP: 78.970-050
E-mail	gbses@ses.mt.gov.br
Site	www.saude.mt.gov.br

1.1.2 Identificação do Dirigente da Mantenedora

Cargo	Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso
Nome	Gilberto Gomes de Figueiredo
Endereço	Centro Político Administrativo, S/N - Paiaguás.
Cidade	Cuiabá/ MT - CEP: 78.970-050
Telefones	(65) 3613-5310 / FAX (65) 3613-5310
E-mail	gbses@ses.mt.gov.br

1.2. Dados da Instituição Mantida

Nome:	Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso – ESP/MT
CNPJ	04.441.389/0001-61
Endereço	Rua Adauto Botelho, n.º 552, Parque da Saúde Zé Bolo-Flô, Bairro CoopHEMA
Cidade	Cuiabá/ MT CEP: 78.085-200
Telefone	(65) 98415-9182
E-mail	dgesp@ses.mt.gov.br
Site	www.saude.mt.gov.br/escola

Corpo dirigente da mantida.

1.3. Dados do Dirigente Principal da Instituição Mantida

Cargo	Superintendente da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso
Nome	Sílvia Aparecida Tomaz
Endereço	Rua Adauto Botelho, n.º 552, Parque da Saúde Zé Bolo-Flô, Bairro CoopHEMA.
Cidade	Cuiabá/ MT - CEP: 78.085-200
E-mail	dgesp@ses.mt.gov.br

Coordenadoria de Gestão Pedagógica (COGEPE)

Cargo	Coordenadora
Nome	Raquel Arévalo de Camargo
E-mail	cogepe@ses.mt.gov.br

Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE)

Cargo	Coordenadora
Nome	Eliane Barbosa Jerônimo
Telefone	(65) 998413-0818
E-mail	coepe@ses.mt.gov.br

Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde (COFTES)

Cargo	Coordenadora
Nome	Andreia Maria Cruz de Oliveira
Telefones	(65) 98433-2427
E-mail	coftes@ses.mt.gov.br

Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância (COTEAD)

Cargo	Coordenador
Nome	Elvis Crey Arruda Oliveira
E-mail	cotead@ses.mt.gov.br

Coordenadoria de Administração Escolar (COADES)

Cargo	Coordenadora
Nome	Françoise Geise de Souza
E-mail	coades@ses.mt.gov.br

Gerência de Documentação e Registro Escolar

Cargo	Gerente
Nome	Darléia Cristina Gross Nascimento
E-mail	gdr@ses.mt.gov.br

Gerência Administrativa

Cargo	Gerente
Nome	Francisnete Gomes Kleinscimit
Telefone	(65) 98432-4449
E-mail	coades@ses.mt.gov.br

Comitê de Ética em Pesquisa

Cargo	Coordenadora
Nome	Valdete Marques Arnaut Antiqueira
E-mail	cep@ses.mt.gov.br
Site	https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsfb

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso possui uma área de 903.207,047 km² (IBGE, 2022) e é formado por 141 municípios, todos com autonomia política, fiscal e administrativa e com grande diversidade de ecossistemas, geográficas e culturais. Tem população estimada em 3.567.234 habitantes (IBGE, 2021) e densidade demográfica de 3,36 hab/ km (IBGE, 2010).

Localizado no Centro-Oeste brasileiro, fica no centro geodésico da América Latina. Cuiabá, a capital, está localizada exatamente no meio do caminho entre o Atlântico e o Pacífico, ou seja, em linha reta é o ponto mais central do continente. O local exato foi calculado por Marechal Rondon durante suas expedições pelo estado e é marcado com um monumento, o obelisco da Câmara dos Vereadores. Mato Grosso é um estado com altitudes modestas, o relevo apresenta grandes superfícies aplainadas, talhadas em rochas sedimentares e abrange três regiões distintas: na porção centro-norte do estado, a dos chapadões sedimentares e planaltos cristalinos que integram o planalto central brasileiro¹. (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

Mato Grosso é um dos lugares com maior volume de água doce no mundo. Regado por inúmeros rios, aquíferos e nascentes, possui vegetação riquíssima com uma biodiversidade impressionante, sendo o Cerrado o principal bioma do Centro-Oeste brasileiro. Já foi retratado nos livros de Guimarães Rosa e outros poetas e é considerada a Savana brasileira. Em Mato Grosso, o cerrado cobre 38,29% de todo o território. Localizado principalmente nas depressões de Alto Paraguai - Guaporé, o sul e o sudeste do planalto dos Parecis e ao sul do paralelo 13°, até os limites de Mato Grosso do Sul (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

No ambiente do Cerrado são conhecidos, até o momento, mais de 1.500 espécies de animais, entre vertebrados (mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios) e invertebrados (insetos, moluscos, etc). Cerca de 161 das 524 espécies de mamíferos do mundo estão no Cerrado. Apresenta 837 espécies de aves, 150 espécies de anfíbios e 120 espécies de répteis (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

¹ As informações contidas neste parágrafo e nos seguintes, referentes à geografia do Estado, foram extraídas do site do Governo do Estado de Mato Grosso - <http://www.mt.gov.br/geografia>

É a maior área alagável do planeta, com uma fauna exuberante² e cenários que encantam qualquer visitante. Apesar de ocupar apenas 7,2% do estado, o Pantanal é o bioma mais exaltado quando se fala em Mato Grosso, sendo considerado pela UNESCO Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

A fauna pantaneira é provavelmente a mais rica do planeta. Há 650 espécies de aves. Apenas a título de comparação: no Brasil inteiro existem 1.800 aves catalogadas. Talvez a mais espetacular seja a arara-azul-grande, uma espécie ameaçada de extinção. Há ainda tuiuiús (símbolo do Pantanal), tucanos, periquitos, garças-brancas, beija-flores, jacanãs, emas, seriemas, papagaios, colhereiros, gaviões, carcarás e curicacas (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

No Pantanal já foram catalogadas mais de 1.100 espécies de borboletas. Contam-se mais de 80 espécies de mamíferos, sendo os principais a onça-pintada, capivara, lobinho, veado-campeiro, lobo-guará, macaco-prego, cervo do pantanal, bugio, porco do mato, tamanduá, anta, bicho-preguiça, ariranha, quati, tatu e outros (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

A vegetação pantaneira é um mosaico de cinco regiões distintas: Floresta Amazônica, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Chaco (paraguaio, argentino e boliviano). Durante a seca, os campos se tornam amarelados e constantemente a temperatura desce a níveis abaixo de 0 °C, com registro de geadas, influenciada pelos ventos que chegam do sul do continente (<http://www.mt.gov.br/geografia>). Existem dois tipos de florestas em Mato Grosso: a Floresta Amazônica e a Floresta Estacional. Elas ocupam cerca de 50% do território mato-grossense. Concentrada no norte do estado, a Amazônia é o que existe de mais complexo em termos de biodiversidade no mundo (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

Devido à dificuldade de entrada de luz, pela abundância e grossura das copas, a vegetação rasteira é muito escassa na Amazônia. Os animais também. A maior parte da fauna amazônica é composta de bichos que habitam as copas das

² Destaca-se neste cenário a vitória-régia, vegetação típica da Amazônia, que está presente no Pantanal Mato-grossense, onde além de contribuir com sua beleza, tem sido explorada como alimento e tintura para cabelo. A vitória-régia teve seu nome cunhado apenas em 1865, pelo botânico inglês John Lindley, em homenagem à rainha Vitória, do Reino Unido, cujo reinado ficou conhecido como Era Vitoriana.

árvores. Não existem animais de grande porte no bioma, como no Cerrado. Entre as aves da copa estão os papagaios, tucanos e pica-paus. Entre os mamíferos estão os morcegos, roedores, macacos e marsupiais (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

É uma das três grandes florestas tropicais do mundo. O clima na floresta Amazônica é equatorial, quente e úmido, devido à proximidade à Linha do Equador (contínua à Mata Atlântica), com a temperatura variando pouco durante o ano. As chuvas são abundantes, com médias de precipitação anuais variando de 1.500 mm a 1.700 mm. O período chuvoso dura seis meses (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

O estado de Mato Grosso apresenta sensível variedade de climas. Prevalece o tropical super-úmido de monção, com elevada temperatura média anual, superior a 24° C e alta pluviosidade (2.000mm anuais); e o tropical, com chuvas de verão e inverno seco, caracterizado por médias de 23°C no planalto. A pluviosidade é alta também nesse clima: excede a média anual de 1.500mm (<http://www.mt.gov.br/geografia>).

O rendimento mensal domiciliar per capita no Estado de Mato Grosso em 2021 era de R\$1362,00 (IBGE, 2022). A taxa de pobreza passou de 22,8% em 2011 para 15,1% em 2014 (SEPLAG/MT - Instituto de estudos do trabalho e sociedade). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Mato Grosso era de 0,725 em 2010, e o coeficiente de Gini (que mede a desigualdade de renda dos habitantes, onde valores próximos de zero indicam maior igualdade e valores próximos a 1 maior desigualdade) foi de 0,445 em Mato Grosso e de 0,501 no Brasil (SEPLAG/MT, 2022).

Quanto a pirâmide etária (2010) apresenta maior quantitativo de homens e mulheres na faixa etária que vai dos 10 aos 59 anos, sendo que dos 10 aos 34 anos, correspondem a 31,85% da população geral do Estado. Em relação ao sexo, a população masculina é maior em todas as faixas etárias, com exceção das faixas acima de 80 anos. Os dados sobre nascidos vivos em 2019 totalizaram 58.852 no estado de Mato Grosso (DIGISUS, 2022).

As cinco principais causas de morte em 2019 foram as doenças do aparelho circulatório (4.430), as neoplasias (2.889), as causas externas (2.784), as doenças do aparelho respiratório (1.927) e as doenças endócrinas e nutricionais (1.267) (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET, 2021).

As seis primeiras causas de internações no período de 2015 a 2019, segundo capítulo CID-10 foram: internação por parto e puerpério com 44.505; em seguida as lesões e causas externas com 23.187; algumas doenças infecciosas e parasitárias com 18.505; doenças do aparelho digestivo com 13.538; doenças do aparelho circulatório 12.474 e as doenças do aparelho respiratório com 11.204. As patologias do aparelho respiratório apresentam-se de forma sazonal, onde há quadros característicos do período da seca e queimadas típicos da região acometendo com frequência os extremos de idades, crianças e idosos. Como medidas de prevenção, destaque para a imunização, a nutrição e a hidratação como meios que contribuem no controle e no agravamento dos casos (DIGISUS, 2022).

Observa-se, na análise da série histórica das causas de internação (Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10), comparando os anos de 2019 e 2020, que houve redução em 2020 de 5,17% de gravidez, parto e puerpério, bem como redução em 16,63% das causas do aparelho circulatório, 42,30% do aparelho respiratório, 29,57% do aparelho digestivo, 18,02 % Causas externas de morbidade e mortalidade; já as causas de Algumas doenças infecciosas e parasitárias houve um aumento de 18,02 %, considerando os casos de internação por infecção por Coronavírus (CID B 34.2) (DIGISUS, 2022).

Cabe destaque para o surgimento do agravo a pandemia da Covid-19 que acometeu a população mundial e que no país desencadeou ações específicas, onde estados e municípios estão à frente no enfrentamento da doença em curso. Até 29/11/2022 a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) notificou 834.903 casos confirmados da Covid-19 em Mato Grosso, sendo registrados 14.966 óbitos em decorrência do coronavírus no Estado. O Estado tem atualmente 67% de cobertura vacinal em todo o seu território (PAINEL COVID/SES-MT, 2022).

Quanto à distribuição dos estabelecimentos de acordo com sua natureza jurídica, verifica-se que 82,18% concentram-se na administração pública, evidenciando a representatividade deste segmento na realidade de saúde estadual.

Tabela 1 - Distribuição de estabelecimentos públicos de saúde em Mato Grosso, segundo natureza jurídica, 2022

Natureza Jurídica	DIGISUS				
	Municipal	Estadual	Dupla	Total	%
Administração Pública	2.284	56	7	2.347	82,18%
Entidades Empresariais	436	11	10	457	16,00%
Entidades sem Fins Lucrativos	31	3	2	36	1,26%
Pessoas Físicas	16	0	0	16	0,56%
TOTAL	2.767	70	19	2.856	100%

Fonte: DIGISUS, 12/2020.

Em relação ao quantitativo de estabelecimentos, observa-se o predomínio da rede ambulatorial básica – 45% e especializada 19%. As unidades hospitalares representam 4% da rede de estabelecimentos públicos de saúde e localizam-se predominantemente no âmbito municipal.

Tabela 2 - Quantitativo de estabelecimentos públicos de saúde em Mato Grosso, 2022

TIPO DE ESTABELECIMENTO	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	%
UNIDADE AMBULATORIAL BÁSICA	7	3	1.262	1.272	45%
UNIDADE AMBULATORIAL ESPECIALIZADA	5	25	507	537	19%
SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPIA - SADT	4	10	336	350	12%
UNIDADE HOSPITALAR	3	11	111	125	4%
OUTROS	0	21	551	572	20%
TOTAL	19	70	2.767	2.856	100%

Fonte: DIGISUS, 12/2020.

Quanto a ocupação dos postos de trabalho na área da saúde, do total de 9.573 contratos temporários e cargos em Comissão, 44,14% são de profissionais

CBOS nível médio, 18,87% profissionais médicos, 13,28% outros de nível superior, 13,52% Agentes Comunitários de Saúde e 10,46% Enfermeiro (CNES, 2020).

De acordo com os dados dos profissionais de saúde trabalhando no SUS por ocupação/CBOs, verifica-se que a forma de contratação dos profissionais médicos se concentra 25,29% na rede privada (total 3.839) comparada ao da rede pública (total 2.868). Dos 2.868 profissionais médicos 46,51% são estatutários e empregados públicos, 29,93% intermediários por outra entidade e 16,94% autônomos. Na rede privada 83,79% possuem a forma de contratação de autônomo (CNES, 2020).

Evidencia-se que a região da baixada cuiabana concentra o maior número de especialidades médicas, uma vez que esta região possui maior rede de serviços de saúde e aporte tecnológico, totalizando 1.667 médicos que atendem no SUS (TABNET/CNES/Profissionais/competência 12/2020). Na administração pública houve aumento de 10,32% dos contratos temporários e cargos em comissão comparando os anos entre 2018 e 2019, sendo 125.361 contratados temporários em 2018 e 138.302 em 2019 (CNES, 2020).



"Hoje desaprendo o que tinha aprendido
até ontem e que amanhã
recomeçarei a aprender."

(Cecília Meireles)



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESP/MT

A formação e a qualificação dos profissionais da saúde é dever do Estado e da sociedade, como também um direito dos trabalhadores. Diante dos desafios impostos pela complexidade das necessidades de saúde da população brasileira, e da existência de um significativo contingente de trabalhadores em exercício nos serviços de saúde sem a devida qualificação, o Ministério da Saúde, desde a década de 70, investe na criação de Escolas do SUS visando, de um lado, a prestação de assistência sem risco do usuário e, de outro, a valorização profissional dos servidores.

O Ministério da Saúde teve como missão pensar uma proposta de qualificação de profissionais em exercício, ou em processo de admissão na rede básica dos serviços de saúde, sendo que para sua execução algumas diretrizes foram definidas, a saber:

- Concepção e implantação de um modelo de escola com execução curricular descentralizada, considerando as características da clientela (pessoas adultas já trabalhando em unidades de saúde distribuídas por todo o território nacional, sem o grau de escolaridade exigido), e a impossibilidade de retirar esses trabalhadores dos seus locais de trabalho durante o período de formação, devido ao prejuízo causado ao usuário, pela interrupção do funcionamento dos serviços;
- Desenvolvimento de programas de capacitação técnica e pedagógica para os instrutores/supervisores;
- Desenvolvimento de uma concepção metodológica que privilegie a integração ensino-trabalho e;
- Elaboração de material didático privilegiando o currículo integrado.

Como parte integrante deste cenário, e conforme apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2023-2026) da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESP/MT), a escola com sede em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, é uma instituição com quase quatro décadas de história na educação dos profissionais de saúde. Inicialmente orientada à profissionalização dos quadros de nível técnico da educação profissional em saúde, principalmente na área da enfermagem, gradativamente foi ampliando seu escopo de centro formador integrante do setor de recursos humanos da Secretaria de Estado da

Saúde (SES) à Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (SUS) e, finalmente, à Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso.

Desde sua origem e ao longo de sua existência, a ESP/MT compreendeu que a educação é um ato político, de afeto e de coragem e que a prática educativa implica em assunção de valores, projetos e sonhos de realidades. Neste processo de formação há “objetivos e finalidades que fazem com que a prática educativa transborde dela mesma” saiba ouvir a realidade, e se relacione aos contextos sociais a partir da consciência crítica e da criatividade de docentes e educandos (<http://acervo.paulofreire.org.8080/xmlui/handle/9891/1357>).

Com base nesses pilares, a ESP/MT iniciou sua trajetória de formação de profissionais de saúde, no Estado de Mato Grosso, através da formação técnica de nível médio no ano de 1984, em resposta às grandes dificuldades que o setor da saúde enfrentava pela ausência de mão de obra qualificada.

Concomitantemente, adiciona-se a essa situação a extinção do Atendente de Enfermagem, através da Lei N° 7.498 de 25/06/1986, referente ao exercício profissional da Enfermagem, que demandava providências com relação à qualificação dessa mão-de-obra, uma vez que esta representava um contingente significativo no conjunto da força de trabalho em saúde, no Estado de Mato Grosso.

Outro fator impulsionador das ações iniciais da ESP/MT, foi a construção do Hospital Regional do município de Colíder, pois para o seu funcionamento houve a necessidade de formar Auxiliares de Enfermagem, uma vez que o município não possuía pessoal qualificado em número suficiente para atender o serviço.

Nessa época, nacionalmente, acontecia movimento de reflexão sobre a qualidade da formação dos profissionais técnicos da saúde, tendo como uma das protagonistas a enfermeira Izabel dos Santos³, que foi pioneira na luta pela educação profissional em saúde.

³Em mais de 50 anos de dedicação à enfermagem, as ideias de Izabel dos Santos contribuíram para o desenvolvimento de políticas e programas de saúde no Brasil. Iniciou sua vida profissional no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), organizando a rede de serviços na margem do Rio São Francisco. Posteriormente, trabalhou como docente da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco. De 1975 a 1997, foi consultora da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS/Brasil) em projetos de formação de nível médio. Depois, continuou atuando como consultora especial do Ministério da Saúde e participou ainda de movimentos de resistência e de defesa dos direitos humanos. Referência obrigatória para as Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS), Izabel sempre lutou em defesa de uma formação de nível médio ampla, que valorizasse a experiência do trabalhador. Defensora de um ensino-aprendizagem que partisse do processo real de trabalho do aluno desenvolveu o projeto Larga Escala, que foi a base de formulação do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), responsável pela

Os projetos Larga Escala e PROFAE permitiram um salto de qualidade na formação de profissionais de saúde no nosso país, em estreita relação com as políticas de saúde e educação, na proposição de um novo modelo de atenção à saúde. A ESP/MT foi grande parceira do Ministério da Saúde na execução desses projetos em Mato Grosso, obtendo como resultado grande impacto na melhoria da formação profissional na área de saúde e na qualidade do cuidado ofertado ao usuário dos serviços de saúde.

No escopo da formação técnica, historicamente a ESP/MT tem protagonizado de forma inovadora, a proposição de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e especialização pós-técnica, para atender às demandas dos serviços de saúde do estado, dentre os quais se destacam: cursos de formação de técnicos em - Enfermagem, Vigilância Sanitária, Vigilância em Saúde, Radiologia, Órtese e Prótese, Hemoterapia, para citar alguns; e formação pós-técnica de nível médio - Odontologia para pacientes especiais, Cultivo de plantas medicinais, aromáticas e alimentares, Unidade de Terapia Intensiva e Neonatal, Saúde da Mulher e da Criança, Saúde do Idoso, dentre outros.

Em 2004 a ESP/MT é caracterizada legalmente como Escola de Educação Profissional de Nível Técnico e Superior (*Lato Sensu*) na área de saúde, e ao longo de sua trajetória ofertou os seguintes cursos de especialização:

- Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família (CEMISF)
- Auditoria para Sistema Público de Saúde
- Odontologia para Pacientes Especiais
- Saúde do Trabalhador
- Saúde da Família
- Saúde Pública com Ênfase em Gestão de Sistemas Locais de Saúde
- Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
- Cuidado à Pessoa com Transtorno de Espectro do Autismo
- Saúde Mental e Atenção Psicossocial
- Auditoria no SUS
- Hansenologia
- Plantas Medicinais e Fitoterapia
- Especialização em Saúde Pública

Destaca-se que, tanto os cursos de educação profissional técnica de nível médio quanto os de formação superior são realizados na sede da ESP/MT, em Cuiabá e, de forma descentralizada, nos municípios no interior de Mato Grosso.

A ESP/MT integra:

- A Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (REDESCOLA), é uma rede composta por instituições formadoras comprometidas com a qualidade da formação em Saúde Pública e o fortalecimento do SUS.
- A Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS), referência no país na educação profissional técnica de nível médio para os trabalhadores do SUS.
- A Rede Colaborativa das Escolas Estaduais de Saúde Pública (REDECOESP) que tem como objetivo fortalecer a integração e a gestão da educação no âmbito das Secretarias Estaduais de Saúde, por meio das Escolas Estaduais de Saúde Pública.
- A Câmara Técnica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).
- O Sistema Estadual de Ensino através da Rede de Escolas do Estado de Mato Grosso.

Em um cenário de pandemia, promover educação, formação, qualificação e atualização exigiu de todos muito além do saber e dos recursos disponíveis, acelerou a necessidade de implantação de novas tecnologias para desenvolvimento da Formação Humana Baseada por tecnologias.

Se fez necessário inovar com desenvolvimento de atividades educacionais mediadas por tecnologias e com auxílio de plataformas digitais, Moodle, Youtube e Zoom possibilitou à ESP/MT acolher e dar respostas a necessidade de qualificar e capacitar profissionais de saúde da rede de atenção à saúde para suportarem o aumento da demanda às emergências de saúde pública. As estratégias utilizadas pela ESP/MT resultaram no aumento da abrangência de território e na celeridade ao acesso destes processos educacionais. As atividades tiveram alcance às 16 regiões de saúde, aumentou a oferta e o acesso a grande número de profissionais nas atividades de formação e qualificação da ESP/MT.



"Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar."

(Trecho de Cantares - Antonio Machado)



4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPI ESP/MT

O revisitar e a provocação à renovação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da ESP/MT parte da aproximação e inclusão de todos os seus trabalhadores e trabalhadoras. Assim, em suas etapas e passos deste rico e necessário processo foram permeados pela construção coletiva e valorização de cada um destes e da própria Escola, junto ao SUS de Mato Grosso.

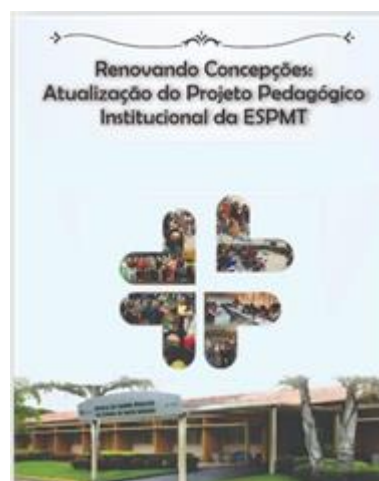
A condução do processo de reestruturação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da ESP/MT em concordância ao regimento escolar da Escola de Saúde Pública foi atribuída à COGEPE, e desta forma, coube à mesma a coordenação do processo.

Priorizada a tarefa e definidos os prazos, a equipe da COGEPE realizou reuniões para planejamento do processo de reestruturação do PPI, e então elaborou o plano de trabalho intitulado: Renovando concepções: atualização do Projeto Pedagógico Institucional da ESP/MT 2023/2026.

Constituído por meio da Portaria nº 097/2022/ESP/GBSAGTES/SES/MT, o Grupo de Trabalho foi composto por representantes da Superintendência da ESP e de todas as Coordenadorias, a saber: COGEPE, COEPE, COFTES, COTEAD e COADES.



Fonte: Cogepe, 2022.



Fonte: Cotead, 2022.

Em julho/2022 iniciaram-se as atividades semanais do Grupo de Trabalho, e em setembro/2022 foi selecionada a assessoria pedagógica, junto ao banco docente externo da ESP/MT.

O processo de construção do novo PPI intencionou incluir e esclarecer, de modo particular, os trabalhadores da escola, sobre a relevância e uso do PPI como instrumento norteador para as ações educacionais, bem como coletar subsídios à nova versão, por meio do compartilhamento de experiências e saberes entre os atores participantes.

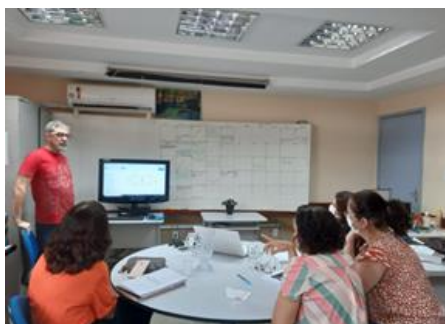
As metodologias ativas foram largamente utilizadas no processo de construção, objetivando a problematização das vivências educacionais, a construção coletiva de conhecimentos de suporte à operacionalização do PPI, bem como a ressignificação deste instrumento como orientador para as ações educacionais na ESP/MT.

A estratégia do Grupo de Trabalho (GT) buscou dar voz aos trabalhadores da ESP/MT, partindo da compreensão de que é fundamental na construção do projeto, a participação do conjunto da comunidade escolar. Assim, nas reuniões semanais com o GT, oportunizou-se dinâmicas e discussão de temas, provocando a reflexão, compartilhamento de experiências e conhecimentos acerca do PPI, e também a validação de elementos constitutivos do projeto.

Dentre os temas abordados, destaca-se:

- Revisão do PPI vigente, identificando potencialidades e lacunas a serem superadas;
- Problematização do cotidiano do trabalho na escola com identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças;
- Discussão dos aspectos teórico-metodológicos de referência para o novo PPI.

Além do GT foram realizadas reuniões de alinhamento entre o PDI e o PPI, de modo a harmonizar concepções e estratégias adotadas.



Fonte: Cogepe, 2022.



Fonte: Cogepe, 2022.

Conforme previsto no plano de ação, simultaneamente às reuniões semanais com o GT, foram conduzidos 4 (quatro) Encontros Temáticos (ET), no período de julho à novembro/2022, com a participação dos trabalhadores da ESP/MT, de representações das Comissões de Integração Ensino e Serviço (CIES) e Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), além de profissionais dos Escritórios Regionais de Saúde de Mato Grosso, e que foram certificados.

Os objetivos e temáticas abordados nesses encontros foram:

1º Encontro Temático: Concepções de Educação e Projeto Pedagógico Institucional.

Data: 02/09/2022 - Participantes: Trabalhadores da ESP/MT, no total de 37 (trinta e sete). - Carga Horária: 4 (quatro) horas.

Objetivos: Promover reflexões sobre concepções de educação e aprendizagem; Compreender a relevância, estrutura e elementos constitutivos do PPI; Analisar o PPI vigente, fazendo indicações de aspectos a incorporar e reformular na nova versão.



Fonte: 1º Encontro Temático - Cogepe, 2022.



Fonte: 1º Encontro Temático - Cogepe, 2022.

2º Encontro Temático: Construção coletiva do PDI e PPI.

Data: 21/09/2022 - **Participantes:** Trabalhadores da ESP/MT, Representações da CIES e NEPS, Representações das Regionais de Saúde de MT, no total de 84 (oitenta e quatro) participantes - **Carga Horária:** 4 (quatro) horas.

Objetivos: Apresentar e discutir a articulação entre os instrumentos de gestão da ESP/MT – PDI e PPI; Apresentar o estágio de construção do PPI; Coletar percepções e sugestões para o PPI em construção, conforme apresentado no evento, por meio de formulário Google.

Com base no que foi apresentado, quais as suas contribuições para o processo de construção do PPI da ESPMT?

Link para Formulário
<https://forms.gle/hBzw4aDJRzN9N7vA8>

Fonte: Cotead, 2022.

Neste encontro, tendo em vista a participação de profissionais das regionais de saúde do estado, foi disponibilizado formulário eletrônico para contribuições à construção do PPI, por meio de Código QR. Houve adesão dos presentes, com observações que foram compiladas e incorporadas ao documento.



Fonte: 2º Encontro Temático - Cogepe, 2022

3º Encontro Temático: Ações e Instrumentos Pedagógicos da ESP/MT.

Data: 21/10/2022 - Participantes: Trabalhadores da ESP/MT, no total de 28 (vinte e oito) - Carga Horária: 8 (oito) horas.

Objetivos: Discutir concepções de formação, pesquisa e extensão; Problematicar a construção de projetos de cursos/eventos, utilizando os instrumentos padronizados; Validar os instrumentos (modelos) de elaboração de projetos de cursos e eventos.

As rodas de conversa mostraram-se estratégicas para promover o diálogo interdisciplinar, e para a revisão de documentos, definições conceituais, e proposição de inovações, motivando a participação e (co)construção das etapas do PPI.



Fonte: 3º Encontro Temático - Cogepe, 2022

4º Encontro Temático: Organização Curricular na Formação em Saúde.

Data: 01/11/2022 - **Participantes:** Representações dos trabalhadores das coordenadorias da ESP/MT, no total de 20 (vinte) pessoas - **Carga Horária:** 4 (quatro) horas.

Objetivo: Harmonizar a compreensão sobre currículo, competência e modelos de currículo; Oportunizar troca de experiências sobre currículo, entre as coordenadorias da ESP/MT.



Fonte: 4º Encontro Temático - Cogepe, 2022

Ressalta-se que os produtos construídos nas reuniões com o grupo de trabalho e encontros temáticos foram sistematicamente registrados, e posteriormente analisados e compilados, de forma a subsidiar o processo de construção em curso.

5. GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO NA ESP/MT

Na perspectiva de formação viva em ato e de abordagens baseadas em projetos, tem-se o quadrilátero da formação em saúde como principais estratégias conceituais-éticas-políticas-afetivas para se projetar a formação nos cursos da área. Nesse sentido, o conceito de quadrilátero da formação em saúde surge para complementar o rol de estratégias para a efetivação de tais diretrizes, em especial a integração ensino-serviço-gestão-comunidade. Carregado de diferentes faces, há uma intencionalidade pedagógica nesta proposta, uma imagem de futuro, uma luta política e uma trama de conexões. Cada interseção resulta em trajetos formativos postos em ato.

A imagem do quadrilátero da formação para a área da saúde propõe, a partir de aspectos éticos, estéticos, tecnológicos e organizacionais; operando em correspondência, agenciando atos permanentemente reavaliados e contextualizados; a construção e a organização de uma formação responsável por: processos interativos e de ação na realidade para operar mudanças (desejo de futuro), mobilizar caminhos (negociar e pactuar processos), convocar protagonismos (pedagogia *in acto*) e detectar a paisagem interativa e móvel de indivíduos, coletivos e instituições, como cenário de conhecimentos e invenções (cartografia permanente) (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

Tal relação entre esse processo educativo e a noção de quadrilátero se justificou a partir de que, nesta perspectiva que perpassa a formação, existem convocações pedagógicas diferentes em cada uma dessas dimensões (formação, atenção, gestão e participação), uma imagem de futuro, uma luta política e uma trama de conexões. Cada interseção resulta em trajetos formativos postos em ato (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

Nessa lógica, prevê-se a articulação entre tais dimensões, como elementos que interagem e se articulam na produção de novos saberes e práticas. Dentre eles, a formação que se apresenta como produtora de subjetividade, de habilidades técnicas e de pensamento para o adequado conhecimento do SUS; as práticas de atenção à saúde como construtoras de novas práticas de saúde, tendo em vista os desafios da integralidade, da humanização e da inclusão dos usuários no planejamento terapêutico; a gestão com o desafio da busca de assegurar redes de

atenção às necessidades em saúde da população e considerar a satisfação dos usuários; e o controle social com a presença dos movimentos sociais no apoio às lutas pela saúde e à construção do atendimento às necessidades sociais (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

Partindo dessas referências, e utilizando a lógica projetual, a gestão das políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação traçadas para a ESP/MT requerem o planejamento de programas, projetos e ações estratégicas, de modo a dar cumprimento às políticas traçadas para os próximos quatro anos, considerando os fatores gerenciáveis: escopo, pessoas, recursos e o fator tempo.

Figura 1 - Fatores gerenciáveis nas Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação ESP/MT, 2022.



Fonte: Coepe e Cotead, 2022

Esses fatores são interdependentes e mutuamente influentes, de modo que o monitoramento das ações torna-se necessário. Além do formulário proposto no Apêndice 1 (Plano de Ações Estratégicas para Gestão das Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação ESP/MT, previstas no PDI e PPI – 2022-2026), outros serão necessários para atender à complexidade das ações estratégicas a implementar. Assim, a gestão das políticas será realizada por meio de oficinas temáticas com envolvimento de chefias e atores – docentes, discentes e corpo administrativo, para análise do plano e de sua implementação.



"A maior riqueza do homem
É sua incompletude
Não aguento ser apenas
Um sujeito que abre portas,
Que puxa válvulas, que olha o relógio.
Perdoai. Mas eu preciso ser Outros"

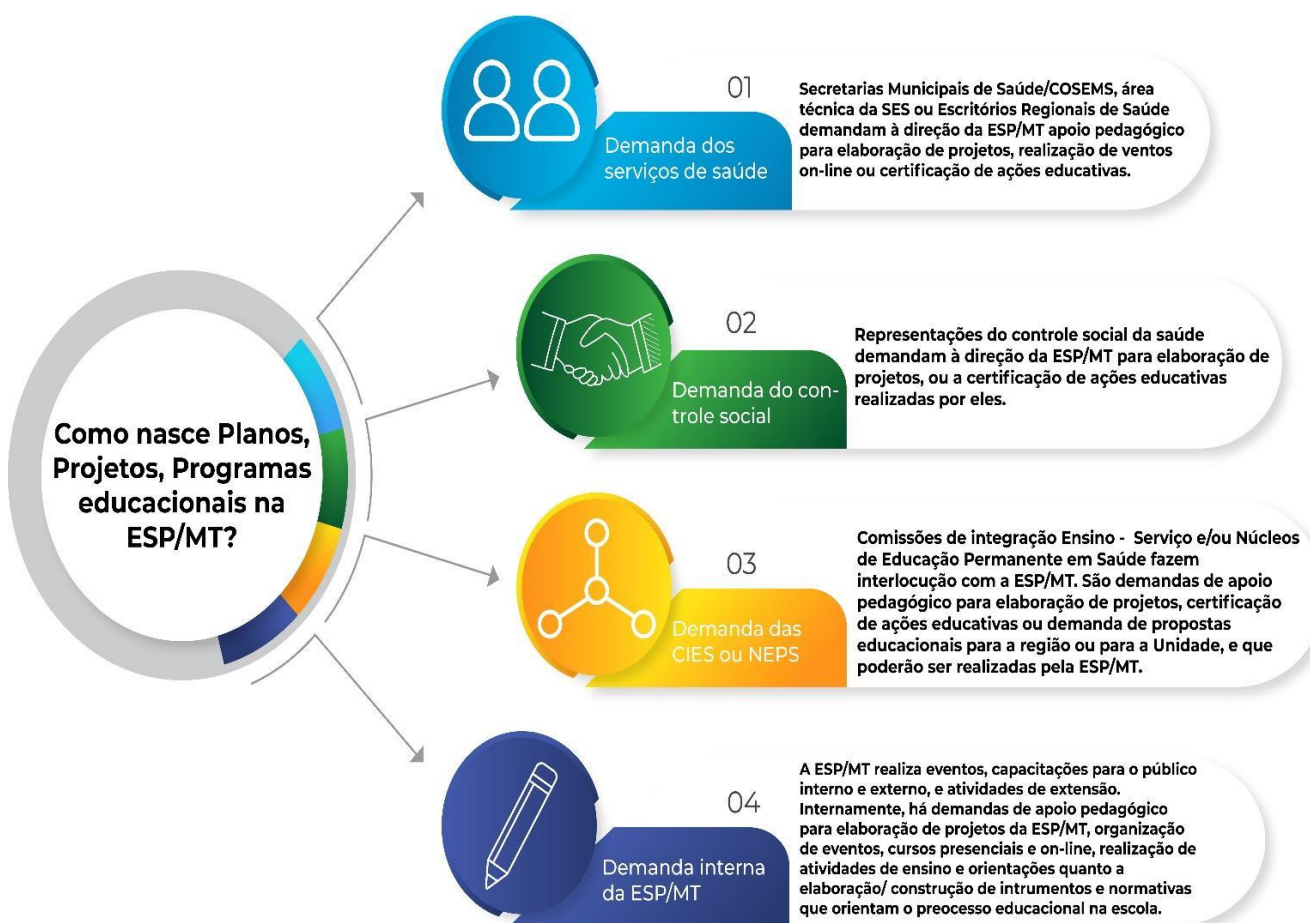
(Trecho de Biografia de Orvalho - Manoel de Barros)



6. MODALIDADES DE AÇÕES EDUCACIONAIS NA ESP/MT

As ações educacionais desenvolvidas pela ESP/MT partem de múltiplas vias - atendimento de demandas dos serviços e dos trabalhadores de saúde, do controle social, das CIES e NEPS, e da própria escola (Figura 1). Independente das vias de chegada, todas invariavelmente culminam na formação de pessoal do/no/para o SUS, por meio de práticas de ensino, pesquisa e extensão inovadoras, que promovem a formação situada, a aprendizagem significativa, a identificação de problemas da realidade de vida e saúde e a (co)construção de soluções pelos atores participantes.

Figura 2 - Construção de processos educacionais na ESP/MT.



Fonte: Cogepe e Cotead, 2022

6.1. Cursos, Eventos e Atividades de Extensão

Tendo por base a dinamicidade, incertezas, urgências e diversidades que caracterizam o mundo do trabalho da saúde, a ESP/MT tem adotado ações estratégicas, flexíveis e fluidas na condução dos processos educacionais, atendendo de forma eficaz e imediata às necessidades de capacitação, atualização e formação de trabalhadores e comunidade, auxiliando também a (re)inserção no mercado de trabalho.

Para tanto, a ESP/MT oferece vasta gama de cursos e eventos, para os quais elabora e executa projetos e certifica os participantes, abrangendo amplo escopo de modalidades e cargas horárias. Possui expertise em ofertar ações educacionais que problematizam a vivência dos participantes, e os levam a consumir, analisar e aplicar criticamente evidências científicas.

Os cursos ofertados pela ESP/MT possuem diversificados formatos, cargas horárias, estratégias de operacionalização, e na sua execução são observadas as legislações próprias de cada modalidade (Apêndice 2). O registro é feito em formulários preparados para tal (Apêndices 3 e 4).

Os eventos podem ser realizados por meio de modalidades diversas, a depender dos objetivos que se pretende alcançar, e dos recursos disponíveis. De modo a facilitar a construção de projetos, são listadas a seguir algumas modalidades de eventos (LARA, 2017):

- **Conferência:** assemelha-se à palestra, com o diferencial de ser realizado de maneira formal e em ambiente com mais conforto. Associa-se à apresentação por especialista reconhecido ou de elevada qualificação sobre o tema
- **Congresso:** evento de ampla magnitude, podendo ser internacional, nacional, regional ou local, em geral destinado a público multiprofissional, e versa sobre temáticas mais amplas, que atendem a interesses diversos contidos no tema central definido. Tem periodicidade regular – anual, bianual; e podem incluir eventos paralelos como reuniões, palestras, mesas-redondas, dentre outros. Tem sessões de apresentação de trabalhos científicos sob várias modalidades.
- **Encontro:** tem o objetivo de promover o diálogo de pautas de interesse comum entre participantes, em geral de uma mesma categoria profissional. Tende a ser mais específico em relação à delimitação dos assuntos a serem tratados. Pode abordar temas atuais, corriqueiros e até polêmicos, podendo contribuir para mudanças no campo de atuação delimitado.
- **Exposição:** trata-se de exposição pública de produções que podem ser científicas, culturais ou técnicas, e configura-se como espaço privilegiado de diálogo e troca de experiências e contatos. Também comporta eventos paralelos.

- **Fórum:** tem como principal objetivo o debate de assuntos de interesse comum entre os participantes. Tem a figura do mediador/especialista que conduz a discussão e motiva a participação, para que novas ideias e sugestões sejam levantadas.
- **Mesa-redonda:** Evento de curta duração, em geral integra a programação de congressos ou outros eventos. Coordenado por um moderador, consiste na apresentação por 3 ou 4 especialistas, que brevemente debatem o tema sob diversas perspectivas, abrindo em seguida ao debate com os participantes. O debate entre os especialistas caracteriza este evento.
- **Minicursos:** São cursos de pouca duração, realizados em paralelo a algum evento científico ou técnico. Os minicursos podem ter o formato de oficinas, mesclados com atividades práticas.
- **Oficina:** Alicerçada na ideia da construção coletiva de saberes, ou seja, implica em produção coletiva de um produto (documento, manual, nota técnica, plano, etc), assim, ao final, o grupo deve apresentar o que foi pensado e desenvolvido com a participação de todos. A oficina pode ser parte de um minicurso ou curso; ou de um planejamento.
- **Palestra:** evento de curta duração, que objetiva promover a atualização, sobre algum tema em evidência. Ao final, abre-se para perguntas.
- **Seminário:** Realizado para públicos menores, em salas pequenas, consiste na apresentação de trabalhos dos participantes - fase de exposição; seguida de debate entre todos os presentes na sala – fase de diálogo; e por último o coordenador faz uma síntese dos trabalhos apresentados e da discussão, e recomendações - fase de conclusão.
- **Simpósio:** Vários especialistas fazem breves apresentações sobre a temática definida, abrindo em seguida para questionamentos pela plateia. Difere da mesa-redonda porque não há debate entre os apresentadores. Pode ter caráter científico ou tecnológico.
- **Workshop:** Oficina de treinamento especializado cujo objetivo principal é praticar uma técnica. Promove aos participantes o aperfeiçoamento de técnicas por meio da explicação de palestrantes e de atividades predominantemente práticas.

As ações educacionais do tipo extensão assumem caráter estratégico na ESP/MT, por darem respostas efetivas às necessidades e demandas científicas, educacionais e culturais do SUS e SES/MT, abrangendo público diversificado, mediadas pela articulação entre formação, atenção, gestão, e participação. Assume formatos diversificados podendo ser desde ações até programas, que em geral, promovem a integração ensino, pesquisa e inovação.

Os programas de extensão devem privilegiar a proposição constante no PDI 2023-2026): 1) Programa de Ação Educativa (PAE), voltado às demandas da SES/MT, sob a gestão da ESP/MT, cujas propostas devem ficar devidamente registradas; 2) Programa de Educação Continuada (PEC) – destinado a trabalhadores do SUS que desejam se atualizar participando pontualmente de atividades de ensino em qualquer dos cursos ofertados pela escola; e a Educação Permanente em Saúde- (EPS) - destinada a todos os profissionais de saúde, comunidade, prestadores de serviços, gestão voltada à saúde e instituições de ensino.

6.2. Formação técnica - cursos técnicos e pós-técnico

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é destinada a educandos matriculados no Ensino Médio, ou dele egressos, com o objetivo de proporcionar habilitação profissional técnica ou qualificação profissional técnica, segundo perfil profissional de conclusão e, ainda, aperfeiçoamento profissional técnico e especialização profissional técnica reconhecidas pelo MEC, por meio do Sistema de Informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Conselho Estadual de Educação e Conselhos de Classe profissional (BRASIL, 2021; MATO GROSSO, 2014).

A ESP/MT é uma instituição de ensino pública, credenciada ao Sistema Estadual de Ensino, com oferta de cursos autorizados pelas instâncias legais. Os certificados emitidos são cadastrados e validados no Sistema Nacional de Informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) do Ministério da Educação (MEC).

A ESP/MT, por meio da Coordenadoria de Formação Técnica (COFTES), oferece cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, podendo oferecer inclusive cursos em outras áreas correlatas, de acordo com as necessidades dos serviços mantidos pelo SUS de Mato Grosso. A COFTES tem como eixo o Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio onde são ofertados cursos destinados à formação, qualificação, especialização, aperfeiçoamento e capacitação profissional.

Ao longo da sua trajetória, a ESP/MT realizou vários cursos de educação profissional técnica de nível médio nas regionais de saúde do estado, dentre os quais se destaca no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Relação de cursos e número de turmas de educação profissional técnica de nível médio, ofertados pela ESP/MT, entre ano de ano

Nº ordem	Relação de cursos ofertados	Nº turmas
1.	Auxiliar em Enfermagem	145
2.	Atendente em Consultório Dentário	03
3.	Técnico em Higiene Dental	14
4.	Técnico em Patologia Clínica	19

5.	Técnico em Vigilância Sanitária	07
6.	Auxiliar em Patologia Clínica	02
7.	Técnico em Registros de Saúde	01
8.	Técnico em Enfermagem	50
9.	Técnico em Radiologia	03
10.	Técnico em Análises Clínicas	03
11.	Técnico em Órtese e Prótese	02
12.	Técnico em Vigilância em Saúde	04
13.	Técnico em Hemoterapia	01
14.	Especialização Profissional de Nível Técnico em Saúde do Idoso	01
15.	Especialização Profissional de Nível Técnico em Odontologia para Pacientes Especiais	01
16.	Formação de Agente Indígena de Saúde	06
17.	Especialização Profissional Técnico em Enfermagem na Saúde da Família	03
18.	Especialização Profissional de Nível Técnico em Unidade de Terapia Intensiva e Neonatal	02
19.	Especialização Técnica em Saúde da Mulher e da Criança	01
20.	Especialização Pós Médio em Cultivo de Plantas Medicinais, Aromáticas e Alimentares	01
21.	Especialização Pós Médio em Atenção Básica à Saúde	02
22.	Especialização Pós-Médio em Unidade de Terapia Intensiva	01
23.	Especialização Pós-Médio em Apoio ao Diagnóstico	01

Fonte: Gerência de Documentação e Registro Escolar da ESP/MT, Nov/2022.

A ESP/MT mantém a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança nas seguintes áreas: Técnico em Enfermagem, Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Órtese e Prótese. Oferta cursos de Especialização de Nível Técnico no eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança.

Na elaboração de projetos educacionais, a COFTES obedece à Diretriz Curricular Nacional para a Educação Profissional de Nível Técnico, Resolução CEB/CNE nº 01/ 2021 (BRASIL, 2021) e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2022) que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica

nível médio. Orientam-se também pelos princípios norteadores previamente enunciados no art. 3º da LDB nº. 9.394/ 1996 (BRASIL, 1996).

Os cursos ofertados pela ESP/MT são regulamentados pela Resolução Normativa do CEE/MT nº 001/2014, que fixa as normas para a oferta da Educação Básica, na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o Sistema Estadual de Ensino (MATO GROSSO, 2014). Os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível médio abrangem (BRASIL, 2021):

- Habilitação profissional técnica, relacionada ao curso técnico;
- Qualificação profissional técnica, como etapa com terminalidade do curso técnico;
- Especialização profissional técnica, na perspectiva da formação continuada.

Para o desenvolvimento dos cursos de Educação profissional de nível médio a COFTES planeja (Vide Formulário em Apêndice 4), coordena, executa, monitora e avalia cursos e projetos, incluindo a elaboração do material didático, a seleção e capacitação dos docentes/facilitadores, e a supervisão técnica pedagógica. Para os cursos descentralizados, a Coordenadoria realiza uma ampla articulação junto a Comissões de Integração Ensino Serviço (CIES), Escritórios Regionais e Prefeituras/Secretarias Municipais, firmando termos de Cooperação Técnica com objetivo de estabelecer contrapartidas e obrigações entre os entes para operacionalização dos cursos, com o intuito de que todos os envolvidos atuem de forma integrada, visando garantir que os cursos desenvolvam-se em conformidade com os princípios teóricos e metodológicos, fundamentados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Regimento Escolar da ESP/MT, e alinhados à legislação vigente (Quadro em Apêndice 5).

6.3. Formação *Lato Sensu*

6.3.1. Residências em saúde

A Escola de Saúde Pública de Mato Grosso apoia o desenvolvimento de programas de residências médicas nas três unidades da Secretaria de Estado de Saúde que desenvolvem essa modalidade de pós-graduação lato sensu, que é caracterizada pela formação em serviço. As residências médicas no âmbito da SES/MT tiveram início nos anos de 2012 a 2013 por meio do Núcleo de Residência

na Área de Saúde que impulsionou à implantação de seis programas de residência médica (PRM) em unidades da SES/MT, e destes, estão com credenciamento ativo atualmente quatro programas.

Destaca-se o apoio técnico e institucional da ESP/MT às Comissões Regionais de Residência Médica (COREME) das unidades da SES/MT nos anos de 2020 a 2022, efetivado no processo de submissão de propostas para obtenção de atos autorizativos de credenciamento por 5 anos; e na ampliação da oferta de vagas no programa de residência médica de psiquiatria.

A ESP/MT também protagonizou a realização de acordos de cooperação entre a SES/MT e outras instituições de modo a garantir o desenvolvimento de práticas em cenários apropriados ao desenvolvimento de competências de cada especialidade médica, inserindo os profissionais/residentes, nas linhas de cuidados da rede de atenção à saúde. O processo seletivo unificado para o ingresso nos programas de residência médica da SES/MT é realizado pela Escola de Saúde Pública desde 2017, em parceria com as COREMEs das unidades com PRM.

Observa-se, conforme Quadro 2, que esta modalidade de pós-graduação contribui para a formação de médicos especialistas em Mato Grosso, os quais em sua grande maioria estabelecem residência no estado.

Quadro 2 - Demonstrativo do quantitativo de médicos formados pelos Programas de Residências Médicas da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Período/ano	Hospital Regional de Cáceres		CIAPS Adauto Botelho	Hospital Metropolitano
	PRM de Pediatria	PRM de Cirurgia Geral	PRM de Psiquiatria	PRM Ortopedista e Traumatologia
2019	02	02	01	02
2020	02	02	01	02
2021	02	02	01	02
2022	02	02	01	02
Total no período	8	8	4	8

Fonte: SIS CNRM/MEC/certificados- Nov/2022

Nas oficinas regionais do PDI 2021 a 2026 - Plano de Desenvolvimento Institucional da ESP/MT, emergiu como demanda para a ESP/MT a implantação de

residência multiprofissional. Com a finalidade de implementar esta proposta, a COREMU/SES/MT – Comissão de Residência Multiprofissional da SES/MT será implantada na escola, e irá se constituir como instância responsável por coordenar, organizar, articular, supervisionar, avaliar e acompanhar os Programas de Residência Multiprofissional a serem implantados.

A COREMU será instituída por portaria da Secretaria de Estado de Saúde e funcionará de forma articulada com os Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), as Comissões de Integração de Ensino e Serviço (CIES), e as atividades desenvolvidas nesta instância terão observância à legislação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) - Ministério da Educação (MEC), como também, será responsável pela comunicação e tramitação de processos junto à Comissão Nacional de Residências Médicas (CNRMs).

Intenciona-se nesse processo, a implantação de Programas de Residência Multiprofissional na Escola de Saúde Pública e nas demais unidades da Secretaria de Estado de Saúde, os quais serão elaborados em interface com as áreas temáticas que compõem as diferentes Câmaras Técnicas da CNRMS. Também deve ser observada a delimitação de área(s) de concentração e suas diretrizes específicas, que devem ser normatizadas, conforme o campo delimitado de conhecimentos no âmbito da atenção à saúde e gestão do SUS (Ver Apêndice 6).

Cada área de concentração eleita pelos Programas de Residência Multiprofissional será objeto de estudo e de formação técnica dos profissionais envolvidos no respectivo programa. As áreas de concentração serão organizadas segundo a lógica de redes de atenção à saúde e gestão do SUS, e contemplar as prioridades loco-regionais de saúde, respeitadas as especificidades de formação das diferentes áreas profissionais da saúde envolvidas.

6.3.2. Cursos de Especialização

O Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Área de Saúde da ESP/MT foi criado em 2005, através da Portaria CEE-MT nº 306, de 12/12/2005, obedecendo às regulamentações específicas do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso para o Ensino Superior. Desta forma, a ESP/MT possui autonomia na certificação de cursos de Pós-Graduação, e passa pelo processo de

avaliações periódicas a cada cinco anos para credenciamento do programa junto ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEEMT).

A Escola foi credenciada conforme regulamentação da Portaria nº 015/2019/GAB/CEE/MT, de 15 de abril de 2019, publicada no D.O.E., pág. 53 (MATO GROSSO, 2019). A última avaliação foi realizada em 2021 e de acordo com a Resolução n. 006/2021/CEE-MT e Portaria nº 062/2021-GAB/CEE-MT/2021, a ESP/MT está apta a oferecer cursos de especialização *lato sensu* até 2026.

A ESP/MT, através do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Área de Saúde, tem investido no aprimoramento técnico-científico de trabalhadores em áreas de interesse do SUS/MT, priorizando como objetivos estratégicos: (1) Ampliar o patrimônio cultural e intelectual dos trabalhadores da saúde, vinculados ao SUS no Estado de Mato Grosso; (2) Promover a formação de quadros em áreas específicas e de interesse do SUS, na perspectiva do fortalecimento técnico-científico das equipes técnicas da SES-MT, e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Mato Grosso; (3) Estimular o processo de investigação, através da articulação ensino - pesquisa - extensão, na área de saúde; (4) Divulgar novos conhecimentos e saberes, advindos da observação e investigação das diversas realidades que compõem o perfil epidemiológico e o quadro nosológico do Estado de Mato Grosso; (5) Promover acesso aos trabalhadores do SUS do Estado de Mato Grosso em programas e processos de educação permanente; e (6) Desenvolver estratégias para a efetiva regulação da formação de trabalhadores para o SUS do Estado de Mato Grosso.

Ao longo desta trajetória, o programa de pós-graduação da ESP/MT realizou vários cursos de especialização. Além disso, a SES/ESP/MT desenvolveu em parceria com ISC/UFBA, o Curso de Mestrado Profissional em avaliação de Tecnologias de Saúde.

Quadro 3 - Relação de cursos e período de realização dos cursos de especialização ofertados pela ESP/MT.

CURSO	MUNICÍPIO	PERÍODO
CEMISF (Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família)	Barra do Garças	30/04/2004 09/11/2006
CEMISF (Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família)	Cáceres	30/04/2004 09/11/2006
CEMISF (Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família)	Sinop	30/04/2004 09/11/2006
CEMISF (Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família)	Tangará da Serra	30/04/2004 09/11/2006
CEMISF(Curso de Especialização Modular Integrado em Saúde da Família)	Cuiabá	30/04/2004 09/11/2006
AUDITORIA PARA SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE	Cuiabá-ESPMT	20/03/2006 16/03/2007
SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM GESTÃO DE SISTEMAS LOCAIS DE SAÚDE - 1	Cuiabá-ESPMT	20/03/2006 31/05/2007
SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM GESTÃO DE SISTEMAS LOCAIS DE SAÚDE - 2	Cuiabá-ESPMT	24/09/2007 15/12/2009
ODONTOLOGIA PARA PACIENTES ESPECIAIS - I	Cuiabá-ESPMT	10/03/2008 17/12/2009
SAÚDE DO TRABALHADOR 1	Cuiabá-ESPMT	03/11/2008 31/08/2010
SAÚDE DA FAMÍLIA 1	Água Boa	14/10/2009 16/12/2011
SAÚDE DA FAMÍLIA 2	Juara/Porto dos Gaúchos	23/09/2009 16/12/2011
SAÚDE DA FAMÍLIA 3	Peixoto de Azevedo/Matupá	29/07/2009 16/12/2011
SAÚDE DA FAMÍLIA 4	Pontes e Lacerda/Conquista D'Oeste	30/09/2009 16/12/2011

GESTÃO DO TRABALHO e DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - I	Cuiabá-ESPMT	13/09/2010 30/06/2011
SAÚDE DA FAMÍLIA 5	Cuiabá-ESPMT	16/11/2011 06/09/2012

SAÚDE DA FAMÍLIA – TURMA 6	BAIXADA CUIABANA	22/07/2013 28/09/2017
GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - TURMA 2	Cuiabá	16/11/2015 17/02/2017
ODONTOLOGIA PARA PACIENTES ESPECIAIS - TURMA 2	Cuiabá	30/09/2013 05/04/2018
SAÚDE PÚBLICA – TURMA I	CUIABÁ	13/09/2016 11/05/2017
SAÚDE PÚBLICA – TURMA II	CUIABÁ	19/06/2017 07/02/2018
SAÚDE PÚBLICA – TURMA III	CUIABÁ	15/07/2019 13/10/2021
À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO – TURMA 1	CUIABÁ	11/05/2022 em andamento
SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – TURMA 1	CUIABÁ	26/05/2022 em andamento
SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – TURMA 2	CUIABÁ	14/07/2022 em andamento
SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – TURMA 3	CUIABÁ	21/07/2022 em andamento
AUDITORIA NO SUS TURMA 1	Cuiabá	13/06/2022 em andamento
HANSENOLOGIA – TURMA 1	CUIABÁ	14/06/2022 em andamento
PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA – TURMA 1	CUIABÁ	Previsão para iniciar em 22/08/2022

Fonte: COEPE, nov/2022

Diante desse quadro, a ESP/MT vem consolidando sua expertise na formação de trabalhadores nas áreas prioritárias conforme as necessidades loco-regionais e as novas agendas do SUS/MT.

O Programa de Pós-Graduação está em conformidade com o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/19696, Lei Complementar nº 49/1998, Lei complementar nº 161/2004, Resolução nº 004/2011, no D.O.E. de 14/12/2011, págs. 26, 27 e 28, Resolução nº 311/2008 do CEE/MT, Resolução 003/2009/CEE/MT e pela Resolução nº 04/2022/ESP/GBSAGTES/SESMT, de 14 de junho de 2022 do Conselho Escolar da ESP/MT. As propostas de cursos de especialização são apresentadas em formulário próprio (Ver Apêndice 7).

Para operacionalização das ações educacionais em nível *Lato Sensu*, utiliza-se das seguintes legislações:

- Lei nº 8151 de 08 de junho de 2004, que institui a atividade de magistério no âmbito do poder público estadual para a formação, capacitação e desenvolvimento dos servidores públicos, das equipes e instituições públicas do Estado de Mato Grosso;
- Portaria nº264/2021/GBSES, publicado publicada no DO Nº 28.009, de 28 de maio de 2021, que regulamenta o desempenho da atividade de magistério supervisão, tutoria, monitoria, conteudista, coordenação de curso e demais processos educativos no âmbito da ESP/MT.

6.4. Estágio e/ou Prática Curricular

A complexidade de que se revestem os processos de atenção e promoção à saúde no SUS requer a diversidade de cenários de ensino-aprendizagem na formação profissional. Esta particularidade exige múltiplas estratégias de formação, assim como, a interprofissionalidade nos serviços de saúde, como potência à efetivação da integralidade à saúde dos usuários.

As unidades da SES/MT como cenários de práticas de ensino-aprendizagem junto ao processo de formação dos trabalhadores do SUS, pode fomentar a integração das instituições de saúde e de ensino, a aproximação do conhecimento teórico com a realidade prática, ou seja, a experimentação e vivência no mundo do trabalho em saúde, ainda no processo de formação. Desta forma, a portaria

nº472/2019/GBSES, publicada no DOE nº 27661, de 02/01/2020, normatiza o estágio e/ou a prática curricular no âmbito da SES/MT.

De modo a concretizar a intencionalidade de que os formandos insiram-se precocemente nos cenários de prática, e vivenciem os serviços de saúde ofertados pela SES/MT, é necessário ocorrer a assinatura entre as partes interessadas e publicação em diário oficial, do Termo de Compromisso Institucional (TCI) (Anexo II da portaria 472). Em seguida ocorre a elaboração em conjunto, do Plano de Integração Ensino e Serviço para Estágio e/ou Prática Curricular (Anexo III da portaria 472), e posteriormente a essas etapas é instruído processo junto à ESP/MT para análise documental, parecer pedagógico e emissão de portaria interna, autorizando a realização da atividade prática, no serviço onde será desenvolvido do ensino em serviço.

A ESP/MT fomenta amplamente esse processo de desenvolvimento de estágios e práticas curriculares. Realiza ações de reflexão sobre a relevância de sua efetivação, assim como, orienta gestores, trabalhadores e instituições de ensino, quanto à sua realização sistematizada, bem como auxilia e apoia pedagogicamente a elaboração do plano de integração ensino e serviço para estágio ou prática curricular, para que este seja efetivo, mas também significativo ao conjunto dos atores envolvidos.

Desta forma, a SESMT adota o modelo de plano de integração ensino e serviço (Anexo III da portaria nº472/2019/GBSES), para auxiliar o processo de elaboração do plano de desenvolvimento do estágio em suas unidades, e é a partir deste que a COGEPE, analisa e emite parecer pedagógico que subsidia a Superintendência da ESP/MT, para emissão da portaria interna, autorizando o desenvolvimento do estágio ou prática curricular.

Concluída a elaboração do plano, a instituição de ensino deve formalizar o processo junto à ESP/MT, contendo minimamente: cópia do TCI; cópia das apólices de seguro dos alunos; Plano de Integração Ensino e Serviço para Estágio e/ou Prática Curricular. Internamente na ESP/MT a tramitação ocorre da seguinte forma: recebimento pela Superintendência, que posteriormente encaminha à COGEPE, para parecer pedagógico, e uma vez com parecer favorável é emitida portaria interna de autorização de realização, conforme cronograma previamente definido.

Figura 3 - Fluxo para realização de estágio ou prática curricular na SES/MT.



Fonte: Cogepe, 2022.

Reconhecendo a importância deste campo de atuação, a ESP/MT ciente dos desafios enfrentados – necessidade de incentivo à preceptoria e qualificação dos profissionais que atuam ou desejam atuar como preceptores; ampliação das áreas profissionais de estágio, atualmente ainda fortemente restritas aos cursos de enfermagem e medicina; a quantificação do número de estagiários que o serviço tem capacidade para acolher; como também o dimensionamento da capacidade da estrutura física, tecnológica e de profissionais para realizar o adequado acolhimento dos estagiários; pioneiramente e de forma participativa com os serviços envolvidos, desenvolveu entre os anos de 2020 e 2021, o estudo denominado de “Dimensionamento do campo de estágio Curricular nas unidades da SES” (ESP/MT, 2022). Este estudo apresenta subsídios ao cálculo da capacidade instalada dos serviços, para definição do quantitativo de estagiários que é possível acolher com segurança e qualidade.

A partir do referido estudo foi possível definir de forma coletiva e com o olhar loco-regional, o percentual de cada categoria profissional, e tornar claros, parâmetros para quantificar o número de estagiário/campo de estágio ou práticas. Desta forma, cada unidade, de forma descentralizada, pode fazer seu dimensionamento a partir de sua realidade e de métricas validadas pela SES/MT.

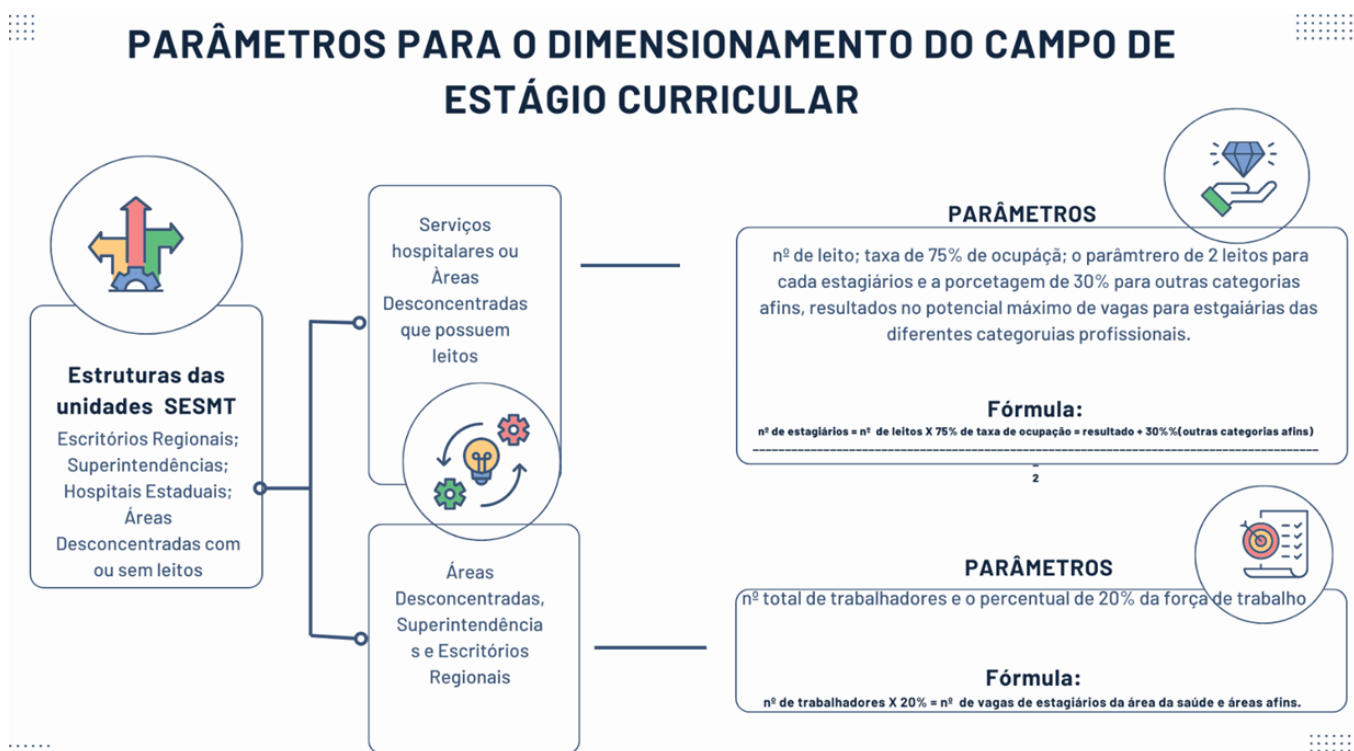
O estudo acima referido resultou no documento intitulado “Metodologia de Dimensionamento de Vagas de Estágios Curriculares: manual para gestores dos cenários de práticas da SES-MT”, o qual define: 1) Categorias profissionais de saúde de nível superior - Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapia, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Psicólogo, Professor de Educação Física e Terapeuta Educacional; e 2) Categorias de áreas afins – Direito, Administração, Tecnologia da Informação, Tecnologia de Gestão de Recursos Humanos, Engenharia Clínica, Arquitetura e Urbanismo, dentre outros.

Define também como categorias profissionais técnicos/assistente em serviços de saúde: 1) Profissional técnico de nível médio em serviços de saúde do SUS: Citotécnico, Desenhista projetista, Histotécnico, Instrumentador cirúrgico, Técnico de Alimentos, Técnico de Anatomia Patológica, Técnico de Enfermagem, Técnico de Órtese e Prótese, Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Arquivo, Técnico em Computação (Técnico em informática), Técnico em Contabilidade, Técnico em Desenho Industrial, Técnico em eletrotécnica, Técnico em Estatísticas, Técnico em Farmácia, Técnico em Imobilização Ortopédica (Técnico em gesso), Técnico em Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares, Técnico em Necropsia; Técnico em Nutrição, Técnico em Ortopedia, Técnico em Radiologia, Técnico em Registro de Saúde, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental; 2) Profissional assistente de nível médio em serviços de saúde do SUS: Assistente de Administração, Atendente de Consultório Dentário (Auxiliar em Saúde Bucal) Atendente II, Auxiliar de Patologia Clínica, Auxiliar de Radiologia, Auxiliar de Farmácia, e Auxiliar de Serviços Ortopédicos.

Em conformidade com as estruturas que constituem as unidades da SES/MT, a saber - escritórios regionais, superintendências, hospitais estaduais e áreas desconcentradas com ou sem leitos, definiu-se duas categorias de serviços

para a parametrização do dimensionamento do campo de estágio curricular, como demonstra a figura a seguir:

Figura 4- Parâmetros para dimensionamento de campos de estágio curricular na SES/MT.



Fonte: Cogepe, 2022.

A SES/MT ao desenvolver esses processos de ensino em serviço com os estágios ou práticas curriculares e residências em saúde, tem provocado há muito tempo, a necessidade de qualificação dos trabalhadores que assumem a função de preceptoria, junto aos processos de trabalho.

Segundo definido no Art. 9º, parágrafo único da portaria nº472/2019/GBSES, entende-se por preceptor, “o profissional/servidor com formação de nível superior da Unidade de Serviço/Campo de Estágio e/ou Prática Curricular que atuará como referência para o coordenador de Estágio e/ou Prática Curricular, professor supervisor e estagiário (p.14).”

Na intenção de dar respostas efetivas a essa demanda, a ESP/MT prevê em seu Plano de Trabalho Anual (PTA), ações de fomento à preceptoria, bem como, a

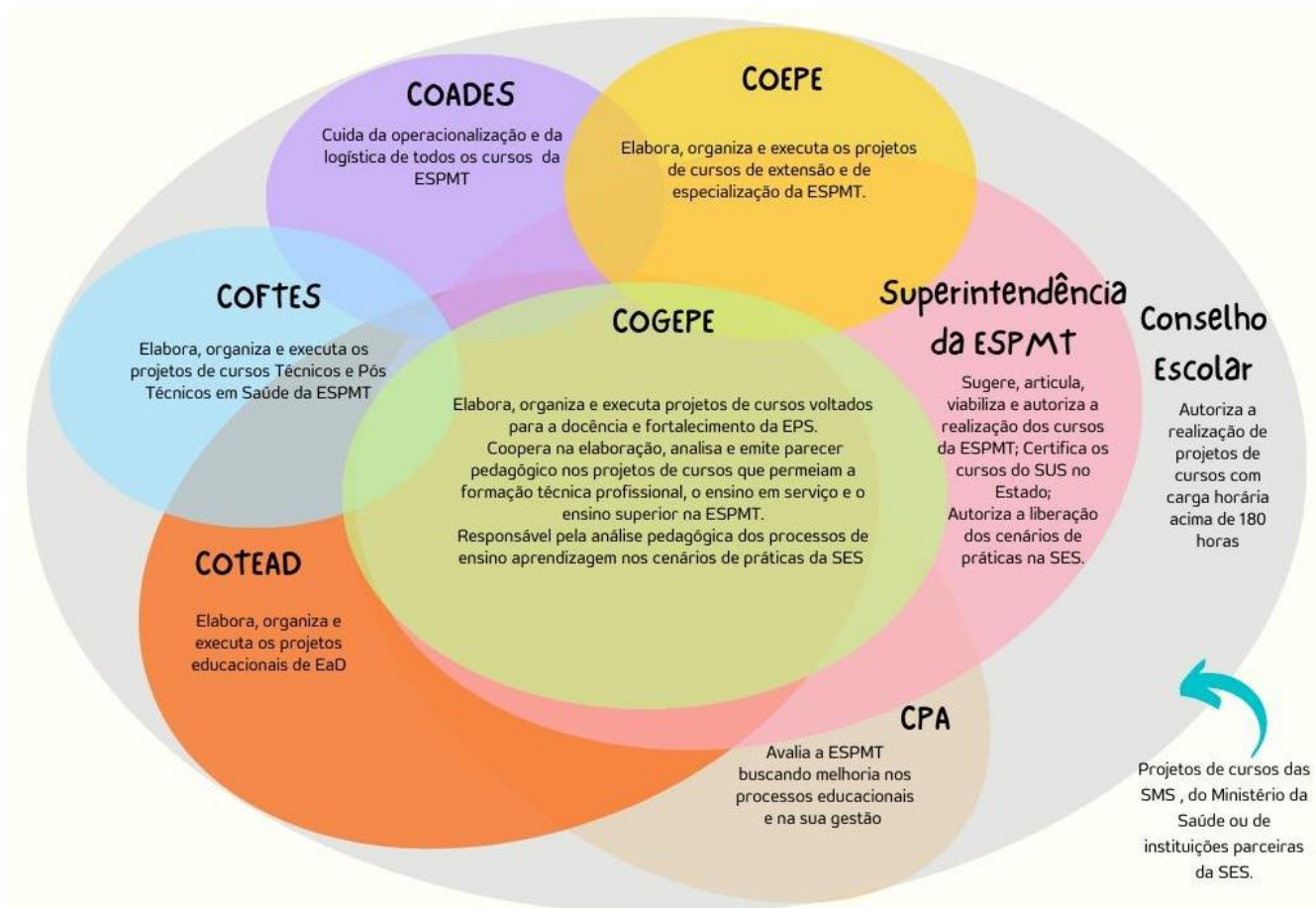
organização dos cenários de práticas para os estágios curriculares e residências em saúde, e destacam-se as seguintes ações estratégicas:

- Desenvolver Política de Gestão dos Cenários de Práticas do SUS de Mato Grosso;
- Qualificar a gestão dos programas das residências médicas da SES/MT;
- Qualificar os processos pedagógicos das residências médicas da SES/MT;
- Ampliar programas de residências em saúde no SUS de MT;
- Articular ações para implantação da Política de Residências em Saúde no SUS de MT;
- Elaborar a Política de Gestão dos Cenários de Práticas do SUS de MT;
- Implementar normatização dos cenários de práticas na SES/MT;
- Promover encontro para a integração do ensino-serviço para o fortalecimento das práticas do ensino em serviço no SUS de MT;
- Realizar encontros de orientação e organização do acesso aos cenários de prática no SUS de MT;
- Realizar curso de capacitação básica para a preceptoria;
- Realizar curso de qualificação dos preceptores do SUS de MT.

7. FLUXO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS NA ESP/MT

Os projetos educacionais da ESP/MT, desde a concepção até a finalização, seguem um trâmite interno, onde cada coordenadoria desempenha sua função.

Figura 5 - Articulação dos setores da ESP/MT no processo de aprovação de projetos educacionais.



Fonte: Cogepe, 2022.

Os projetos educacionais são elaborados ou acompanhados pela COEPE, pela COFTES, COTEAD ou COGEPE, de acordo com a natureza da atividade - formação técnica, extensão, especialização, cursos voltados para a docência, educação a distância e para fortalecimento da EPS/MT.

Todos os projetos de curso, sejam da ESP/MT ou externos, após finalizada a elaboração, são encaminhados à Superintendência da escola via Sistema Integrado da Gestão Administrativa Documental (SIGADOC), com solicitação de

autorização para certificação. A Superintendência encaminha os projetos à COGEPE para análise e emissão de parecer pedagógico.

Após o parecer finalizado, e uma vez recomendada a certificação, a Superintendência da ESP/MT elabora portaria interna autorizando a certificação do curso e dando as orientações quanto ao trâmite e documentos necessários que deverão ser enviados para a COADES/Gerência de Documentação e Registro Escolar, que registra e confecciona os certificados/diplomas.

Os cursos com carga horária superior a 180 horas também passam por apreciação, para obter autorização do Conselho Escolar da ESP/MT antes de seu início.

O processo de análise para recomendação das ações educacionais pauta-se nos princípios e valores expressos no PDI, e nos princípios políticos e pedagógicos traçados pela ESP/MT neste PPI, os quais orientam a elaboração do parecer pedagógico, que é emitido pela COGEPE, conforme instrumento disponível no Apêndice 9.

Juntamente com a emissão do parecer pedagógico, a COGEPE realiza análise quantitativa destes projetos através do formulário de Avaliação de Ações Educacionais, conforme Apêndice 10. As informações produzidas qualificam o banco de projetos formalizados junto à ESP/MT. Esta avaliação gera informações que podem subsidiar nas suas tomadas de decisões, fornecer informações relevantes à Comissão Própria de Avaliação (CPS) e a Comissão Integração Ensino e Serviço do Estado de Mato Grosso (CIES-MT), dentre outros.



"À educação cabe fornecer, de algum modo,
os mapas de um mundo complexo e
constantemente agitado e,
ao mesmo tempo, a bússola que permite
navegar através dele"

(Jacques Delors)



8. PRINCÍPIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

Os princípios políticos e pedagógicos estão alinhados aos princípios e valores da ESP/MT, expressos no PDI 2021-2026, no propósito de (co)construção de uma escola inovadora, com foco na criação de redes entre a formação, seus processos, e o Sistema Único de Saúde, em que ambos se retroalimentam na produção do cuidado humanizado, da gestão participativa, integrados à pesquisa, extensão e inovação.

Os princípios devem ser considerados como bússola que orienta o planejamento e o fazer pedagógico na escola, podendo ser compostos, (re)agrupados sempre que a dinamicidade dos processos educacionais exigir. Há princípios que são essenciais à prática pedagógica inovadora, a saber:

Figura 6– Princípios essenciais à prática pedagógica inovadora.



Fonte: Cogepe, 2022.

Educação Permanente em Saúde - princípio político e pedagógico que tem o intuito de fortalecer espaços de formação, e potencial para problematizar e modificar o cotidiano das práticas vivenciadas no trabalho, sendo este um princípio essencial aos processos educativos, por fomentar a possibilidade de autoanálise e autogestão (CECCIM, 2005; 2014). A EPS propicia reflexividade profissional, ao atentar para a maneira pela qual as práticas profissionais se inscrevem nas instituições, podendo ser problematizadas por um processo de análise coletiva (MONCEAU, 2018). Por constituir sua análise de modo contextualizado, pautando intervenções articuladas e não apenas transmissão de conhecimentos (REZZIO et al., 2022), a EPS viabiliza a valorização da comunicação na equipe, e dos diferentes tipos de saberes, uma vez que o conhecimento produzido se configura pelo aprendizado pautado nas/pelas experiências de trabalho, o saber-fazer (CECCIM, 2005; 2014).

Problematização - A reflexão, 'o pensar sobre' constitui a base da problematização, e o desenvolvimento da capacidade de pensar consiste no objetivo primordial da educação (BERBEL, 1999). Assim, problematizar consiste em colocar o educando em contato com a realidade, instigando o exercício do pensar sobre as situações que se apresentam, e buscando evidências científicas que desvelam possibilidades de intervenção, por meio de processo compartilhado com os pares, docentes e gestores. Na prática operacionaliza-se a partir da análise de situações que precisam ser solucionadas, provocando contato entre o educando e as situações da realidade, de modo a estimulá-lo a buscar soluções, analisando-as criticamente e associando-as a novos conhecimentos (VIEIRA; PANÚNCIO-PINTO, 2015).

Aprendizagem significativa - Trata-se do compromisso com a capacidade de perceber, interpretar e desenvolver ações complexas, integrando as experiências prévias e o que é possível aprender no cotidiano do trabalho. Está fortemente relacionada às articulações que aprendemos a fazer entre conhecimentos/teorias e práticas, o 'aprender a aprender', e que se opõe à

absorção cumulativa de conhecimentos e técnicas (CECCIM; FERLA, 2008; FERLA, 2021)

Inovação nas ações educacionais - adoção de ideias, processos e estratégias, mais ou menos sistematizados, em que se introduzem e se provocam mudanças nas práticas educativas vigentes, visando a melhoria das aprendizagens dos educandos e das práticas educacionais dos docentes, a serviço de sujeitos e comunidades, alicerçadas no respeito democrático, na equidade e na solidariedade, e da educação entendida como um bem comum no espaço público (JESUS; AZEVEDO, 2020).

Pedagogia em ato - a educação emerge como intervenção pedagógica local, de escuta em ato, em cenas de encontro no ou com o serviço, por meio de produções e caminhos ativados por falas, cartazes, mapas, painéis, dentre outras; mas também construídos pelo silêncio atento mediado pelo olhar pedagógico (CECCIM, 2006; WERNER; FREITAS; CECCIM, 2022). Estes encontros são potencializadores de mais vida, pois provocam o deslocamento dos modos de ver, de fazer, e de se perceber enquanto indivíduo e sociedade, impedindo de prosseguir sendo o mesmo, após o encontro-afecção-aprendizagem (DALLEGRAVE; CECCIM, 2018).

Experimentação - atenta-se menos para o estado e representação das coisas, e mais para os movimentos que se passam durante seu processo e acompanhamento. A experimentação se configura como o que se vivencia para a produção de novos sentidos, propiciando encontros que afetam os sujeitos, interrompem o fluxo habitual de eventos e situações, e instalam campos problemáticos sem pretensão de soluções, forçando o sujeito a produzir algum tipo de sentido para dar conta do que lhe acontece (FERNANDES, 2016).

Protagonismo e autonomia - processo dinâmico de coprodução de uma maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto. Não se trata de uma condição contrária à de dependência, tampouco de uma liberdade absoluta, mas sim, de uma

capacidade de o sujeito lidar com sua rede de dependências, e de ser autor e personagem de suas histórias (OLIVEIRA, 2011; CECCIM, et al. 2018). Oferece maior liberdade para o educando, permitindo ultrapassar as barreiras impostas pelo saber científico, sem se esquivar deste. Favorece o desenvolvimento pessoal e profissional, ao desencadear reflexões sobre suas competências e ações, pois permite observar lacunas na sua aprendizagem, e a partir deste, o desejo de mudança e de estabelecer compromissos e objetivos a serem alcançados, despertando a autonomia para a busca de novos conhecimentos, em um processo de reflexão e ação (OLIVEIRA, 2011; CECCIM, et al. 2018).

Partindo desses princípios essenciais, apresentam-se outros que, de forma intercomplementar compõe a proposta pedagógica da ESP/MT:

Integração Ensino, pesquisa, extensão e inovação - tendo a atenção básica como ordenadora dos serviços e práticas de cuidado, as ações educacionais no âmbito da ESP/MT devem convergir para a plena integração formação - atenção -gestão - participação, intencionando não somente a construção de conhecimentos, mas primordialmente à construção de práticas de cuidado e gestão participativas, mediadas pela pesquisa científica, pela interação com a comunidade, pelo desenvolvimento institucional e de tecnologias de atenção, gestão e educacionais. Nessa perspectiva, busca-se refletir sobre como transformar as situações pedagógicas em oportunidades de inovação no ensino da saúde, mediante implementação de novas metodologias de ensino, aprofundando conhecimentos pedagógicos e utilizando a prática do ensino interprofissional.

Articulação ensino-trabalho – consiste na projeção de cenários de ensino a partir mundo do trabalho e da produção do cuidado, um estando no outro, ou seja, o trabalho está na pedagogia e esta está na atividade laboral, e simultaneamente, expressam a educação na saúde, fortalecendo a relação ensino-aprendizagem. A aprendizagem nos cenários de serviço favorece estudantes e profissionais a identificarem as necessidades da população,

aumenta a possibilidade de intervenções no processo saúde-doença e produz saberes multiprofissionais característicos da organização do trabalho em equipe (OLIVEIRA et al., 2017). A presença de estudantes nesse cenário ganha uma dimensão de rede-escola, transformando o trabalho em saúde, uma vez que os serviços podem passar a ser considerados como organizações que também aprendem.

Ambientes Propulsores de Aprendizagem - envolvem múltiplos fatores que permeiam o processo educacional, de caráter físico ou psicológico englobando a interação docente-educando, as metodologias empregadas para o ensino, o atendimento às exigências psicológicas, sociais e emocionais requeridas pelos educandos, bem como a infraestrutura disponível ao aprendizado, que deve propiciar atmosfera proveitosa ao educando (COSTA; ZAGONEL, 2020).

Tecnologias leves e subjetividade - ênfase em processos formativos que favoreçam a capacidade de construir conjuntamente os saberes necessários à constituição de tecnologias leves, ampliando o objeto das práticas e os desfechos possíveis da atuação multiprofissional. Tem foco na integralidade da atenção, estimula o processo de reestruturação produtiva em saúde, centrado na produção do cuidado, mediado pelo trabalho em equipe e pela atuação interdisciplinar (CECCIM, 2006; MERHY, 2002). Compreende a formação profissional enquanto processo de subjetivação que desafia a empreender conexões produtivas com o cotidiano, ao invés de apenas absorver e aplicar conhecimentos e técnicas disponíveis durante a formação (FERLA, 2021).

Pensamento Crítico - Processo cognitivo complexo, que compreende o conjunto de habilidades e atitudes utilizadas para pensar sobre as comunidades práticas, experiências, conflitos e situações do cotidiano. O conjunto de habilidades pode ser desenvolvido no processo de ensino-aprendizagem, por meio da prática de questionamentos, levando os educandos a compreender, interpretar, refletir, analisar e autorregular seu próprio processo de pensar criticamente (Ver modelo em Apêndice 11).

Criatividade - refere-se a uma capacidade sistêmica de leitura da realidade, à atuação em rede, ao estabelecimento de novas conexões e interações entre ideias, conhecimentos, processos e soluções. Face a ambientes permeados pela incerteza, imprevisibilidade e constantes transformações, a criatividade torna-se estratégica para a descoberta de oportunidades, e de novas perspectivas para solução de problemas (CARBOGIM, et al, 2019).

Mediação pedagógica - o papel do docente é compreendido como design de caminhos, que significa estar aberto ao diálogo e problematização, à escuta qualificada, ao respeito às diferenças e saberes prévios, ao estímulo para o pensamento crítico e criativo, e à criação de atmosfera inclusiva (BACICH, MORAN, 2018).

Avaliação formativa - compreendida como construção social, assume caráter contínuo, sistematizado, dialógico, intersubjetivo, e operacionaliza-se por meio de *feedbacks* regulares. Fornece subsídios para a revisão das práticas pedagógicas, permite a identificação de potencialidades e fragilidades individuais e coletivas, melhorando o desempenho de pessoas e equipes.

9. EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Metodologia significa simultaneamente o caminho do pensamento, os métodos, técnicas, instrumentos e a singularidade dos atores sociais nos processos e procedimentos pedagógicos (MINAYO, 2014; SENAC, 2015; SENAC, 2018). Delineiam-se como experimentações, na medida em que se moldam ao público alvo, às situações concretas vividas, e devem convergir para a autêntica ruptura com a passividade e ausência ou restrição da criticidade. Antes, as metodologias dos cursos, eventos e ações pedagógicas da ESP/MT devem estimular a participação ativa, o pensamento crítico, a autonomia, a articulação teoria-prática, o desenvolvimento da capacidade de tomar decisões e resolver problemas, assegurar a constante articulação com o cenário loco-regional de saúde, e o respeito ao repertório sociocultural dos participantes.

Tendo por base a aprendizagem significativa, as experimentações metodológicas precisam partir do resgate de experiências e conhecimentos prévios, que já fazem parte da bagagem trazida pelos participantes, e ainda enaltecer a ação-reflexão-ação, a criatividade, e o desenvolvimento de novos conhecimentos, atitudes e práticas. Deve-se valorizar a participação ativa, o protagonismo dos educandos na construção de conhecimentos, atitudes e valores, por meio da interação estabelecida nos cenários de aprendizagem, no ensino pela descoberta, investigação, e solução de problemas (BACICH, MORAN, 2018).

Na implementação de experimentações metodológicas, é necessário considerar o ambiente de aprendizagem, e os múltiplos fatores que permeiam o processo educacional, de caráter físico ou psicológico englobando a interação docente-educando, o atendimento às exigências psicológicas, sociais e emocionais requeridas, bem como a infraestrutura disponível ao aprendizado, que deve propiciar atmosfera proveitosa ao educando (COSTA; ZAGONEL, 2020). Novas experimentações em cenários complexos - permeados pela incerteza, imprevisibilidade, ambiguidade e alta densidade tecnológica, fazem-se necessárias, para que os educandos tenham oportunidades de solucionar problemas reais, e desenvolver habilidades não somente técnicas de sua área de atuação, mas também de investigação, educação, gestão, e inovação, instrumentalizando-os a buscar/encontrar informações, planejar, tomar decisões e intervir eficazmente em situações do cotidiano do trabalho (ENAP, 2020).

As opções metodológicas consistem na oferta de múltiplas estratégias e ambientes de aprendizagem, na construção de caminhos de aprendizagem flexíveis e estrategicamente ajustáveis, permitindo a participação ativa dos educandos na escolha e definição de percursos que atendam as demandas individuais e coletivas, implicando em acordos adaptáveis às derivas encontradas no caminho de formação. Assim, dispor de tais opções não restringe a criatividade, a imaginação e a intuição, pelo contrário, conduz a soluções inovadoras, uma vez que propõe recursos e ações que auxiliam o processo criativo no estímulo à aprendizagem.

Apresentam-se ainda, métodos diversos, alguns possuindo as mesmas características ou dinâmicas, ou apresentando pequenas alterações, além de nomenclaturas diversas. Considera-se necessário estabelecer e definir claramente cada um dos métodos, assim como apresentar as características e critérios de cada um deles, visto que na atualidade, há diversos modos de aplicá-los, com base no conhecimento teórico e em experiências práticas nas diversas abordagens e ênfases pedagógicas, para que se obtenham resultados adequados para os problemas de projeto.

Nessa perspectiva, são apresentadas a seguir, algumas possibilidades de metodologias, para compor trilhas individuais e coletivas, nas ações educacionais conduzidas na/pela ESP/MT, tendo como foco o fortalecimento do SUS, e de suas estruturas e processos.

DESCRIÇÃO

Projeto de Intervenção – segue etapas em sua operacionalização, que são flexíveis e ajustáveis às necessidades do local alvo da intervenção. São etapas propostas: realizar um diagnóstico do local, que permita conhecer e compreender as situações de saúde, para, em seguida, priorizar os problemas mais necessários de intervenção. É importante que na priorização, sejam elencados problemas sobre os quais os atores sociais tenham governabilidade. Após, é necessário apresentar o referencial teórico que orienta a construção, e a descrição da metodologia adotada, onde se registram todas as técnicas, ferramentas, instrumentos e procedimentos. O plano de ação é outra etapa necessária, no qual ficam registradas as ações, atividades, prazos, responsabilidades, custo, indicadores de avaliação e recomenda-se o uso do modelo 5W 3H, que é de fácil utilização e compreensão por todos os envolvidos no projeto. Esse modelo contempla a etapa de avaliação, por meio da construção e monitoramento de indicadores, que são cruciais para retroalimentar o projeto. Esta metodologia é potente para operar articulação entre a escola e o serviço, resultando em benefícios para ambos (THIOLLENT, 2008).

INDICAÇÕES

Principalmente quando a intencionalidade é implementar mudanças / melhorias nos locais de prática dos participantes, com envolvimento dos atores sociais do campo prático, em todas as etapas de operacionalização. Estimula a prática dialógica e participativa.

Metodologia da Problematização – também originária nos anos 60, está diretamente associada à criação do método do arco de Charles Maguerez, que foi adaptado por Bordenave e Pereira em 1982, resultando na proposta que possui 5 etapas: 1) Observação atenta da realidade (problema), identificando elementos que precisam de intervenção, correção ou aperfeiçoamento; 2) Pontos chave – o que se pretende estudar – o que precisa ser conhecido, analisado à luz das evidências científicas, e onde buscar as melhores evidências; 3) Teorização – momento de investigação dos pontos elencados na etapa anterior, e comparação da teoria com as “percepções iniciais”; 4) Hipóteses de solução – requer a criatividade, que precisa ser estimulada na proposição de soluções inovadoras, diferentes e adequadas à realidade em estudo; 5) Aplicação à realidade – etapa prática na realidade, de modo a promover uma transformação da mesma, ainda que seja de pequenos processos. (LIMA, 2017, p. 426; BERBEL, 1999, p. 3-6). Oportuniza a aprendizagem pela experimentação, promove o desenvolvimento da autonomia e a capacidade para intervir em problemas da realidade.

É a metodologia de eleição para realização de práticas de forma ativa. Está direcionada à solução de problemas da realidade, e aplica-se a cursos, disciplinas ou módulos de aprendizagem.

Problem Based Learning - PBL (Aprendizagem Baseada em Problemas - ABP) – idealizada na década de 60 na Universidade de McMaster – Canadá, operacionaliza-se por meio de situações problema em pequenos grupos, e participação ativa dos estudantes. Recomenda-se que as situações problema sejam elaboradas por equipe de profissionais, que versem sobre situações do cotidiano, e levem à interdisciplinarização dos saberes em estudo, de modo a “ativar os conhecimentos prévios dos estudantes; e apresentar um desafio cognitivo para o qual se reconhece a utilidade” (LIMA, 2017, p. 425). Segue 7 passos: 1) Esclarecer termos e expressões no texto do problema; 2) Definir o problema; 3) Analisar o problema; 4) Sistematizar análise e hipóteses de explicação ou solução do problema; 5) Formular objetivos de aprendizagem; 6) Identificar fontes de informação e adquirir novos conhecimentos individualmente; 7) Sintetizar conhecimentos e revisar hipóteses iniciais para o problema. Esta metodologia fomenta o pensamento crítico e o raciocínio clínico, e permite o desenvolvimento de competências, dentre elas a resolução de problemas complexos (MACHADO, PERALBA, 2020, p. 92).

Em geral utilizada para trabalhar situações clínicas de forma contextualizada – família, comunidade, ambiente, epidemiologia, rede de serviços, políticas de atenção à saúde. O caso de papel traz elementos que contemplam essas múltiplas dimensões e deve ser elaborado com base em dados da realidade de atenção à saúde loco-regional.

É indicada para conduzir disciplinas ou mesmo cursos completos, dada sua capacidade de abarcar múltiplos saberes em uma mesma situação problema.

Solução de Problemas – a aplicação é realizada na sequência – elaboração prévia do problema pelo docente, usando dados da realidade que se quer estudar; apresentação do problema aos estudantes; definição dos grupos de trabalho para estudo do problema (pode ser utilizado o mesmo problema para todos os grupos ou problemas diferentes, a depender do tema); estimular a análise dos dados apresentados, sua interpretação, teorização e elaboração de hipóteses de solução; avaliação e síntese – verificar a existência de leis e princípios que podem ser aplicados a situações semelhantes (ANASTASIOU, ALVES, 2003, p. 86).

Pode-se utilizar a solução de problemas, independentemente de metodologia descrita em passos / etapas. Está indicada quando a intenção é desenvolver o pensamento crítico e criativo, a busca e análise de dados, a interpretação, e a proposição de alternativas de solução para os problemas em estudo.

Aula Expositiva Dialogada – definida como “superação da aula expositiva tradicional”, consiste na problematização de temas, instigando por meio de questionamentos, a co-construção de conhecimentos. Toma como referências os conhecimentos prévios dos educandos, e motiva-os à participação por meio de questionamentos, confronto com a realidade e análise crítica, de modo a romper com a “passividade intelectual” (ANASTASIOU, ALVES, 2003, p. 79). O diálogo deve permear toda a explanação, por meio de abertura de espaço a perguntas, sanar dúvidas, e estabelecer trocas permeadas pelo respeito e cordialidade. É desejável que ao final seja feita uma “síntese integradora” (p. 79) dos tópicos abordados, de modo a contribuir com a consolidação de conhecimentos.

Pode ser utilizada de forma ampla e diversa, quando o objetivo é consolidar saberes e promover a interpretação crítica da realidade.

Peer Instruction – (Aprendizagem por pares) – conduzida pelo docente, que inicialmente fornece material para estudo prévio pelos estudantes extraclasse. Na sala de aula, o docente inicia com uma abordagem inicial sobre o conteúdo, e em seguida lança questões pré-elaboradas, derivadas de um banco de questões. Os educandos respondem individualmente à questão, as respostas são computadas, e os resultados indicam as condutas, conforme segue: Acertos abaixo de 30% - o docente reapresenta os conceitos e retorna às respostas individuais; Acertos entre 30 e 70% - alunos debatem em pares por cerca de 2 minutos, e retornam às respostas individuais; Acertos acima de 70% - docente retoma a explanação, explicando cada alternativa da questão. O ciclo se repete até que o número e conteúdo das questões aborde o conteúdo previsto para a aula. Podem ser usadas ferramentas digitais para auxiliar na apresentação dos resultados das respostas.

Quando se quer criar o hábito de estudo prévio às aulas; para enfatizar que a aprendizagem se dá por compartilhamento e interação social.

Espiral Construtivista – idealizada em 2004, por Valéria Vernaschi Lima, orienta-se pelo uso de narrativas, que exploram o contexto histórico e cultural. A espiral propõe os seguintes movimentos: 1) Síntese provisória composta por a) Identificação de problemas; b) Formulação de explicações e c) Elaboração de questões de aprendizagem; 2) Nova síntese composta por d) Busca por novas informações; e) Construção de novos significados e f) Avaliação do processo e resultados (LIMA, 2017). Destes movimentos, somente a busca por novas informações ocorre de forma individual. A espiral construtivista valoriza os saberes prévios dos estudantes, mesmo que “incompletos, imprecisos ou incorretos”, que após o confronto com as evidências será reconstruído (LIMA, 2017, p. 430).

Para problematizar situações do cotidiano, quando não há muitos elementos a inter-relacionar. Pode ser utilizada para aspectos clínicos, gerenciais, educacionais, socioantropológicos e políticos.

Team Based Learning (Aprendizagem Baseada em Equipes) – metodologia que tem potencial para ser utilizada em cursos, disciplinas ou módulos de aprendizagem. Exige trabalho prévio dos participantes podendo ser por meio da leitura de artigo, ou assistir filme / vídeo, fazer entrevista com experts sobre o tema. O docente

Estimular a construção de conhecimentos e o trabalho em equipe; motivar a participação, a comunicação e o poder de argumentação.

deve preparar texto sintético e consistente, e questões de aprendizagem contendo somente alternativas corretas, de modo que as equipes terão de encontrar a melhor resposta de acordo com o enunciado. Formam-se equipes de 5 a 7 participantes, podendo ser até 10 no máximo, e as etapas do trabalho consistem em – leitura e resposta individual às questões; discussão das respostas na equipe e consenso das respostas; discussão das respostas no grande grupo e tentativa de consenso; fala do especialista e resposta do especialista. Esse ciclo se repete a cada questão. Oferece oportunidades de aprendizagem diversificadas a saber: 1) Individual – leitura prévia de artigo indicado pelo docente; 2) Individual – leitura e resposta individual às questões; 3) Equipe – discussão das questões e consenso das respostas da equipe; 4) Grande grupo – argumentação sobre as respostas e consenso ou não das respostas das equipes; 5) Apresentação do especialista (UTIDA et al, 2020; MEDEIROS et. al., 2021).

Além da aprendizagem individual e em equipes, o TBL pode ser utilizado para construção de tecnologias diversificadas em pequenas equipes.

Simulação em Saúde – requer planejamento prévio minucioso, englobando elaboração de cenários e previsão de todas as etapas a serem percorridas, de forma sistematizada, com objetivos claramente definidos, estratégias de avaliação, recursos materiais, estruturais e tecnológicos disponíveis, e principalmente, docentes capacitados para conduzir o processo (SANTOS et. al. 2021). Cabe ressaltar que a simulação pode ser realizada sobre temas clínicos, como também gerenciais e educacionais. Esta metodologia é desenvolvida em etapas – a) preparo e b) aplicação - englobando briefing (momento de orientação sobre como irá ocorrer a simulação), intrassimulação (etapa de desenvolver o cenário simulado) e debriefing (momento de compartilhamento da experiência, e de emoções, sentimentos, reflexões, sendo crucial a realização do *feedback* (PARANAGUÁ, SILVA, AZEVEDO FILHO, 2020; SANTOS et. al. 2021).

É excelente opção para as situações em que se deseja ofertar a vivência de situações reais em ambientes controlados e que não oferecem riscos nem aos pacientes nem à equipe multiprofissional. Pode ser utilizada para abordar aspectos clínicos, como também gerenciais e educacionais.

Seminários – permite promover a sistematização - dos processos de leitura, discussão sobre o tema, e apresentação do trabalho, tanto oralmente como por escrito. Requer planejamento pelo docente quanto a: apresentação da temática, organização de calendário de apresentações, orientação do processo de busca de evidências científicas, e estratégias de compartilhamento e produção do relatório (ANASTASIOU, ALVES, 2003, p. 90). O docente tem papel fundamental na condução das análises críticas de cada apresentação, como também pela elaboração de síntese dos principais elementos que precisam ser consolidados sobre as temáticas.

Para estimular o trabalho em equipe e o compartilhamento de experiências e conhecimentos;

Flipped Classroom (Sala de Aula Invertida) – propõe a inversão da sala de aula, tradicionalmente usada para transmissão de saberes, que nesta proposta, torna-se espaço dinâmico de aplicação dos conhecimentos construídos pré-aula. Antes do encontro presencial, e dependente da responsabilidade dos educandos, estes devem realizar leituras, assistir vídeo-aulas, ouvir palestras, *podcasts* ou outros que auxiliem a aprendizagem cognitiva inferior, de acordo com a Taxonomia de Bloom – conhecimento e compreensão; e na sala de aula, onde a

Desenvolver o protagonismo dos estudantes na construção de conhecimentos; estimular a autonomia; colocar os conhecimentos em prática.

responsabilidade do docente perpassa preparar síntese e reflexões sobre os conteúdos, desenvolve-se a aprendizagem cognitiva superior – aplicação, análise, síntese e avaliação. Assim, pressupõe conteúdo com aplicação prática, de modo que no presencial, são desenvolvidos exercícios, rodas de discussão, simulações e outras atividades que permitam a aplicabilidade do conteúdo, podendo-se inclusive, lançar mão de outra metodologia ativa. Considera-se que a aula foi invertida quando, além do exposto, cria-se ambiente flexível à aprendizagem; desloca-se o foco para o estudante e a aprendizagem; trabalha-se com conteúdos aplicáveis; docentes dão feedbacks em tempo real, e estão preparados para aceitar críticas. (VALENTE, 2018; SANT'ANA, MELO, 2020)

Linha do Tempo – baseada na lógica temporal, é realizada a construção histórica dos processos, de modo a tornar visual a inter articulação entre eles, e como os fatos históricos determinam os processos em curso no período estudado. Exige preparo de textos sintéticos de apoio sobre os temas em estudo, os participantes são divididos em pequenas equipes, e por meio de papéis e figuras disponibilizadas, apresentam a evolução de cada tema ao longo dos séculos. Cada equipe apresenta e docentes e estudantes analisam as inter-relações entre os temas, cabendo ao docente, a realização de síntese dos principais conhecimentos construídos ao final.

Tem indicação específica, e, portanto, não é metodologia que pode ser usada em larga escala na condução de cursos ou disciplinas. É utilizada quando a intenção é interarticular processos ou campos do conhecimento, como exemplo, saúde, educação, administração, mostrando a determinação histórica sobre eles.

Aprendizagem Baseada em Projetos – são requisitos para operacionalização desta metodologia – abordar conteúdo significativo, que instigue os participantes por estar relacionado ao seu repertório e ao mundo do trabalho; conter perguntas instigantes em relação ao nível de complexidade e estímulo à investigação; pesquisa e inovação, provocando a busca de referências científicas e soluções criativas e inovadoras; avaliação formativa mediada por *feedbacks* frequentes que auxiliem a reestruturação do projeto, de modo a alcançar os melhores resultados de aprendizagem; valorização do processo mais do que propriamente os resultados, promovendo a reflexão e autoconhecimento, autoavaliação e conhecimento sobre as próprias aprendizagens. As etapas do projeto consistem em – definição do escopo; elaboração do plano de ação, no qual as etapas ficam demarcadas; execução das ações planejadas, seguida de avaliação e monitoramento do projeto; e apresentação dos resultados. Trata-se, portanto, de metodologia sistematizada, para ser desenvolvida ao longo de um período de tempo maior, que pode corresponder a uma/algumas disciplina(s), um curso ou módulo de aprendizagem. O docente tem importante atuação nesta metodologia, tanto no planejamento e definições prévias, no apoio e supervisão durante a execução, quanto na transparência sobre a avaliação (SENAC, 2018, p. 33-34, DIAS, 2020).

Desenvolver a capacidade para trabalhar em equipe, em torno de situações problema do cotidiano do trabalho. Explorar estratégias de aprendizagem mediadas pela investigação, desenvolver o pensamento crítico e a articulação teoria-prática.

Design Thinking – esta metodologia orienta-se por olhar sistêmico, apostando na criatividade dos participantes na proposição de soluções baseadas nas necessidades das pessoas e contextos em

Quando a intencionalidade é a geração de novos produtos, serviços ou soluções criativas,

estudo. O *design thinking* é regado pelos princípios – empatia, entendida como inteligência emocional que “coloca o ser humano no centro do processo de inovação” (ROCHA, 2018, p.158); a colaboração, pois considera que múltiplos olhares contribuem para o desenvolvimento de soluções inovadoras; a criatividade, forte marca da metodologia, que adota a perspectiva de que todos os participantes são criativos, e a atividade somente desperta esta capacidade por vezes latente; e o otimismo, que permite enxergar novas possibilidades, novos rumos, novas estratégias para a mudança (ROCHA, 2018, p.158-160). As etapas do *design thinking* podem variar de autor para autor, mas em geral envolvem: 1) Empatizar – imersão na experiência para compreensão do problema, sendo que a empatia deve estar presente em todas as etapas, mediada pelo diálogo; 2) Definir – o problema a ser solucionado ou “a oportunidade a ser desenvolvida”; 3) Idear – etapa de geração livre de ideias, sem julgamentos ou apego a elas, em geral, com o uso da técnica de *brainstorming*; 4) Prototipar – consiste em projetar, criar um modelo, por meio de desenhos, maquetes, diagramas, recursos digitais ou outros, o projeto a ser desenvolvido, eleito dentre as ideias emergidas da etapa anterior (CHRISOSTIMO, 2020, p. 60-2); 5) Testar – consiste em planejar a implementação da ideia, por meio de ferramentas de gestão de projetos (ROCHA, 2018, p. 164).

de maneira colaborativa e equipe-orientada.

Aprendizagem Baseada em Casos – trata-se da análise detalhada de uma situação real, que busca contemplar todas as dimensões implicadas como clínica, epidemiológica, psicossocial, ética, dentre outras. Ao docente cabe preparar o caso a ser problematizado, que deve se constituir em recorte de algum tema em estudo, e também fazer parte do repertório de vivências dos estudantes, permitindo avançar na construção de conhecimentos já existentes. O caso é apresentado, e em grupos, os estudantes consensuam sobre as melhores estratégias para sua resolução. O produto do trabalho dos grupos é apresentado, discutido, problematizado em conjunto com o docente, e ao final, todos participam de uma síntese sobre o tema, elegendo as melhores soluções. Não se devem comparar as sugestões apresentadas, antes, articulá-las de forma intercomplementar, para que se constituam em estratégias potentes para resolução de problemas complexos, como se configuram os do campo da saúde (ANASTASIOU, ALVES, 2003, p. 91; SENAC, 2018).

Indicado quando se pretende melhorar o poder de argumentação dos estudantes, por meio do trabalho em equipe.

Rotação por Estações de Aprendizagem – nesta metodologia, são criados circuitos de aprendizagem, com várias estações compostas por diferentes atividades – ao menos uma com uso de tecnologia, oferta de atividades individuais e grupais. Requer planejamento assertivo para calcular o número de estações (de 3 a 6), a divisão dos grupos, o tempo de cada estação (que deve ser equivalente), as atividades que serão realizadas em cada uma delas. As estações não devem ser sequenciais, para permitir o rodízio dos grupos, e em cada uma delas deve ser colocado o comando, para que os grupos saibam o que deverá ser cumprido. Ao final, em cerca de 15-20 minutos, o docente realiza a síntese do conteúdo (ALCANTARA, 2020).

Para dinamizar a aula, facilitar a fixação de conteúdos, articular os discentes em equipes, melhorar a comunicação, e principalmente relacionar teoria e prática.

Mapa Conceitual – metodologia que favorece a elaboração cognitiva, tão necessária à memorização e acionamento posterior, quando da construção de novos conhecimentos. Deve-se elaborar uma lista dos conceitos a serem apresentados no mapa, estabelecendo a hierarquia entre eles; escolher o tipo de mapa a ser construído; usar as frases de ligação que são necessárias em toda construção de mapas conceituais; elaborar a representação e imprimir olhar crítico, refazendo até obter a melhor versão. É necessário, para elaboração do mapa, que os participantes tenham algum domínio dos conceitos a articular, o que pressupõe estudo, debate e síntese anteriores. Na operacionalização devem-se formar equipes de trabalho, e ao final da atividade, os mapas são apresentados e discutidos, sendo a síntese conduzida pelo docente responsável. Esta metodologia associa-se fortemente aos princípios da aprendizagem significativa, sendo, portanto fundamental partir dos conhecimentos que os estudantes já têm, com base nos quais os novos conceitos serão ancorados (TAVARES, 2007; SOUZA, BORUCHOVITCH, 2010). Há softwares disponíveis para a construção, como exemplo:

Freemind - (<https://freemind.br.softonic.com/>)

Cmaptools - (<https://cmaptools.br.uptodown.com/windows>)

Coggle - (<https://coggle.it/>)

Lucidchart – (<https://www.lucidchart.com>)

Canva – (https://www.canva.com/pt_br/)

Quando a intenção é trabalhar conceito(s) e sua articulação, e contribuir para a construção de conhecimentos sobre eles. Pode ser utilizado como estratégia de avaliação formativa, visto que os estudantes expressam a compreensão que obtiveram sobre os conceitos em estudo.

Mapa Mental – trata-se de uma representação do pensamento. Inicia-se por uma ideia central, que se desdobra e se articula em/com várias outras ideias, podendo assumir formato de árvore ou de neurônios, ou simplesmente um arranjo artesanal, construído pelo autor. Não há regras expressas, e preferencialmente deve-se colocar somente uma palavra ou pequenas frases, podendo-se trabalhar com cores, formas, imagens, figuras ou links. A lógica de construção é seguir o processo do pensamento, de modo que a construção e o resultado final auxiliem o autor a relembrar e consolidar os conhecimentos em pauta. Os mapas mentais organizam e sintetizam a informação, auxiliam na consolidação de conhecimentos e podem ser utilizados também como estratégia de avaliação. Pode ser utilizado individualmente como forma de estudo, ou em equipes. O docente atua esclarecendo dúvidas sobre os temas em estudo, auxiliando na organização das ideias, e colocando-se disponível. Há softwares disponíveis para a construção, como exemplo:

Freemind - (<https://freemind.br.softonic.com/>)

Cmaptools - (<https://cmaptools.br.uptodown.com/windows>)

Coggle - (<https://coggle.it/>)

Lucidchart – (<https://www.lucidchart.com>)

Canva – (https://www.canva.com/pt_br/)

Para sintetizar informações, consolidar conhecimentos, promover esclarecimento de dúvidas e aprendizagem colaborativa. Serve também para estimular a criatividade em função do caráter artesanal de sua construção.

Portfólio Reflexivo – compreendido como instrumento simultaneamente de ensino, aprendizagem e avaliação, o portfólio constitui uma coletânea das melhores produções dos estudantes, e deve conter uma síntese dos conhecimentos teóricos, ou seja, o registro do conhecimento e compreensão obtidos; o registro dos significados atribuídos à experiência de ensino-aprendizagem em curso, e a autoavaliação do estudante. O portfólio ancora-se na aprendizagem significativa e avaliação formativa, assim, são

Fomentar o autoconhecimento, autorreflexão e autoavaliação; desenvolver criticidade, autonomia, participação e criatividade; desenvolver processos cognitivos e metacognitivos.

necessárias várias entregas, com *feedbacks* frequentes, para que os estudantes tenham tempo hábil de desenvolver as habilidades necessárias. O portfólio *on-line* constitui uma opção viável e segura, que permite o armazenamento e acesso de várias versões, como também o registro dos *feedbacks* (CESÁRIO et al, 2016; ANTONIO, SANTOS, PASSERINI, 2020).

Bricolagem – a bricolagem - no sentido inglês do termo “*do it yourself*” significa faça você mesmo, utilizando os recursos de que dispõe à mão. Muito utilizada no artesanato e na construção, significa a montagem ou a combinação de materiais de modo aleatório. Descrita inicialmente como método de pesquisa, foi adaptada como metodologia de ensino, e operacionaliza-se em etapas: Processo criativo - mural de palavras, com coleta de conhecimentos prévios; criação e compartilhamento do projeto criativo; e Síntese de Aprendizagens - roda de conversa sobre os projetos e síntese pelo mediador.

Utilizada quando a intencionalidade é despertar a criatividade, e o trabalho em equipe. Envolve a tomada de decisão compartilhada, e o pensamento crítico.

10. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Sobrinho (2010, p. 193) define avaliação como “produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos”, e está intrinsecamente vinculada ao papel social da educação – formar cidadãos com vistas à construção da sociedade democrática. Nessa perspectiva, a educação, por meio do conhecimento, do exercício da crítica e da reflexão, promove o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, sua emancipação, e por consequência, instiga a participação política na vida cultural e social.

Assim a avaliação não pode se resumir à aplicação de instrumentos ou ao registro de fatos já ocorridos, e nem tampouco se prender ao julgamento com conotação negativa, que perpassa a formação meramente técnica. Avaliar coloca em pauta, para além das interações que têm lugar internamente à escola, a inter-relação com o mundo do trabalho-saúde, da cultura e sociedade onde se insere.

Para tanto, a avaliação precisa ser encarada como mais uma etapa de ensino-aprendizagem, processo sistematizado e contínuo, que adota métodos e múltiplas estratégias de leitura crítica da realidade de saúde, permeados pela prática dialógica. Os métodos de avaliação – diagnóstica, formativa e somativa são intercomplementares e empregados de forma articulada, para possibilitar que, a partir dos diagnósticos, seja traçado plano de trabalho para as potencialidades e fragilidades identificadas, como também para a obtenção de melhores resultados de aprendizagem nos cursos e eventos desenvolvidos pela ESP/MT.

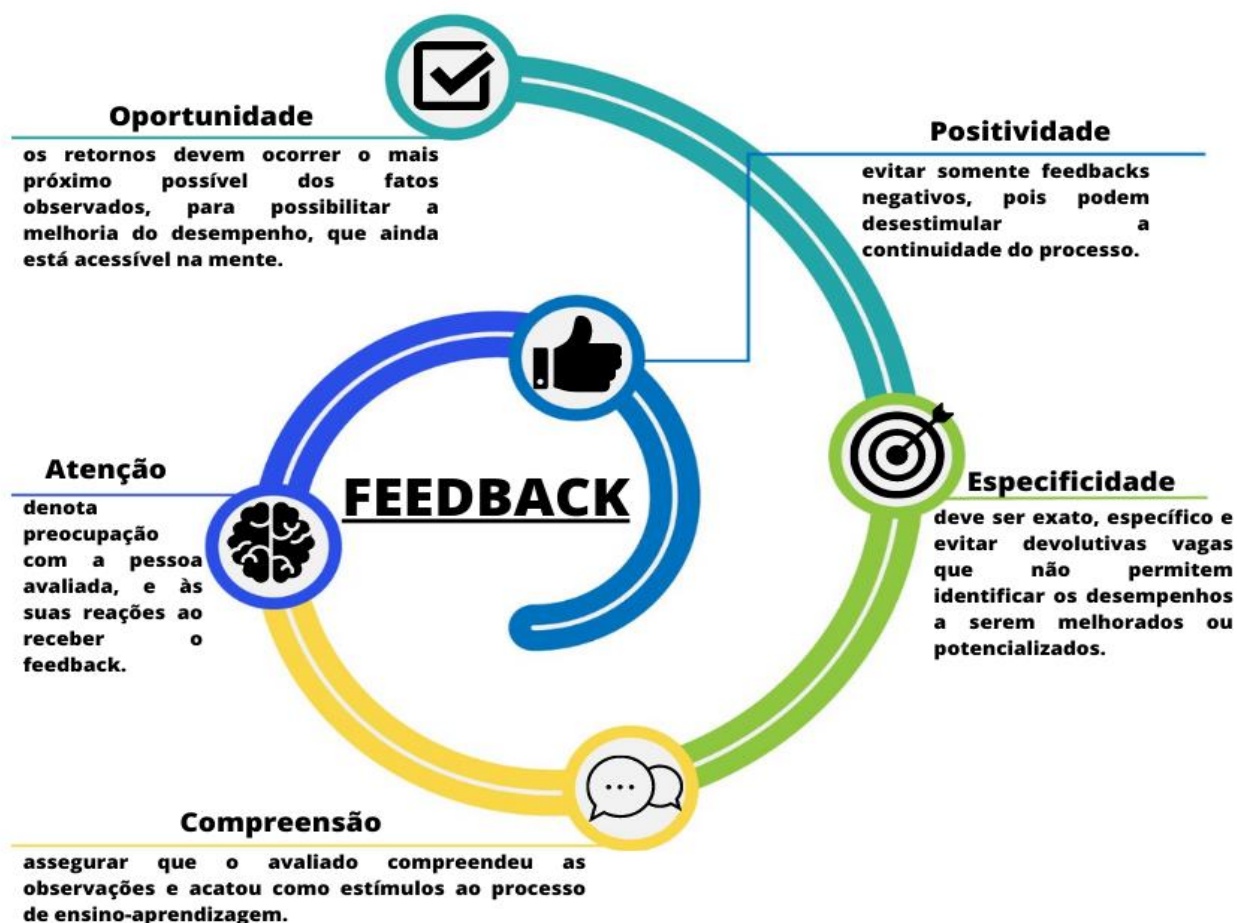
A avaliação diagnóstica é realizada no início das atividades para identificar tanto as potencialidades quanto possíveis lacunas ou necessidades de aprendizagem. Ao longo do processo são aplicadas estratégias para novos diagnósticos ou atualização do já realizado, de modo que mais subsídios são levantados para orientar as intervenções educativas, atendendo demandas individuais ou coletivas no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação formativa é contínua, sistematizada por meio de instrumentos, e deve ser devidamente registrada por docentes e estudantes, de forma conjunta e dialogada. Assume função reguladora da aprendizagem, por ser frequente e produzir informações sobre potencialidades e fragilidades identificadas, subsidiando assim, os planos e acordos para ações que promovam as aprendizagens almejadas e/ou

alcance de objetivos traçados. Se bem empregada, estimula a autorregulação do estudante e, conseqüentemente, o desenvolvimento de habilidades para a educação permanente em saúde (GOMES DIÓGENES et. al. 2021).

Na avaliação formativa, o *feedback* é uma das estratégias mais utilizadas, e deve pautar-se em critérios.

Figura 7 - Critérios para dar e receber *feedback*.



Fonte: Cogepe, 2022.

A avaliação somativa, que tem por característica a finalização do processo avaliativo, com caráter de progressão/certificação, consolida todas as avaliações anteriormente realizadas, e será mais eficaz, justa e bem sucedida, se as avaliações diagnóstica e somativa tiverem sido aplicadas sistemática e continuamente, dando oportunidades de identificação de necessidades de aprendizagem e realização de intervenções pertinentes.

Figura 8 – Tipos de avaliação da aprendizagem e avaliação de reação, ESP/MT.



Fonte: Cogepe, 2022.

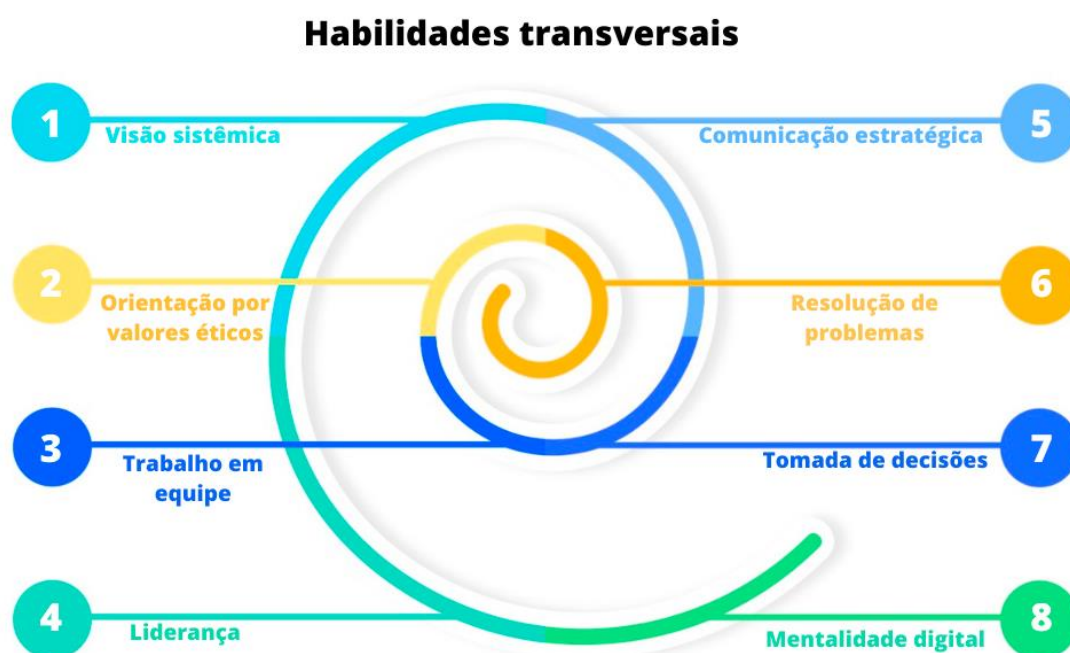
Os critérios para nortear o processo de avaliação⁴ devem ser estabelecidos por ocasião do planejamento de cada atividade educacional a ser desenvolvida, entretanto há habilidades que precisam ser contempladas em todas as práticas pedagógicas desenvolvidas na ESP/MT, que compõem as características do profissional formado por esta escola:

Identidade com o SUS: os processos de formação, compreendidos como produção de subjetividades e intervenção na realidade, devem se orientar pelos princípios e diretrizes do SUS, mediados pela experimentação e

⁴ Recomenda-se consultar proposta de taxonomia em Apêndice 11, como instrumento auxiliar na construção de objetivos das práticas pedagógicas e de avaliação da aprendizagem.

problematização crítico-criativa do cotidiano do trabalho, pela democratização das relações, pela valorização do trabalho e do trabalhador, pelo respeito aos direitos dos usuários, e essencialmente pela geração de cumplicidade com os pressupostos ético-políticos do SUS para/na rede de atenção (PASSOS, CARVALHO, 2015). Nessa perspectiva, as ações de EPS apresentam-se como uma possível estratégia no que tange a promoção e o fomento de processos reflexivos mediados pelo trabalho, proporcionando aos profissionais o debate referente às situações encontradas no fazer profissional, permitindo a construção de saberes que transcendem o núcleo de cada profissão (GARCIA et al., 2019).

Figura 9- Habilidades transversais orientadoras das ações educacionais ESP/MT, 2022



Fonte: Cogepe, 2022.

Comunicação estratégica: transversal a todos os processos educacionais – ensino, pesquisa, extensão e inovação, a comunicação define-se pela capacidade de escuta, interação verbal e escrita, expressão de ideias e conceitos, com poder de argumentação, pensamento crítico, fluência, clareza e objetividade.

Resolução de problemas: capacidade de conceber e aplicar soluções criativas e inovadoras para problemas de diferentes níveis de complexidade, por meio de trabalho em equipe, comunicação eficaz e tomada de decisão assertivas.

Trabalho em equipe: capacidade de estabelecer comunicação assertiva, compartilhamento de saberes e experiências, cooperação e desenvolvimento de ações coletivas, para atingimento de metas e objetivos comuns. Inclui ainda a capacidade de resolução de conflitos, exercer a liderança, ter iniciativa e corresponsabilizar-se pelos processos coletivos.

Tomada de decisões: capacidade de sistematizar dados, gerar informações e conhecimentos, e utilizá-los na tomada de decisões. Usar dados e evidências no mapeamento de decisões em cada situação.

Liderança: capacidade de promover o engajamento e a cooperação nas equipes de trabalho, em torno de metas e objetivos institucionais, promovendo o alcance dos resultados almejados.

Visão sistêmica: analisar contextos partindo do microespaço político – local e regional, para o macroespaço político – estadual, nacional e internacional, identificando tendências que podem impactar no cenário vivido – relações de poder, mudanças na economia, políticas e programas, dentre outros.

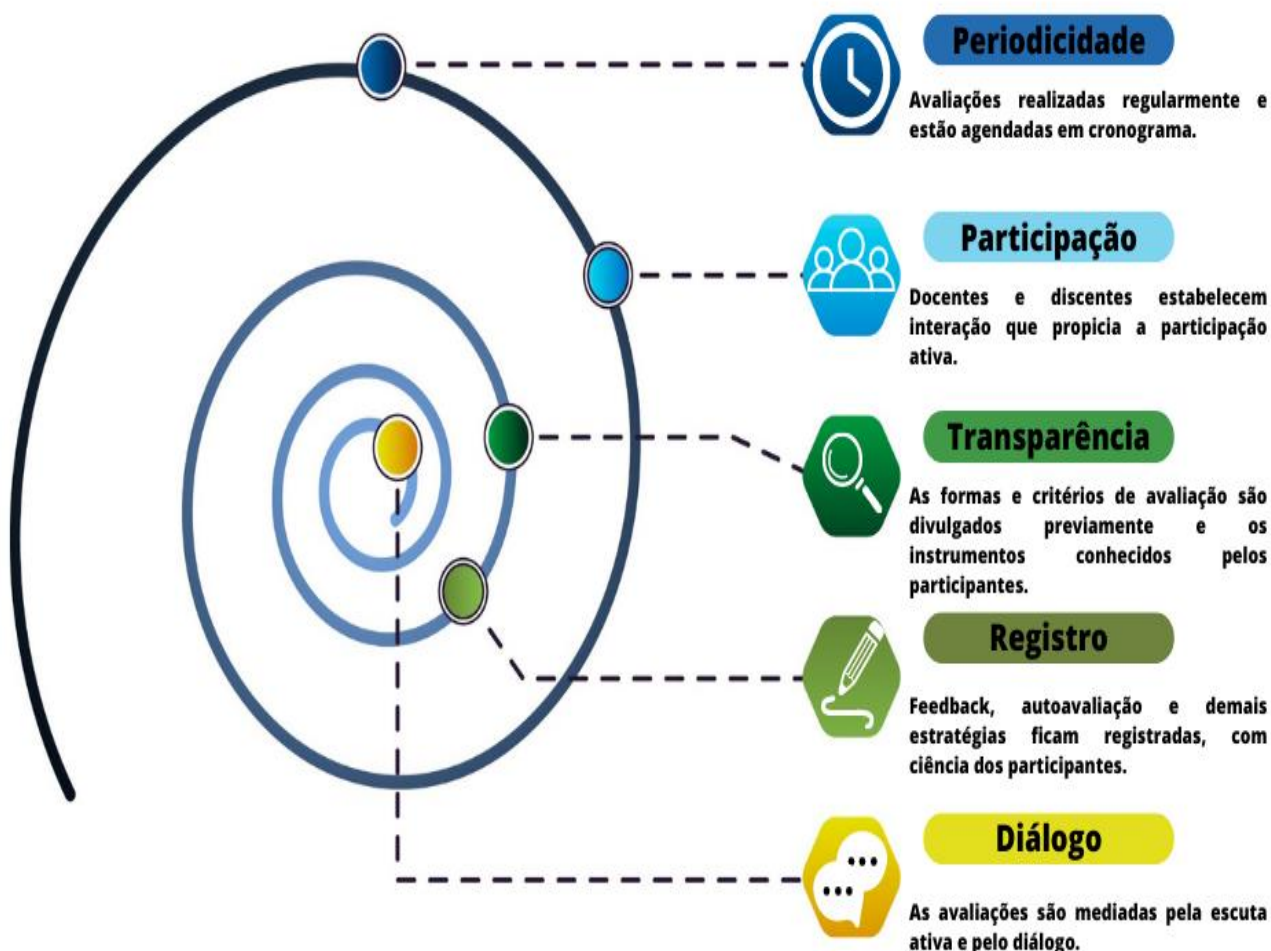
Mentalidade digital: capacidade de familiarizar-se com novas tecnologias, adaptando os processos de trabalho, “para aumentar a agilidade, segurança e integridade de dados e informações”. Demanda iniciativa, busca contínua por novas aprendizagens e abertura à inovação (ENAP, 2020, p. 31).

Orientação por valores éticos: adotar princípios e valores descritos no PDI, que orientam o saber ser institucional, no exercício da função pública. Envolve responsabilidade, transparência, justiça, e equidade.

10.1. Estratégias de Avaliação da Aprendizagem

Para acompanhar a diversidade e flexibilidade das experimentações metodológicas, e os múltiplos percursos de aprendizagem, as estratégias de avaliação precisam sofrer transições, diversificarem-se para atender às especificidades dos temas em estudo, e acima de tudo, possibilitarem que estes sejam contextualizados (GOMES et al, 2021). A avaliação precisa ter foco nas evidências de aprendizagem, com o objetivo de identificar potencialidades, o que já foi desenvolvido e o que ainda é necessário desenvolver, como também precisa atender a princípios.

Figura 10– Princípios para Avaliação da Aprendizagem e de Reação ESP/MT



Fonte: Cogepe, 2022.

Nessa perspectiva apresenta-se algumas possibilidades de estratégias de avaliação, de modo a inspirar a composição daquelas a atender a cada ação educacional desenvolvida na ESP/MT.

Autoavaliação – solicitar que sistematicamente os educandos realizem o exercício da autoavaliação, que deve ser problematizada e ficar registrada a cada *feedback*. Contempla o processo de aprendizagem – domínio de conhecimentos, e também as habilidades, atitudes e processo metacognitivo.

Diário de aprendizagem – recurso individual no qual o educando anota suas observações, percepções, reflexões, conclusões e aprendizagens, tão logo vivencie as experiências, material que poderá auxiliar na sua autoavaliação, promovendo também o desenvolvimento da autonomia na regulação da própria aprendizagem. Pode usar imagens, desenhos, fotos ou outros recursos para esse registro.

Questões de múltipla escolha – aplicável em situações específicas, de forma complementar a outras estratégias, podem ser úteis quando a intenção é consolidar conhecimentos já trabalhados, enfatizando a repetição como uma das estratégias de aprendizagem.

Questões dissertativas – oferecer um tema para os educandos dissertarem a respeito. Em geral aplicável a temas abrangentes. Resolução de exercícios – a depender do conteúdo, pode-se elaborar uma lista de exercícios a serem resolvidos pelo estudante, e após correção individual, dar *feedback*.

Situação problema – apresentar uma situação complexa - que tenha múltiplos aspectos – culturais, sociais, técnico-científicos a serem trabalhados, solicitando que os estudantes elaborem questões para estudo e apontem soluções para problemas identificados,

justificando as ações sugeridas, com base em evidências, e por meio da elaboração de plano de ação para os problemas priorizados, com apresentação oral e entrega de trabalho escrito.

Portfólio reflexivo – o portfólio é estratégia tanto de ensino, aprendizagem significativa e de avaliação. Na avaliação da aprendizagem permite aos estudantes e docentes observarem o estágio de construção de conhecimentos alcançado, identificarem o processo metacognitivo, e os significados e emoções que permearam as experiências, abrindo possibilidade de elaboração de plano de ação para superação de necessidades de aprendizagem.

Portfólio coletivo – pode ser operacionalizado por meio do Método do Arco, de Charles Maguerez, em pequenas equipes, e tem como disparador a realidade de vida e saúde. Propicia o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, a articulação ensino-pesquisa-extensão, a aprendizagem significativa, reflexiva e coletiva, com perspectiva aluno-centrada, promovendo o protagonismo dos educandos. (CARDOSO, 2015).

Feedback individual e/ou coletivo – os *feedbacks* individuais ocorrem em encontros privados, pautados no diálogo e transparência, onde são colocados em pauta os processos cognitivos e metacognitivos, o erro é ressignificado, e são traçadas ações para atendimento das necessidades de aprendizagem, sempre ancoradas na leitura crítica da realidade. Os *feedbacks* coletivos ocorrem em pequenos grupos para dar devolutiva sobre trabalhos realizados em equipes. Nesta modalidade são abordadas as observações referentes ao desempenho da equipe como um todo, e não mais aspectos de desempenho individual. Devem auxiliar na construção da solidariedade, do compartilhamento e cooperação.

Avaliação entre pares – um educando avalia o outro em relação a:

1) Quais as principais contribuições para o desempenho de colegas ou equipes? 2) Quais recomendações para a integração e contribuição com colegas e equipes? Auxilia no desenvolvimento da cultura avaliativa, e na construção de interações solidárias, respeitosas e crítico-criativas.

Resolução de exercícios – a depender do conteúdo, pode-se elaborar uma lista de exercícios a serem resolvidos individualmente ou em pares pelos educandos, com posterior atividade de correção em conjunto com a turma.

Mapa conceitual – expressa a compreensão da equipe sobre os conceitos e sua articulação. Os resultados podem ser compartilhados em apresentações, bem como entregues em versão física ou digital, auxiliando na consolidação dos conhecimentos entre as equipes.

Cases de sucesso – apresentar relatos de ações bem sucedidas em algum processo de trabalho ou atividade, e solicitar que as equipes analisem e apontem as possíveis causas do sucesso obtido, comparando a realidade do caso à realidade vivida.

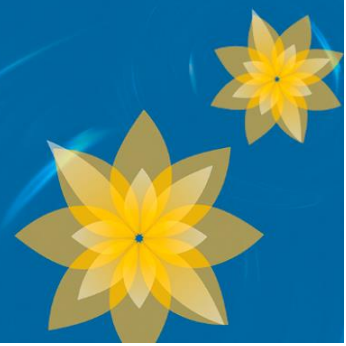
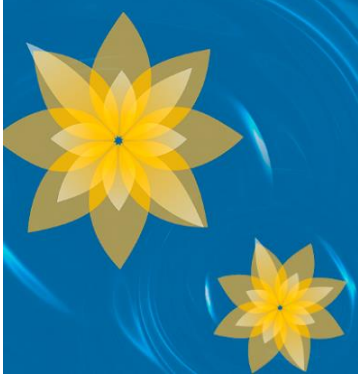
Paralelamente às estratégias de avaliação da aprendizagem intenciona-se, por meio da Avaliação de Reação, aferir o grau de satisfação com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas pela ESP/MT, em suas diversificadas modalidades, por meio de avaliação fechada e anônima. A avaliação de reação será aplicada ao término da ação, no caso de curta duração; ou em vários momentos, no caso de ações de média ou longa duração. Quando uma ação congrega várias disciplinas ou núcleos ou ciclos de aprendizagem, deve-se aplicar a avaliação de reação após o fechamento de cada conjunto de atividades, servindo para o acompanhamento da ação em curso.

Preferencialmente deve assumir formato digital, para facilitar a posterior análise das informações coletadas, constituindo-se em banco de dados para

consulta pelos gestores, e servindo inclusive de subsídio à tomada de decisão sobre as ações educacionais. Envolve os executores das ações educacionais - ensino, pesquisa, extensão e inovação, e utiliza instrumento (Apêndice 12).

"Todavia, como não ver que tudo se renova.
Que novas sementes germinam,
Que sonhos brotam cheios de vigor,
Que flores desabrocham,
Corroborando as atitudes
Fazendo belos frutos pontificarem."

(Trecho de Balanço da Vida - Roberto Cunha Lima Maciel)



11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPI

A avaliação, compreendida como prática social, deve perpassar de forma transversal todas as ações educacionais desenvolvidas pela ESP/MT - ensino, pesquisa, extensão e inovação, de modo que se torne uma prática cultural, fornecedora de subsídios para os projetos e programas em desenvolvimento.

Para tanto, parte-se do entendimento de que a avaliação do PPI precisa ser regular, sistematizada e baseada em indicadores, de modo a contemplar os seguintes princípios:

- a participação dos atores sociais envolvidos nos projetos e programas educacionais desenvolvidos pela ESP/MT - trabalhadores da escola, egressos, docentes, profissionais da rede de atenção à saúde do Estado de Mato Grosso, representações da SES-MT, da CIES e NEPS, dentre outros, ou seja, princípio da ampla participação e protagonismo na avaliação;
- a escuta qualificada dos discentes e egressos das ações educacionais desenvolvidas pela ESP/MT;
- a tomada de decisão coletiva, democrática e transparente entre gestores e trabalhadores da ESP/MT.

Considerando a vigência do atual PPI - 2023-2026, os procedimentos de monitoramento e avaliação devem ser realizados anualmente, com o envolvimento dos atores que participaram de sua construção, de modo que, a partir dos resultados obtidos, seja realizada a atualização deste importante instrumento de gestão da ESP/MT.

O monitoramento do PPI deve ser realizado por meio de indicadores, que são métricas que permitirão avaliar se os projetos e programas educacionais - ensino, pesquisa, extensão e inovação:

- atendem às políticas traçadas no PDI, de modo a promover a integração ensino <-> pesquisa <-> extensão <-> inovação;
- estão alinhados aos princípios e valores constantes no PDI da ESP/MT;
- são coerentes com os princípios políticos e pedagógicos que constam neste PPI;
- atendem ao rol de habilidades previstas para os profissionais formados pela ESP/MT;

- adotam metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem condizentes com os tópicos acima, respeitando a perspectiva de formação situada, aprendizagem significativa, o quadrilátero da formação, e a avaliação formativa.

Esses critérios serão utilizados na condução de oficinas de avaliação do PPI, realizadas anualmente, a partir de julho de cada ano – 2023 a 2026, com participação de representações de todos os segmentos internos e externos à ESP/MT, que estão direta ou indiretamente envolvidos nas ações educacionais desenvolvidas. Além das oficinas de avaliação, o monitoramento do plano será realizado por instrumento (Apêndice 13), sob a responsabilidade das chefias constituídas, mediante a formalização de equipe responsável por esta atividade.

12. REFERÊNCIAS

ALCANTARA, E. F. S. **Rotação por estações de aprendizagem**. In: ALCANTARA, E. F. S. Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020. p. 15-18.

ALMEIDA, E. G. de. Aprendizagem Situada. **Texto Livre, Linguagem e Tecnologia**. v. 7, n. 1, p. 177-185, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P (org). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2003.

ANTONIO, M. Â. R. de G. M.; SANTOS, G. G. dos; PASSERI, S. M. R. R. Portfólio *on-line*: estratégia para melhorar o sistema de avaliação da disciplina de Atenção Integral à Saúde do curso de Medicina. **Interface** (Botucatu). 2020; 24: e190069. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190069>>. Acesso em: 13 maio, 2022.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora – uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina:UEL, 1999.

BERBEL, N. A. N. A metodologia da problematização em três versões no contexto da didática. **Revista Diálogo Educacional**, v. 12, n. 35, p. 103-120, 2012.

BORGES, M. C. et. al. Avaliação formativa e feedback como ferramenta de aprendizado na formação de profissionais da saúde. **Medicina (Ribeirão Preto)**; v. 47, n. 3, p. 324-31, 2014. Disponível em: < <http://revista.fmrp.usp.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRACCIALLI, L. A. D.; OLIVEIRA, M. A. C. de. Concepções de avaliação de desempenho em um currículo orientado por competência. **Rev Esc Enferm USP**; v. 45, n. 5, p. 1221-8, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4ed. Brasília: Ministério da Educação. Atualizado em 06/10/2022. 2022. 505p. Disponível em:< <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>>. Acesso em 23 abr. 2022

CARBOGIM, F. C.; OLIVEIRA, L. B.; MENDONÇA, E. T.; MARQUES, D. A.; FRIEDRICH, D. B. C.; PÜSCHEL, V. A. A. Ensino das habilidades do pensamento crítico por meio de *problem based learning* **Texto Contexto Enferm**; v. 26, n. 4, e1180017, 2017.

CARBOGIM, F. C.; OLIVEIRA, L. B.; TOLEDO, M. M.; DIAZ, F. B. B. S.; BITTENCOURT, G. K. G. D.; PÜSCHEL, V. A. A. Active teaching model to promote critical thinking. **Rev Bras Enferm** [Internet]. v. 72, n. 1, p. 293-8, 2019. DOI: Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0002>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CARDOSO, D. S. dos A. Aprendizagem Reflexiva: o Uso do Portfólio Coletivo. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA**; v. 39, n. 3, p. 442-449, 2015. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v39n3e00012015>>. Acesso em: 10 set. 2023.

CARVALHO, E. C.; OLIVEIRA-KUMAKURA, A. R. S.; MORAIS, S. C. R. V. Raciocínio clínico em enfermagem: estratégias de ensino e instrumentos de avaliação. **Rev Bras Enferm** [Internet].; v. 70, n. 3, p. 662-8, 2017. DOI: Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0509>>. Acesso em: 14 out. 2022.

CECCIM, R. B. et al.(org.). **Formação de formadores para residências em saúde**: corpo docente-assistencial em experiência viva. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.

CECCIM, R. B. Equipe de saúde numa perspectiva interdisciplinar na produção dos atos terapêuticos. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Orgs.). **Cuidado**: as fronteiras da integralidade. 3. ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, CEPESC, ABRASCO, 2006. p. 259-278.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 443-456, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/VdPNdYy66RSD7QwqW-VHYsxj/?lang=pt>> Acesso em: 4 out. 2021.

CERULLO, J. A. da S. B.; CRUZ, D. de A. L. M. da. Raciocínio clínico e pensamento crítico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 18, n. 1, [06 telas] jan-fev, 2010.

CESÁRIO, J. B. et al. Portfólio reflexivo como estratégia de avaliação formativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 30, n. 1, p. 356-364, jan./mar. 2016. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v1i1.14500>>. Acesso em: 25 out. 2022

CHRISOSTIMO, W. B. Design Thinking. In: ALCANTARA, E. F. S. **Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas**. Volta Redonda: FERP, 2020. p. 60-2.

COSTA, M.; ZAGONEL, I. O. S. Percepção do estudante sobre a influência do ambiente/clima educacional no processo ensino aprendizagem: uma revisão integrativa. **Revista Espaço Para a Saúde**, p. 71-81, 2020.

DEBALD, Blasius Silvano; GOLFETO, Norma Viapiana. Protagonismo estudantil e metodologias ativas de aprendizagem em tempos de transformação na educação superior. **Revista Pleiade**, v. 10, n. 20, p. 5-11, 2016.

DIAS, J. C. S. P. **Aprendizagem Baseada em Projetos** – Project Based Learning (PBL). In: ALCANTARA, E. F. S. **Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas**. Volta Redonda: FERP, 2020. p. 38-41.

DIGISUS. **Relatório Anual de gestão 2022**. Estado de Mato Grosso. Disponível em: < <https://digisusgmp.saude.gov.br>.>. Acesso em: 4 fev.. 2023.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **Projeto pedagógico institucional 2020-2024**. Brasília - DF, 2020.

FARIA, A. P. S. et. al. A experiência na implementação do Projeto de Intervenção no Curso de Especialização em Saúde Pública na ESPMT. In: SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. (Orgs.). **Nova formação em saúde pública: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola**. Volume 2. Rio de Janeiro – RJ: Fiocruz, ENSP, RedEscola, 2019. p. 141-158.

FERLA, A. A. Um ensaio sobre a aprendizagem significativa no ensino da saúde: a interação com territórios complexos como dispositivo. **Saberes Plurais: Educação na Saúde**, v. 5, n. 2, p. 81-94, 2021.

FERNANDES, M. M. Nós pesquisadores: uma experimentação educativa no contexto das pesquisas clínicas em saúde [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2016.

FERRAZ, A. P. do C. M.; BELROT, R. R. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

GAZONI, R. L. Aprendizagem por pares – Peer Instruction. In: ALCANTARA, E. F. S. **Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas**. Volta Redonda: FERP, 2020. p.19-22.

GOMES, DIÓGENES F.; MOITA, MARINA P.; OLIVEIRA, LÚCIA C.; DIAS, MARIA SOCORRO A. Avaliação formativa em saúde: uma análise das evidências latino-americanas. **RevistaSaúde (Sta. Maria)**. v. 47, n. 1, 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: 2010

IBGE. **Censo Demográfico 2010. População no último censo**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>>. Acesso em: 07 nov. 2022

IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>

IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Programa das nações unidas para o desenvolvimento – PNUD**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>>. Acesso em 29, nov. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua - 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>>. Acesso em 29, nov, 2022.

IBGE. **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais . Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>>. Acesso em 29 nov. 2022

JESUS, P.; AZEVEDO, J. Inovação educacional. O que é? Porquê? Onde? Como?. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 20, p. 21-55, 2020.

LARA, L. M. M. **Tipologia de eventos**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2017. 51p.
LIMA, V. V. Constructivist spiral: an active learning methodology. **Interface** (Botucatu). v. 21, n. 61, p. 421-34, 2017.

MACHADO, D. M.; PERALBA, M. Aprendizagem baseada em problemas: um caminho de formação cidadã. In: MELO, M. C. et. al (Orgs); BERBEL, N. A. N. (colaboradora). **Metodologias ativas: concepções, avaliações e evidências**. Volume 2. Curitiba – PR: Appris, 2020, p. 87-123.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação. Conselho Estadual de Educação. **Resolução normativa CEE/MT nº 001/2014**, que fixa as normas para a oferta da Educação Básica, na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-MT_cee-mt_00411-ceemt.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023

MEDEIROS, R. M. K.; CORRÊA, A. C. P.; RIBEIRO, M. R. R.; DALPRÁ, L. A.; BORGES, A. P. Team-Based Learning methodology applied to the construction of a child delivery plan model. **Rev Bras Enferm.** v. 74, n. 6, , 2021. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0910>>. Acesso em: 05 out. 2022

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

OLIVEIRA-BARRETO, A. C. de. Métodos de avaliação discente em um curso de graduação baseado em metodologias ativas. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 1005-1019, 2017.

OLIVEIRA, R. M. M. A. de. Narrativas: contribuições para a formação de professores, para as práticas pedagógicas e para a pesquisa em educação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 289-305, 2011.

PARANAGUÁ, T. T. B.; SILVA, J. L. da; AZEVEDO FILHO, F. M. de. Simulação em Educação em Saúde: conceitos, operacionalização e aplicação. In: MELO, M. C. et. al (Orgs); BERBEL, N. A. N. (colaboradora). **Metodologias ativas: concepções, avaliações e evidências**. Volume 2. Curitiba – PR: Appris, 2020. p. 139-155.

PASSOS, E.; CARVALHO, Y. M. A formação para o SUS abrindo caminhos para a produção do comum. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 92-101, 2015.
QUARESMA, A.; XAVIER, D. M.; CEZAR-VAZ, M. R. Raciocínio clínico do enfermeiro: uma abordagem segundo a teoria do processo dual. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro - RJ, v. 27, e37862, 2019.

PINTO, I.C. M.; ESPERIDIÃO, M.A. (Orgs.). **Política nacional de educação permanente em saúde: monitoramento e avaliação**. Salvador : EDUFBA, 2022. 208 p.

RIBEIRO, C. Metacognição: um apoio ao processo de aprendizagem. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. V. 16, n. 1, p. 109-116, 2003.

ROCHA, J. Design Thinking na formação de profissionais: novos olhares para os desafios da educação. In: In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre – RS: Penso, 2018.

SANT'ANA, G.; MELO, B. de C. **Sala de aula invertida: significantes e significados**. In: MELO, M. C. et. al (Orgs); BERBEL, N. A. N. (colaboradora). **Metodologias ativas: concepções, avaliações e evidências**. Volume 2. Curitiba – PR: Appris, 2020, p. 125-138.

SANTOS, E. C. A.; FONTES, C. J. F.; D'ARTIBALE, E. F.; MIRAVETE, J. C.; FERREIRA, G. E.; RIBEIRO, M. R. R. Simulation for teaching cardiorespiratory resuscitation by teams: setting and performance assessment. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 29, e3406, 2021. Available Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.3932.3406>>. Acesso em 24 out. 2022.

SENAC. Departamento Nacional. **Concepções e princípios**. Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac).

SENAC. Departamento Nacional. **Metodologias ativas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Senac, Departamento Nacional, 2018. 43 p.

SOBRINHO, J. D. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

SOUZA, N. A. de.; BORUCHOVITCH, E. Mapas conceituais e avaliação formativa: tecendo aproximações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 795-810, set./dez. 2010.

TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. **Ciências & Cognição**, v. 12, p. 72-85, 2007.

THIOLLENT M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo: Cortez; 2008

UTIDA, V. H. de S. et. al. Team Based Learning: processo de ensino e aprendizagem. In: MELO, M. C. et. al (Orgs); BERBEL, N. A. N. (colaboradora). **Metodologias ativas: concepções, avaliações e evidências**. Volume 2. Curitiba – PR: Appris, 2020. p. 73-85.

VALENTE, J. A. **A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado**: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre – RS: Penso, 2018.

VIEIRA, M. N. C. M.; PANÚNCIO-PINTO, M. P. A metodologia da problematização (MP) como estratégia de integração ensino-serviço em cursos de graduação na área da saúde. **Revista de Medicina da Faculdade de Ribeirão Preto**, v. 48, n. 3, p. 241-248, 2015.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Plano de Ações Estratégicas para Gestão das Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação ESP/MT, previstas no PDI e PPI – 2023-2026

POLÍTICA DE ENSINO																
Ações Previstas	2023				2024				2025				2026			
	Trimestres				Trimestres				Trimestres				Trimestres			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
- Programa de Ações Educativas e de Educação Continuada para trabalhadores das funções administrativas.		■														
- Implantar Programa de Formação de professores		■														
- Manter oferta regular dos cursos de formação técnica de nível médio - Técnico em Enfermagem, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Controle de Endemias (Vigilância em Saúde) e Técnico em Análises Clínicas.	■															
- Sistematizar o Ensino a Distância.			■													
- Ampliar o parque tecnológico de suporte às ações de ensino.					■											
- Implantar Residências Multiprofissionais.						■										
- Planejar e implantar o Programa de Aperfeiçoamento Especializado em Saúde (PAES), integrado às Residências.									■							
- Projetar e implantar Residências Integradas em Saúde (RIS)												■				

APÊNDICE 2 - Quadro de legislações de suporte à construção de curso, evento e atividade de extensão

Legislação Nacional		
Legislação	Finalidade	Endereço eletrônico
Caderno do Ministério da Saúde de 2005.	Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS (NOB/RH-SUS).	http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/NOB_RH_2005.pdf
Portaria Ministerial nº 1.996 de 20 de agosto de 2007.	Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html
Legislação Estadual		
Legislação	Finalidade	Endereço eletrônico
Resolução CIB/MT nº 012 de 05 de março de 2020.	Dispõe sobre a responsabilidade da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso – ESP/MT na Gestão da Política de Educação Permanente em Saúde e suas atribuições na Comissão de Integração Ensino e Serviço – ICES Estadual.	http://www.saude.mt.gov.br/legislacao?origem=19&p=&num=12&mes=&ano=2020
Portaria GBSES nº 638 de 23 de agosto de 2021.	Institui as diretrizes para implantação dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS) em Unidades da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.	https://www.iomat.mt.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/16455/#/p:29/e:16455
Portaria BGSES nº 633 de 06 de setembro de 2022.	Estabelece procedimentos e orienta sobre a emissão de Diploma, Certificado e/ou Declaração de Participação nos Processos Educacionais no âmbito da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso da Secretaria Estadual de Saúde.	https://www.iomat.mt.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/16941/#/p:49/e:16941

Apêndice 3 – Formulário de Projeto de Evento – ESP/MT

1. Título da atividade: (Descrever o título da atividade, observando que o título será a referência do texto para emissão da declaração/certificado).

1.1 Categoria: Descrever qual a categoria do evento que projeto irá desenvolver para alcançar o seu objetivo. Por exemplo: Encontro, Mostra, Oficina, Seminário, Palestra, Mesa-Redonda, Feira, Fórum, Minicurso, Simpósio, Workshop, dentre outros.

2. Unidade proponente: (Descrever Instituição/Unidade que está ofertando o curso).

3. Instituição(ões) envolvida(s): (Informar a(s) instituição(ões) envolvida(s)).

4. Coordenação do projeto: (Nome(s) do(s) responsável(eis) pelo curso, e-mail, telefone, CPF).

4.1. Coordenador técnico: (Nome(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pelo evento, e-mail, telefone, CPF).

4.2 Técnico da ESP e Setor: (se houver a participação, nome(s) do técnico (s) e setor (es) envolvido no apoio/realização do evento).

5. Equipe de elaboração do projeto: (Relacionar quais os setores/profissionais envolvidos na elaboração do projeto).

6. Período de realização: (Identificar a data de início e de finalização).

7. Período do evento: () Matutino () Vespertino () Noturno

Obs: Para evento mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no período noturno pela equipe da Coordenação de Educação à Distância (COTEAD), será necessário o agendamento e autorização prévia da Direção da ESP/MT.

8. Modalidade: () Presencial () Mediada por TDICs () Híbrido (semipresencial)

9. Carga horária total: (Descrever o total da carga horária do evento - XX horas)

10. Inscrição: (Informar como será realizada a participação/inscrição no evento)

() Inscrição com antecedência à realização do evento

() Inscrição concomitante à realização do evento

() Outro (especificar): _____

11. Público alvo: (Descrever a quem será direcionado o evento).

12. Número de participantes: (Descrever quantidade de participantes/demanda espontânea)

13. Local de realização:

Curso Presencial: Informar o local de realização do evento.

Evento mediado por TDCIs: deve-se descrever quais serão as ferramentas utilizadas no evento. A ESP possui as seguintes ferramentas: Webconferência via Zoom, com opção de trabalhos em grupos em salas distintas e com possibilidade de gravação nas nuvens dependendo da solicitação do responsável. Também, condicionada à solicitação, poderá ocorrer simultaneamente a Transmissão pelo Canal YouTube da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESP/MT) e disponibilização no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio do Moodle da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESP/MT), acesso: <http://moodle.espmt.saude.mt.gov.br/moodle/>.

Evento Híbrido: Informar como serão realizadas as atividades presenciais e virtuais.

14. Justificativa:

Orienta-se elaborar a justificativa com base nos questionamentos abaixo:

Em que contexto histórico-social o curso está inserido?

Por que este curso está sendo oferecido?

Definir o foco do problema tendo como pressupostos os indicadores ou dados do País, Estado e ou município, os quais determinam a necessidade do curso. Qual a relevância do curso para o SUS, e para o público alvo?).

14. Objetivo Geral:

(É o propósito maior a ser alcançado, buscando alcançar e ou minimizar os problemas apontados pelos indicadores ou dados. O objetivo deve iniciar com um verbo no infinitivo. Conforme a Taxonomia de Bloom, nos processos educacionais os objetivos podem ser classificados a partir dos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor.

15. Metodologia:

Descrever as estratégias que serão utilizadas para concretizar o (s) objetivo (s) do projeto. Descrever o conjunto de ações didáticas que serão adotadas e de que forma os conteúdos serão desenvolvidos no decorrer do evento.

16. Sistema de avaliação de curso:

Descrever como será realizado o processo de avaliação.

Recomenda-se que o processo de avaliação de eventos utilize como critério a presença mínima de 75% dos participantes.

17. Operacionalização do evento

Para **evento presencial**, a operacionalização do mesmo é de total responsabilidade do coordenador do projeto, assim, deve-se colocar neste item o nome do **Coordenador do curso**.

No caso de **evento mediado por TDICs**, a operacionalização no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) será realizada pela COTEAD em conjunto com o coordenador do evento. Orientações quanto a operacionalização no Anexo 1 deste formulário.

18. Recursos didáticos e audiovisuais:

A escolha do recurso didático e audiovisual é uma importante etapa do planejamento educacional. Para facilitar a aprendizagem utiliza-se recursos didáticos, como por exemplo: Quadro Negro/branco; Giz/canetão; Jornais, cartazes, revistas e livros; Textos/artigos/manuais; Filmes; *Datashow*; *Notebook*;) e os recursos audiovisuais, que são as denominadas, Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs). Com a TDICs o processo de ensino-aprendizagem pode ser potencializado com a exploração de ferramentas digitais como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), que além de dinamizar os processos cognitivos, possibilitam a aproximação com o contexto vivido pelos educandos, por meio de imagens, vídeos e músicas disponibilizadas pelo *YouTube*, que quando trabalhados de forma pedagógica auxiliam a compreensão, assimilação e até mesmo na mudança das práticas.

Assim, neste item deve-se citar os recursos didáticos e audiovisuais que serão utilizados no evento. Para **evento mediado por TDCIs**, caso a Coordenação do evento for disponibilizá-los na plataforma Moodle da ESP/MT, deverá ser apresentada autorização dos autores e encaminhar à COTEAD.

19. Informações sobre os docentes/facilitadores:

Descrever o perfil do profissional a ser selecionado/convocado, como por exemplo: formação em mestrado/doutorado; formação específica; e experiência na área.

No caso de cursos com exigência/legislação específicas, o coordenador do projeto deverá descrever todos os documentos a serem apresentados pelo convocado.

Nº DE PROFISSIONAIS A SER CONVOCADO	DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL	Banco de docente da ESP	
	Descrever detalhadamente o perfil do profissional necessário para a execução do projeto.	() Não	
		() Sim	Interno () Externo ()

20. Orçamento:

(Elencar os recursos materiais, humanos e financeiros).

Atividade	Valor
Total	

Item obrigatório se houver indicação de recursos orçamentários do **Plano, Programa, Projeto/Atividade**.

Se for o caso descrever o PTA – Ação, Subação, Fonte de Recurso (se for o caso), Convênio/Emenda Parlamentar

21. Outras informações: *(Neste espaço registrar outras informações que julgar pertinentes).*

22. Referências:

(Referenciar textos e autores, Leis, Normas, Pareceres, e outros materiais escritos a serem utilizados no desenvolvimento do Curso).

Local/Data:

(Descrever o nome completo do (a) coordenador(a) do evento)

Coordenador(a) do Evento

ANEXO I do Formulário

OBS: Deve ser agendado com a COTEAD com no mínimo **05 (cinco) dias úteis** de antecedência do evento, para organização da operacionalização.

PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE EVENTOS E CURSOS À DISTÂNCIA - EaD

No caso de evento ou curso à distância a operacionalização será pela Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância – COTEAD, para tanto:

- O Coordenador do projeto deve solicitar agenda de trabalho com Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância - COTEAD, com antecedência mínima 05 (cinco) dias úteis da data do evento, sendo que o mesmo deve preencher previamente à reunião, os dados do evento no seguinte endereço:
<https://forms.gle/xEtyedt9v33NsPae8>;

OBS: No formulário a ser preenchido será solicitado o projeto do evento, e, havendo a necessidade de gravação de vídeo do palestrante, instrutor, moderador, tutor,

coordenador do evento etc,. O mesmo deverá assinar antes da gravação a autorização de uso de imagem, voz e respectiva cessão de direito (Lei n. 9.610/98).

- Para comunicação, dúvidas e operacionalização do evento ou curso será por meio do utilizado o e-mail institucional da COTEAD: cotead@ses.mt.gov.br
- A COTEAD realizará a operacionalização da:

Ficha de inscrição com autorização de uso de imagem;

Lista de presença;

Declaração de participação;

Declaração de participação para palestrantes e/ou coordenadores do evento,

Elaboração de arte/banner/logomarca/identificação visual, dentre outros.

APÊNDICE 4 – Formulário de Projeto de Curso - ESP/MT

1. Título da atividade: *(Descrever o título da atividade, observando que o título será a referência do texto para emissão da declaração/certificado).*

2. Unidade proponente: *(Descrever Instituição/Unidade que está ofertando o curso).*

3. Instituição(ões) envolvida(s): *(Informar a(s) instituição(ões) envolvida(s)).*

4. Coordenação do projeto: *(Nome(s) do(s) responsável(eis) pelo curso, e-mail, telefone, CPF).*

4.1. Coordenador técnico: *(Nome(s) do(s) responsável(eis) técnico pelo evento, e-mail, telefone, CPF).*

4.2 Técnico da ESP e Setor: *(Nome(s) do técnico(s) e setor(es) na realização do curso).*

5. Equipe de elaboração do projeto: *(Relacionar quais os setores/profissionais envolvidos na elaboração do projeto).*

6. Período de realização: *(Identificar a data de início e de finalização).*

7. Horário: ☐ Matutino ☐ Vespertino ☐ Noturno

Obs: Para evento mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no período noturno pela equipe da Coordenação de Educação à Distância (COTEAD), será necessário o agendamento e autorização prévia da Direção da ESP/MT.

8. Modalidade: ☐ Presencial ☐ Mediada por TDICs ☐ Híbrido (semipresencial)

9. Carga horária total: *(Descrever o total da carga horária do curso - XX horas)*

10. Inscrição: *(Informar como será realizada a participação/inscrição no evento)*

☐ Inscrição com antecedência à realização do curso

☐ Inscrição concomitante à realização do curso

☐ Outro (especificar): _____

11. Público alvo: *(Descrever a quem será direcionado o curso).*

12. Número de participantes: *(Descrever o número de participantes/demanda espontânea).*

13. Local de realização:

13.1 Curso Presencial: *(Informar o local de realização do evento).*

13.2 Curso mediado por TDCIs: *descrever quais serão as ferramentas utilizadas no evento. A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESP/MT) possui as seguintes ferramentas: Webconferência via Zoom, com opção de trabalhos em grupos em salas distintas e possibilidade de gravação na nuvem dependendo da solicitação do responsável. Também, condicionada à solicitação, poderá ocorrer simultaneamente a Transmissão pelo Canal YouTube da ESP/MT e disponibilização no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio do Moodle da ESP/MT, acesso: <http://moodle.espmt.saude.mt.gov.br/moodle/>.*

13.3 Curso Híbrido: *(Informar como serão realizadas as atividades presenciais e virtuais).*

14. Justificativa: *(Elaborar a justificativa com base nos questionamentos: Em que contexto histórico-social (geográfico, sanitário, político, econômico, cultural, educacional, social...) o curso está inserido? Por que este curso está sendo oferecido? Definir o foco do problema tendo como pressupostos os indicadores ou dados do País, Estado e ou município, os quais determinam a necessidade do curso. Quais problemas serão minimizados ou solucionados após a execução do curso a ser oferecido? Que orientações ou encaminhamentos derivados deste projeto seriam úteis para a gestão do trabalho e educação na saúde para, pelo e no SUS? Qual a relevância do curso para o SUS, e para o público alvo?).*

15. Objetivos Educacionais

15.1 Geral: *(É o propósito maior a ser alcançado, buscando minimizar e/ou resolver os problemas apontados pelos indicadores ou dados. O objetivo deve iniciar com o verbo no infinitivo. Cada objetivo deve conter apenas um verbo. Recomenda-se adotar a Taxonomia dos Objetivos Educacionais de Bloom, disponível no Apêndice 7 deste PPI 2022-2026).*

15.2 Objetivos Específicos: *(São as ações/passos de desdobramento do objetivo geral, realizadas para alcançá-lo. Na formulação dos objetivos específicos sugere-se fazer a seguinte pergunta: Essa ação, se concretizada, permitirá alcançar o objetivo geral? Os objetivos específicos devem iniciar com o verbo no infinitivo, e cada objetivo específico deve conter apenas um verbo).*

16. Metodologia de ensino-aprendizagem: *(A metodologia de um projeto educacional explicita a concepção teórica do conhecimento a ser desenvolvida pelo(s) docente(s), expondo detalhadamente como o objeto (o conhecimento) do curso será trabalhado durante todo o processo de ensino. Ou seja, é o conjunto de ações didáticas que qualificam de que forma os conteúdos serão desenvolvidos pelo docente no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Considerando o propósito da ESP/MT em se firmar como espaço de produção e reprodução do saber em saúde, assumindo a perspectiva que estas duas instâncias não se separam no processo educativo, faz-se opção pela corrente pedagógica problematizadora e crítica.*

A escolha do recurso didático e audiovisual é uma importante etapa do planejamento educacional. Para facilitar a aprendizagem utiliza-se recursos didáticos, como por exemplo: Quadro Negro/branco; Giz/canetão; Jornais, cartazes, revistas e livros; Textos/artigos/manuais; Filmes; Datashow; Notebook;) e os recursos audiovisuais, que são as denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs). Com a TDICs o processo de ensino-aprendizagem pode ser potencializado com a exploração de ferramentas digitais como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), que além de dinamizar os processos cognitivos, possibilitam a aproximação com o contexto vivido pelos educandos, por meio de imagens, vídeos e músicas disponibilizadas pelo YouTube, que quando trabalhados de forma pedagógica auxiliam a compreensão, assimilação e até mesmo na mudança das práticas.)

OBS.: Exemplo de itinerário reflexivo para construção metodológica do projeto de curso

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Estratégia Didático Educacional (Metodologia que deve ser descrita detalhadamente)
Capacitar profissionais de saúde do Hospital X, do município Y, para a elaboração de relatório sobre a mortalidade neonatal.	- Compreender o papel do acompanhamento, avaliação e controle da mortalidade neonatal no país, estado e município. - Compreender a importância da alimentação do Sistema de Informação em Saúde. - Identificar os dados no Sistema de Informação em Saúde para realização de relatórios sobre a mortalidade neonatal. - Identificar os dados no Sistema de Informação em Saúde para realização de relatórios sobre a mortalidade neonatal. - Analisar os dados no Sistema de Informação em Saúde para realização de relatórios sobre a mortalidade neonatal. - Conhecer as técnicas de elaboração de relatórios.	Aula Expositiva Dialogada Estudos de Caso Aulas em laboratório de informática. Exercícios de redação de relatórios. Elaboração de portfólio de aprendizagem.

17. Sistema de avaliação de curso: *(Descrever como será realizado o processo de avaliação, o qual precisa estar relacionado aos objetivos do curso e à metodologia de ensino-aprendizagem. Deve apresentar, como será constatado, se os objetivos propostos para a atividade educacional foram desenvolvidos pelos educandos, com a possibilidade de acompanhamento das trajetórias de cada um e proposição de ajustes oportunos, a fim de garantir um processo de ensino aprendizagem efetivo para todos em suas particularidades.*

Poderão ser utilizados instrumentos como: provas escritas e orais – objetivas e/ou subjetivas; relatórios; observação quanto à participação do aluno; critérios de frequência, pontualidade; responsabilidade, relacionamento interpessoal, coerência e coesão nas argumentações orais e escritas, autoavaliação, entre outros, que se adequem aos propósitos da avaliação de aprendizagem).

18. Cronograma de trabalho e estratégias de ensino-aprendizagem: *(Deverá ser, preferencialmente, elaborado juntamente com o docente que irá conduzir o processo ensino-aprendizagem).*

Dia	Horário e Período	Conteúdos Programáticos (Conteúdos e temas, a serem abordados.)	Atividades / Estratégias de ensino-aprendizagem (Descrever a metodologia de desenvolvimento dos conteúdos programados.)	Recursos didáticos e audiovisuais: (Citar os recursos utilizados no desenvolvimento do curso/disciplina/unidade.)	Responsável pela atividade e/ou docente:
------------	--------------------------	---	---	---	---

Atenção: No caso de **curso mediado por TDCI**, descrever o conteúdo programático das atividades que serão inseridas na plataforma Moodle, observando os recursos tecnológicos disponíveis na plataforma da ESP.

19. Operacionalização do curso (Para **curso presencial**, a operacionalização do mesmo é de total responsabilidade do coordenador do projeto, assim, deve-se colocar neste item o nome do Coordenador do curso. No caso de **curso mediado por TDCIs**, a operacionalização no AVA será realizada pela COTEAD em conjunto com o coordenador do curso. Orientações quanto a operacionalização no Anexo I deste formulário.)

20. Informações sobre os docentes/facilitadores: (Descrever o perfil do profissional a ser selecionado/convocado, como por exemplo: formação em mestrado/doutorado; formação específica; experiência na área XX. No caso de cursos com exigência/legislação específicas, o coordenador do projeto deverá descrever todos os documentos a serem apresentados pelo convocado.)

Nº DE PROFISSIONAIS A SER CONVOCADO	DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL	Banco de docente da ESP	
	Descrever detalhadamente o perfil do profissional necessário para a execução do projeto.	() Não	
		() Sim	Interno () Externo ()

21. Orçamento: (Elencar os recursos materiais, humanos e financeiros).

Atividade	Valor

Item obrigatório se houver indicação de recursos orçamentários do Plano de Trabalho Anual (PTA)/SES-MT. Identificar os seguintes itens: **Plano, Programa, Projeto/Atividade**.
Se for o caso descrever o PTA – Ação, Subação, Fonte de Recurso (se for o caso), Convênio/Emenda Parlamentar (se for o caso):

22. Informações complementares: (Neste espaço registrar outras informações que julgar pertinentes).

23. Referências: (Referenciar textos e autores, Leis, Normas, Pareceres, e outros materiais escritos utilizados no desenvolvimento do Projeto de Curso).

Assinatura do Coordenador
(Descrever o nome completo do (a) coordenador(a) do curso)
Coordenador(a) do Curso

ANEXO I do Formulário
PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE CURSO MEDIADOS POR TECNOLOGIAS

OBS: Deve ser agendado com a COTEAD com no mínimo **15 (quinze) dias úteis** de antecedência do curso, para organização da operacionalização.

No caso de curso à distância a operacionalização será pela Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância – COTEAD, para tanto:

- O Coordenador do projeto deve solicitar agenda de trabalho com Coordenadoria de Tecnologia de Educação à Distância - COTEAD, com antecedência mínima 15 (quinze) dias úteis da data do curso, sendo que o mesmo deve preencher previamente à reunião, os dados do curso no seguinte endereço <https://forms.gle/xEtyedt9v33NsPae8>;

OBS: No formulário a ser preenchido será solicitado o projeto do curso, e, havendo a necessidade de gravação de vídeo do palestrante, instrutor, moderador, tutor, coordenador do curso etc. O mesmo deverá assinar antes da gravação a autorização de uso de imagem, voz e respectiva cessão de direito (Lei n. 9.610/98).

- Para comunicação, dúvidas e operacionalização do curso será no e-mail institucional da COTEAD: cotead@ses.mt.gov.br
- A COTEAD realizará a operacionalização da:
Ficha de inscrição com autorização do uso de imagem;
Lista de presença;
Declaração e certificado de participação;
Declaração e certificado de participação para palestrantes e/ou coordenadores do curso, dentre outros.

Apêndice 5 – Quadro de legislações de suporte à construção de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Legislação Nacional		
Legislação	Finalidade	Endereço eletrônico
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.	Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm
Resolução Normativa CNE Nº 02 de 15/12/2020.	Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.	https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22020.pdf
Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf
Portaria nº 24, de 19 de janeiro de 2021.	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber, no âmbito do Ministério da Educação.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-24-de-19-de-janeiro-de-2021-299988875
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art20
Legislação Estadual		
Legislação	Finalidade	Endereço eletrônico

Resolução normativa nº 001/2014-CEE/MT	Fixa normas para a oferta da Educação Básica, na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências.	https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-MT_cee-mt_00411-ceemt.pdf
Nota Técnica Nº 01/ 2021-GAB/CEE-MT	Dispõe sobre autorização pelo SIPE/CEE-MT	http://www.cee.mt.gov.br/-/17028791-nota-tecnica-n-02/2021-gab/cee-mt
Portaria Nº 034/ 2019/ GAB/CEE-MT	Dispõe sobre os prazos previstos para inserção de processos do Sistema Integrado de Processos Educacionais – SIPE/CEE-MT.	http://www.cee.mt.gov.br/document/s/9390542/9805039/Portaria/fec25aba-29e7-c394-380e-85027f0235e9
Portaria nº 004/022/ GAB/CEE-MT	Dispõe sobre a inserção de processos no Sistema Integrado de Processos Educacionais para formalização de parcerias das unidades escolares com as instituições para a oferta dos Itinerários Formativos que compreendem a Formação Técnica e Profissional, Cursos Técnicos de nível médio, de forma concomitante e dá outras providências.	http://www.cee.mt.gov.br/document/s/9390542/22771104/Portaria+de+Fechamento+do+Sistema+2022/1e06a765-de51-2443-0bf8-bc9997bb5cf9 —
Portaria Nº 056/ 2020/GAB/CEE-MT.	Dispõe sobre normas para verificação in loco dos cursos autorizados	
Portaria N.º 066/ 2021/CEE-MT	Dispõe sobre a inserção de processos de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema Integrado de Processos Educacionais - SIPE e dá outras providências.	
Resolução Normativa nº 003/ 2021/CEE-MT	Estabelece normas para a organização e a realização de Estágio Supervisionado de estudantes do Ensino Médio, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e da Educação Superior, presencial e a distância, inclusive nas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.	

APÊNDICE 6 - Quadro de legislações de suporte à construção de Projeto de Residência.

Legislação – Residência Multiprofissional		
Legislação	Finalidade	Endereço eletrônico
Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005	Institui a Residência em Área Profissional da Saúde e cria a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm
Portaria n.º 2117 Interministerial MEC/MS de 03 de novembro de 2005	Institui no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação, a Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências.	https://www.cremepe.org.br/2005/11/09/portaria-msmec-n-2117-e-portaria-msmec-n-2101/
Resolução CNRMS n.º 1 de 30 de janeiro de 2012	Institui as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências.	https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado13574/
Resolução CNRMS n.º 2 de 13 de abril de 2012	Dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde.	https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1209/resolucao-cnrm-n-2
Resolução CNRMS n.º 5 de 7 de novembro de 2014	Dispõe sobre a duração e a carga horária dos programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional e sobre a avaliação e a frequência dos profissionais da saúde residentes.	https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1662/resolucao-cnrm-n-5
Resolução CNRMS n.º 7 de 13 de novembro de 2014	Regulamenta os processos de avaliação, supervisão e regulação de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde.	https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1657/resolucao-cnrm-n-7
Resolução CNRMS n.º 1 de 21 de julho de 2015	Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) das instituições que ofertam programas de residência em área profissional da saúde na modalidade multiprofissional e uniprofissional.	https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=22/07/2015
Legislação – Residência Médica		
Legislação	Finalidade	Endereço eletrônico
Resolução CNRM n.º 2 de 17 de maio de 2006	Dispõe sobre requisitos mínimos dos Programas de Residência Médica e dá outras providências	https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2753/resolucao-cnrm-n-2
Lei 12.871 de 22 de outubro de 2013	Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12871&ano=2013&ato=bbao3ZU50MVpWTde7

	providências.	
Resolução CNRM No 16, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022	Dispõe sobre estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica (COREMEs) nas instituições de saúde que oferecem os Programas de Residência Médica (PRMs) e dá outras providências.	https://anec.org.br/legislacao/resolucao-cnrm-no-16-de-30-de-setembro-de-2022/

Apêndice 7 – Formulário de Projeto de Curso de Especialização - ESP/MT

1. Título da atividade: *(Descrever o título do curso, observando que o título será a referência do texto para emissão da declaração/certificado).*

2. Unidade proponente: *(Descrever Instituição/Unidade que está ofertando o curso).*

3. Instituições Parceiras: *(Informar a(s) instituição(ões) envolvida(s)).*

4. Coordenação: *(Nome(s) da(s) instância(s) responsável(veis) pelo curso, CPF).*

4.1. Coordenador(a): *(Nome(s) do(s) responsável(eis) – coordenador(es)).*

E-mail: *(E-mail(s) do(s) coordenador(es)).*

Telefone: *(Telefone(s) do(s) coordenador(es)).*

4.2. Coordenador(a) do curso pela ESP/MT:

Nome:

Formação/título:

Link do currículo Lattes:

E-mail:

4.3. Coordenador(a) do curso da área técnica SES:

Nome:

Formação/título:

Link do currículo Lattes:

E-mail:

4.4 Coordenação pedagógica da COGEPE/ESP/MT:

Nome:

Formação/título:

Link do currículo Lattes:

E-mail:

5. Período de realização: *(Identificar a data de início e de finalização).*

6. Carga horária total: *(Descrever o total da carga horária do curso - XX horas)*

7. Número de participantes: *(Descrever o número de participantes).*

8. Local de realização:

Curso Presencial: *(Informar o local de realização do evento).*

Curso mediado por TDCIs: *(descrever quais serão as ferramentas utilizadas no evento. A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESP/MT) possui as seguintes ferramentas: Webconferência via Zoom, com opção de trabalhos em grupos em salas distintas e possibilidade de gravação na nuvem dependendo da solicitação do responsável. Também, condicionada à solicitação, poderá ocorrer simultaneamente a Transmissão pelo Canal YouTube da ESP/MT e disponibilização no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio do Moodle da ESP/MT, acesso: <http://moodle.espmt.saude.mt.gov.br/moodle/>).*

Curso Híbrido: *(Informar como serão realizadas as atividades presenciais e virtuais).*

9. Público-alvo: *(Descrever a quem será direcionado o curso).*

10. Pré-requisitos e Distribuição das vagas: *(preencher o quadro com o detalhamento dos pré-requisitos e a distribuição das vagas, e ao final, o total de vagas a serem ofertadas).*

Público-alvo	Vagas
TOTAL	

11. Autorização: (Descrever o processo de autorização a ser tramitado – etapas, setores institucionais envolvidos, e autorizações externas pertinentes).

11.1 Identificação da Executora: (Descrever a unidade executora e suas responsabilidades no processo).

12. Justificativa: (Elaborar a justificativa com base nos questionamentos: Em que contexto histórico-social - geográfico, sanitário, político, econômico, cultural, educacional, social..., o curso está inserido? Por que este curso está sendo oferecido? Definir o foco do problema tendo como pressupostos os indicadores ou dados do País, Estado e ou município, os quais determinam a necessidade do curso. Quais problemas serão minimizados ou solucionados após a execução do curso a ser oferecido? Que orientações ou encaminhamentos derivados deste projeto seriam úteis para a gestão do trabalho e educação na saúde para, pelo e no SUS? Qual a relevância do curso para o SUS, e para o público alvo?).

13. Objetivos:

13.1- Geral: (É o propósito maior a ser alcançado, buscando minimizar e/ou resolver os problemas apontados pelos indicadores ou dados. O objetivo deve iniciar com o verbo no infinitivo. Cada objetivo deve conter apenas um verbo. Recomenda-se adotar a Taxonomia dos Objetivos Educacionais de Bloom, disponível no Apêndice 7 deste PPI 2022-2026).

13.2- Específicos: (São as ações/passos de desdobramento do objetivo geral, realizadas para alcançá-lo. Na formulação dos objetivos específicos sugere-se fazer a seguinte pergunta: Essa ação, se concretizada, permitirá alcançar o objetivo geral? Os objetivos específicos devem iniciar com o verbo no infinitivo, e cada objetivo específico deve conter apenas um verbo).

14. Perfil do Egresso: (Descrever o perfil almejado para os concluintes).

15. Aspectos Pedagógicos do Curso:

15.1 Matriz curricular: (Detalhar no quadro a seguir os temas e unidades de aprendizagem, deixando claro se serão adotados módulos de ensino / núcleos de aprendizagem ou disciplinas).

Módulos / Núcleos ou Disciplinas (Apresentação do conjunto de módulos/núcleos Ou disciplinas)	Carga Horária (Especificar a carga horária)	Unidades de Aprendizagem (Detalhamento do conteúdo)	Carga Horária (Especificar a carga horária)

16.1- Ementa das Unidades de Aprendizagem

Módulo/Núcleo ou Disciplina: (Especificar o nome).		
UNIDADE DE APRENDIZAGEM (Colocar todas as unidades acima especificadas)	EMENTA (Detalhamento da unidade de aprendizagem)	BIBLIOGRAFIA BÁSICA (Bibliografia que os participantes terão de consumir durante o curso – deve estar disponível na biblioteca ou na internet)

Módulo/Núcleo ou Disciplina: <i>(Especificar o nome).</i>		
UNIDADE DE APRENDIZAGEM EM <i>(Colocar todas as unidades acima especificadas)</i>	EMENTA <i>(Detalhamento da unidade de aprendizagem)</i>	BIBLIOGRAFIA BÁSICA <i>(Bibliografia que os participantes terão de consumir durante o curso – deve estar disponível na biblioteca ou na internet)</i>

17. Metodologia de Ensino-aprendizagem:

18. Sistema de avaliação:

18.1- Pressupostos do processo avaliativo ensino-aprendizagem:

18.2- Critérios de avaliação:

19. CERTIFICAÇÃO DO CURSO:

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

20.1- ORIENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TCC

20.2- APRESENTAÇÃO DO TCC

21. Atividades programadas:

21.1- Seminário de TCC: *(Prever o número de seminários, estratégias de realização, temáticas, avaliação).*

21.2 – Atividade de extensão: *(Definir as etapas, carga horária mínima, registros necessários, aprovação e avaliação).*

21.3- Produtos a serem produzidos pelo Curso:

22. Cronograma de trabalho:

22.1- Atividades preparatórias para realização do curso

ATIVIDADES <i>(Detalhar as atividades de preparação para o curso – reuniões, oficinas, apresentações, elaboração de pareceres, submissões a instâncias de aprovação, elaboração e publicação de editais, etc...).</i>	PERÍODO <i>(Prever o período em meses/ano)</i>

22.2- Cronograma do Curso: *(Prever datas e atividades do curso, podendo este ser um cronograma mais geral, entretanto que preveja desde o início até o final do curso).*

DATA	ATIVIDADES PROGRAMADAS

23. Relação de livros - aquisição para a biblioteca da ESP/MT: *(Colocar a referência dos livros incluindo autores, título, editora e ano de publicação, e também edição se houver).*

Relação de livros	Quantidade	Valor unitário	Valor total

24. Orçamento do curso por Instituição Financiadora e Elemento de Despesa: *(Especificar os elementos de despesa conforme quadro abaixo, podendo acrescentar elementos caso necessário).*

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Hora-aula Especialista			
Hora-aula Mestre			
Hora-aula Doutor			
Orientação de TCC			
Patronal – 20%			
Passagens para os discentes apresentarem os TCC			

Diárias			
Publicação de livro com os artigos produzidos pelas três turmas			
TOTAL GERAL			

25. Corpo Docente: *(Listar o corpo docente envolvido no curso, mostrando a inserção nos*

26. Dotação Orçamentária: *(Especificar o Programa, Ação, Sub-ação e Etapa).*

27. Infraestrutura: *(Listar a estrutura física disponível para os cursos presenciais e híbridos, e as tecnologias disponíveis para cursos on-line).*

28. Referências: *(Listar as referências utilizadas na construção do presente projeto).*

Cuiabá, ____ de ____ de ____

Coordenador(a) do Curso

Coordenador(a) da COEPE/ESP/MT

Coordenador(a) da COGEPE/ESP/MT

14. Apólice de Seguro

VIGÊNCIA	ESPECIFICAÇÃO	SEGURADORA

15. Ementa da Disciplina de Estágio e/ou Prática Curricular

(descrever a ementa conforme Ementa de Curso/Estágio da IES)

16. Objetivo Geral de Estágio e/ou Prática Curricular

(Descrever o objetivo conforme Ementa de Curso/Estágio da IES)

17. Objetivos Específicos de Estágio e/ou Prática Curricular

(Descrever conforme Ementa de Curso/Estágio da IES)

18. Justificativa da escolha da Unidade de Serviço para a realização de Estágio e/ou Prática Curricular

(Descrever brevemente o motivo da escolha da Unidade de Serviço como campo de estágio/prática curricular)

19. Metodologias de desenvolvimento de Estágio e/ou Prática Curricular

(Descrever como será o percurso do aprendizado no serviço, ou seja, como o professor supervisor o e preceptor irão conduzir o processo ensino-aprendizado. Exemplo: Roda de conversa, estudo dirigido, entre outras)

19.1 Cronograma das atividades:

<i>Período</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Atividades/estratégias de ensino-aprendizagem</i>	<i>Supervisor</i>	<i>Preceptor</i>
<i>(Data ou semana)</i>	<i>(Descrição do conteúdo curricular correspondente ao período)</i>	<i>(Descrição das atividades educacionais que objetivam a formação do estagiário)</i>	<i>(Descrever o nome do professor supervisor)</i>	<i>(Descrever o nome do profissional do serviço preceptor)</i>

20. Atividades de integração ensino e serviço

(Descrever as atividades extra-curriculares da IES a serem realizadas pelos estagiários e professor supervisor, enfatizando as contribuições do estágio para a melhoria do serviço. Estas atividades são além das realizadas em estágio e consistem em contribuições para o serviço. Por exemplo, rodas de conversa com os trabalhadores sobre temas específicos, capacitações para equipes da Unidade, palestras para usuários do serviço, etc)

20.1 Cronograma das atividades:

<i>Período</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Atividades de integração de ensino e serviço</i>	<i>Supervisor</i>	<i>Preceptor</i>
<i>(descrever início e fim)</i>	<i>(Descrição do conteúdo curricular)</i>	<i>(Descrição das atividades de integração ensino e serviço)</i>	<i>(Descrever o nome do professor supervisor)</i>	<i>(Descrever o nome do profissional do serviço/ preceptor)</i>

21. Atribuições:

21.1 Professor Supervisor do Estágio e/ou Prática Curricular

(Descrever as atribuições do professores supervisor)

22.2 Preceptor da Unidade de Serviço da SES

(Descrever as Atribuições do Preceptor da Unidade de Serviço da SES em concordância à Portaria GBSSES n.º 472/2019, de 30/12/2019, publicada no D.O.E n. 27.661, p. 12-15, ou a que estiver vigente).

23. Avaliação dos estagiários

(Descrever como será realizada a avaliação do estagiário. Deverá ser realizada pelo supervisor e o preceptor. Anexar instrumentos de avaliação aplicados)

24. Contrapartida da Instituição de Ensino à Unidade de Serviço Concedente

(Em conformidade a Portaria GBSSES n.º 472/2019, de 30/12/2019 e ao Termo de Compromisso Institucional, descrever detalhadamente quais as contrapartidas que serão entregues ao serviço. Exemplos: Será doado à unidade 1 (um) computador completo; 2 (duas) mesas; Será realizada capacitação técnica para todos os trabalhadores da unidade, com a temática: Planejamento Estratégico, no período de desenvolvimento do estágio. Verificar o que a IES pactuou com a gestão da SES no Termo de Compromisso Institucional,)

24.1 Material Permanente (*mobiliário, equipamento de informática, entre outros, que foram pactuados e serão oferecidos pela IES*)

Nº de ordem	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1		
2		

24.2. Material de Consumo, Expediente e Didáticos (*Descrever o material que será utilizado pelos estagiários e que será oferecido pela IES*)

Nº de ordem	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1		
2		

Local e data (dia, mês e ano). (*Todos os campos devem ser devidamente preenchidos e assinados por todos os responsáveis*)

Professor Supervisor do Estágio e/ou Prática
Curricular

Preceptor (es) da Unidade de
Serviço

Coordenador/Diretor do Curso
solicitante

Representante legal da Unidade de
Serviço

Apêndice 9 – Formulário de Parecer Pedagógico ESP/MT

PARECER PEDAGÓGICO	
NÚMERO DO PARECER	C---/20---/COGEPE/ SUESP/GBSAES/SESMT
IDENTIFICAÇÃO:	
PROCESSO:	
DESPACHO Nº:	
DATA DE RECEBIMENTO PELO PARECERISTA:	
INTERESSADO / PROPONENTE:	
COORDENAÇÃO:	
TÍTULO DA ATIVIDADE:	
MODALIDADE:	
FORMATO DE REALIZAÇÃO:	
LOCAL:	
CARGA HORÁRIA:	
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:	
PÚBLICO ALVO:	
NÚMERO DE PARTICIPANTES:	
MODALIDADE: () PRESENCIAL () MEDIADA POR TDICs () HÍBRIDO/SEMIPRESENCIAL	

DO REQUERIMENTO:

DA FUNDAMENTAÇÃO:

DO PARECER DA RELATORIA:

Parecerista <i>(nome completo e setor da ESP/MT)</i> :	
Resultado Final:	
DATA: ____/____/____	_____ Assinatura

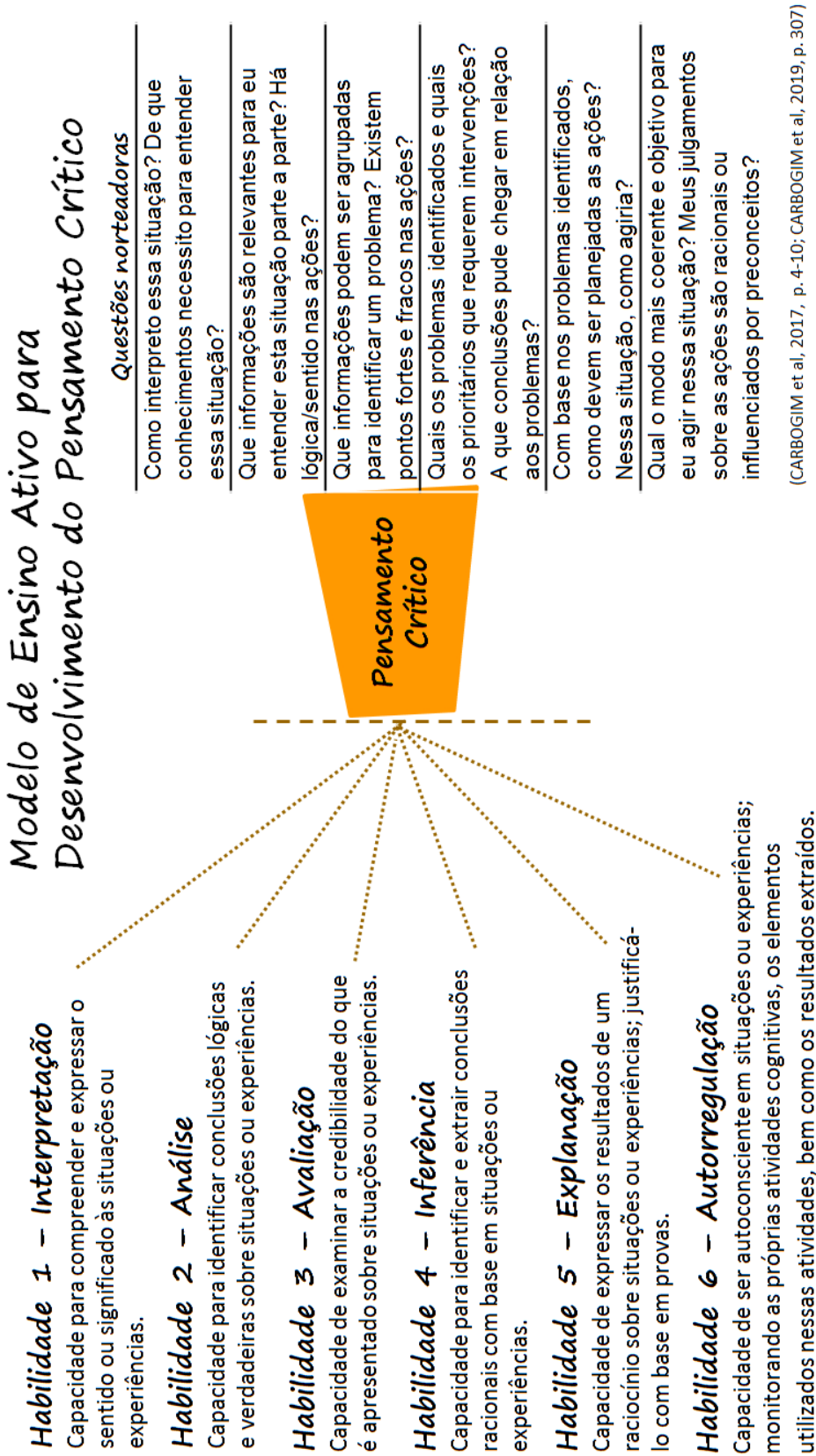
Apêndice 10 - Instrumento de Avaliação Quantitativa dos Projetos de Ações Pedagógicas

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL
Título:
Modalidade (pode ser assinalado mais de um item quando tratar-se de ação educacional que integra duas modalidades. Ex: Curso + Extensão; Especialização + Pesquisa): - Curso ☐ - Evento ☐ - Extensão ☐ - Curso Técnico ☐ - Pós-Técnica ☐ - Especialização ☐ - Residência ☐ Médica ☐ Multiprofissional ☐ Integradas ☐ Uniprofissional ☐ - Outros. ☐ Especificar: _____
Formato de realização: - Presencial ☐ - Mediado por TDICs ☐ - Híbrido ☐ - Outros ☐ Especificar: _____
Proponente(s):
Período de Realização (ano/meses):
Local de Realização (especificar o(s) local(ais) de realização):
Público-alvo da ação (descrever os participantes da ação):
Corpo Docente (especificar a composição):
Carga Horária (especificar carga horária total da ação):

Coordenação (registrar nomes e contatos dos coordenadores da ação):					
AVALIAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL					
Item	At e n d e	N ão At en de	Ate nde Par cial me nte	Nã o se apli ca	Observações
- Compatibilidade com a missão e visão da ESP/MT.					
- Alinhamento aos princípios e valores da ESP/MT.					
- Adequação às políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação.					
- Alinhamento aos princípios políticos e pedagógicos da ESP/MT.					
- Adequação de metodologias de ensino.					
- Adequação de estratégias de avaliação da aprendizagem.					
- Previsão de avaliação de reação – formulário padrão.					
- Adequação entre carga horária e conteúdo programático.					

- Adequação entre metodologias de ensino e estratégias de avaliação da aprendizagem					
- Adequação de ementas					
- Atualidade das referências					
Resultado Final: - Aprovado <i>(sem necessidade de correções)</i>: () - Aprovado com observações menores <i>(necessita correções mas não precisa retornar para nova avaliação)</i>: () - Aprovado com observações maiores <i>(necessita correções e retornar ao parecerista para nova avaliação)</i>: (). Prazo: 15 dias () 30 dias () - Recusado ()					
DATA: ____/____/____ _____ Assinatura					

Apêndice 11 – Modelo de Ensino Ativo para Desenvolvimento do Pensamento Crítico



Apêndice 12 – Taxonomia de Bloom

Nas etapas relacionadas à construção de conhecimentos, como também no processo de avaliação da aprendizagem faz-se necessário clarificar os objetivos de aprendizagem a serem alcançados, sendo recomendado o uso de taxonomia para definição do nível de habilidades de raciocínio almejadas. A Taxonomia de Bloom, trabalho liderado por ele e compartilhado em 1956, sofreu revisão por Anderson e colaboradores em 2001 (FERRAZ, BELROT, 2010; MACHADO, PERALBA, 2020), e distingue três domínios de aprendizagem, a saber:

- Cognitivo – relaciona-se ao dinâmico e complexo processo de aprender, de construir e consolidar conhecimentos, e estrutura-se em categorias por complexidade – do mais simples ao mais complexo, num movimento em espiral ascendente contínuo e perene. Expressa-se em 6 níveis de abstração, conforme segue:

Concepção Original	Revisada
Conhecimento	Lembrar
Compreensão	Entender
Aplicação	Aplicar
Análise	Analisar
Síntese	Sintetizar
Avaliação	Criar

Para atingir a nova categoria, é preciso ter alcançado o desempenho necessário na anterior, visto que cada nova etapa, exige o uso das habilidades das anteriores.

- Psicomotor - converge para as habilidades físicas, motoras, empregadas na realização de procedimentos técnicos. Embora não tenha sido definida por Bloom e sua equipe de trabalho, foi estudada e proposta por outros autores, e é compreendida como abarcando “ideias ligadas a reflexos, percepção, habilidades físicas, movimentos aperfeiçoados e comunicação não verbal”. As categorias desse domínio são: Imitação; Manipulação; Articulação; e Naturalização (FERRAZ, BELROT, 2010, p. 423).

- Afetivo – “envolve a dimensão sensível e atitudinal dos sujeitos e depreende aspectos de emoção, sentimentos, interesses e posturas, incluindo também aqueles ligados à moralidade e à ética” (MACHADO, PERALBA, 2020, p. 106). As

categorias desse domínio são: Receptividade; Resposta; Valorização; Organização; e Caracterização (FERRAZ, BELROT, 2010, p. 423).

Muito embora os três domínios tenham sido amplamente estudados, estimula-se iniciar a aplicação pelo domínio cognitivo, tanto no planejamento de cursos nos diversos níveis de formação, como de eventos e outras ações educacionais desenvolvidas pela ESP/MT conforme Infográfico a seguir.



Apêndice 13 - Formulário de Avaliação de Reação às Ações Educacionais ESP/MT

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL						
Título (registrar o nome da ação educacional):						
Ano de Conclusão (ano em que a ação está sendo concluída):						
Avaliado por: - Educandos participantes da ação () - Docentes () - Coordenador(es) da ação () - Gestores da ESP/MT () - Outras instituições participantes () - Comunidade ()						
AVALIAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL						
Escala Likert para Avaliação – assinale o número para cada item, de acordo com a seguinte legenda: 1- Concordo Totalmente 2- Concordo Parcialmente 3- Nem concordo nem discordo 4- Discordo Parcialmente 5- Discordo Totalmente 6- Não se aplica						
ITEM	1	2	3	4	5	6
- PDI / PPI – as versões atualizadas/vigentes do PDI e PPI estavam disponíveis e de fácil acesso para leitura e consulta.						
- Acolhimento, Reuniões, Sessões Informativas – o acolhimento no(s) primeiro(s) dia(s) de atividade(s) foi esclarecedor e motivador, assim como reuniões e atividades posteriores, para orientação, informação e sanar dúvidas.						
- Estrutura Física: o local de realização da ação atendeu às necessidades dos participantes, fornecendo espaços com conforto físico, térmico, acústico e de iluminação.						
- Acessibilidade e segurança – o(s) local(ais) de realização permitiu(ram) acessibilidade e segurança aos participantes.						
- Higiene e limpeza: os espaços estavam adequadamente limpos e higienizados, oferecendo condições adequadas de uso.						
- Coordenação da ação – o(s) coordenador(es) da ação educacional estavam acessíveis e abertos à auxiliar na resolução de necessidades individuais e coletivas de docentes e discentes.						
- Comunicação: os meios de comunicação – site, redes sociais, boletins e informativos, aplicativos de mensagem, comunicação formal e verbal foram fluidos e eficazes, e permitiram acesso às informações necessárias ao desenvolvimento e participação nas atividades programadas.						

Apêndice 14 – Matriz de monitoramento do PPI ESP/MT 2022-2026

Ação em ordem de precedência	Situação	Resultados	Dificuldades	Novas Ações e/ou ajustes

Situação: Concluída – C; Não concluída – NC; Em andamento – EA

ANEXO

Anexo A- Matriz de monitoramento e avaliação do processo de planejamento das ações de EPS nos estados.

Apêndice 1 - Matriz de monitoramento e avaliação do processo de planejamento das ações de EPS nos estados

Níveis de gestão	Responsabilidades	Órgão gestor	Indicadores	Variável	Periodicidade	Critério de avaliação/Escala
Federal	Acompanhar e monitorar a elaboração e execução do Plano Estadual de EPS nos estados.	SEGTES/DEGES	Plano Estadual de EPS elaborado.	Coerência interna do PEEPS. Coerência externa do PEEPS.	Anual	Coerente, Pouco coerente, Incoerente.
		idem	Programação anual das ações de EPS elaborada.	Coerência interna da programação anual das ações de EPS. Coerência externa da programação anual das ações de EPS.	Trimestral/ semestral	idem
		idem	Relatório anual de ações de EPS executadas os estados.	Grau de cumprimento de metas (atividades programadas).	Anual	Em %
Estadual	Acompanhar, monitorar e avaliar o planejamento e execução das ações de educação permanente em saúde implementadas no âmbito estadual.	Lócus institucional do planejamento estadual de EPS.	Grau de participação e contribuição dos atores estratégicos na elaboração do PEEPS.	1. Frequência nas reuniões/oficinas; 2. Necessidades identificadas; 3. Público-alvo das ações de EPS; 4. Propostas apresentadas;		
			Estrutura de apoio para a formulação do plano (PEEPS).	5. Existência de setor específico responsável pela elaboração no PEEPS no organograma nas SES; 6. Definição de equipe técnica para elaboração do PEEPS; 7. Apoio logístico para a elaboração e execução do plano; 8. Disponibilização de informações sobre a força de trabalho, levando em consideração os distintos tipos de vínculo;		Incipiente (e), Parcial (e + f), Semi-plena (e + f+ g), Plena (e + f+ g+ h).

continua...

Níveis de gestão	Responsabilidades	Órgão gestor	Indicadores	Variável	Periodicidade	Critério de avaliação/Escala
Estadual	Acompanhar, monitorar e avaliar o planejamento e execução das ações de educação permanente em saúde implementadas no âmbito estadual.	Lócus institucional do planejamento estadual de EPS.	Metodologia utilizada para a formulação do plano.	9. Registro sumário da metodologia e da organização do processo de elaboração do plano no documento final (PEEPS); 10. Descrição das etapas realizadas para a elaboração do plano, evidenciando tempo decorrido e participantes; 11. Descrição das técnicas utilizadas e referenciais que fundamentaram a elaboração do plano; 12. Descrição da realização de oficinas regionais para a elaboração do plano (PEEPS);	Anual	Incipiente; Parcial; Semi-plena; Pleno.
			Consistência e qualidade da análise de situação que dá suporte ao Plano (PEEPS).	13. Alinhamento conceitual acerca da EPS; 14. Análise do cenário do SUS – nacional, estadual... (situação de saúde, indicadores de saúde, produção dos serviços); 15. Análise do quadro de trabalhadores do SUS (contingente, vínculo, profissão, distribuição por nível de atenção e esfera administrativa); 16. Levantamento de necessidades de educação permanente em saúde (dimensão sistêmica, serviços e práticas); 17. Levantamento das estruturas voltadas à EPS (escolas, centros de formação, universidades, estrutura das SES e SMS, escolas técnicas) existentes ou em potencial no estado; 18. Levantamento dos projetos de EPS em andamento (realizados e em andamento) – (planejamento, execução e estratégias de monitoramento) – lembrar de definir intervalo de tempo a considerar; 19. Análise do parque tecnológico de TIC Saúde;		Sim () Não () (para todas as variáveis)

continua...

Níveis de gestão	Responsabilidades	Órgão gestor	Indicadores	Variável	Periodicidade	Critério de avaliação/Escala
Estadual	Acompanhar, monitorar e avaliar o planejamento e execução das ações de educação permanente em saúde implementadas no âmbito estadual.	Lócus institucional do planejamento estadual de EPS.	Coerência e abrangência dos objetivos e das estratégias definidas.	20. Coerência dos objetivos e atividades com os problemas e necessidades identificadas na análise de situação da FTS no SUS estadual; 21. Abrangência dos objetivos em função da diversidade regional no território do Estado (diversidade geográfica, epidemiológica, organizacional e gerencial do SUS); 22. Relação das ações do plano com questões macro políticas;		
			Análise de viabilidade do PEEPS.	23. Disponibilidade de recursos financeiros para execução das ações propostas; 24. Disponibilidade de pessoal e recursos materiais para execução das ações propostas; 25. Capacidade de gestão operativa das ações propostas; 26. Capacidade de articulação interinstitucional para garantir a execução das ações propostas;		Incipiente Parcial Semi-plena Plena
			Definição e coerência da programação.	27. Relação entre as ações de EPS propostas e as políticas e prioridades do SUS ao nível federal e estadual; 28. Relação entre ações de EPS propostas e os objetivos e estratégias do Plano Estadual de Saúde; 29. Inclusão de atividades voltadas para as dimensões sistêmica, dos serviços e das práticas; 30. Identificação de responsáveis por atividades; recursos disponíveis, cronograma/prazo de execução e indicadores; 31. Encadeamento e integração entre as ações; 32. Abrangência das ações em função da diversidade regional no território do Estado (diversidade geográfica, epidemiológica, organizacional e gerencial do SUS);		

continua...

conclusão

Níveis de gestão	Responsabilidades	Órgão gestor	Indicadores	Variável	Periodicidade	Critério de avaliação/Escala
			Mecanismos de acompanhamento E avaliação do PEEPS.	33. Indicação/descrição dos mecanismos de acompanhamento e avaliação do plano de EPS;		Sim (); Não ()
			Aprovação nas Instâncias gestoras do SUS estadual (CIBE, CES).	34. Checar se houve aprovação do Plano de EPS junto às instâncias definidas pela Portaria GM/MS 1996/2007.		Sim (); Não ()